



Carlos Fernando da Rocha Morais

# Turismo e Empreendedorismo Social em Cabo Verde: Estudo exploratório sobre as condições e perspetivas de intervenção das Organizações do Terceiro Setor

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentada à Faculdade de Economia e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, sob orientação do Professor Doutor Claudino Cristóvão Ferreira

Fevereiro de 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA





FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Carlos Fernando da Rocha Morais

# Turismo e Empreendedorismo Social em Cabo Verde:

Estudo exploratório sobre as condições e perspetivas de  
intervenção das Organizações do Terceiro Setor

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e  
Empreendedorismo, apresentada à Faculdade de Economia e à Faculdade de  
Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra para  
obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Claudino Cristóvão Ferreira

Coimbra, 2016



*À memória de meus irmãos Celestino e Claudina Moraes*



## AGRADECIMENTOS

Sempre me acompanhou, a convicção de que na vida pouco se consegue sozinho. O apoio de terceiros é condição fundamental para alcançarmos os nossos desígnios, sejam eles individuais ou coletivos. O meu percurso académico não a contestou. Longe disso. Fortaleceu a minha perceção sobre o quão valioso é a reciprocidade.

Deste modo, faço uso desta página para mencionar algumas pessoas e entidades que, direta ou indiretamente, contribuíram para a que este trabalho pudesse ser concretizado:

- Ao meu Orientador, Professor Doutor Claudino Cristóvão Ferreira, pela sua disponibilidade e forma singela como aceitou e encarou este desafio. Mas também, pela sua exímia capacidade em interpretar os meus raciocínios, e, especialmente, pelos estímulos e sugestões verdadeiramente elucidativos;
- Às pessoas e instituições que, de boa vontade, aceitaram colaborar na elaboração deste trabalho, especialmente os entrevistados;
- Ao Aricson da Cruz e ao Dr. Pedro Saraiva, pela disponibilidade, gentileza e sugestões;
- Ao Governo de Cabo Verde e ao Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, pela bolsa de estudo que me foi concedido;
- A todos os docentes com quem tive o privilégio de interagir desde a minha infância;
- À Universidade de Coimbra, pelos momentos de aprendizagem;
- A Portugal e a Coimbra, pelo acolhimento e hospitalidade nos últimos anos;
- Às amigas e amigos que, no decorrer desta caminhada, me foram incentivando com aquela “força e coragem”;
- À minha companheira Ildete e ao nosso filho Namir, pelo carinho, compreensão, companheirismo e conforto;
- Por fim, aos meus pais, minhas irmãs e irmãos, por tudo que fizeram por mim até hoje.

Bem hajam!





*We need companies that focus on adding social value to our society  
and have philosophy ingrained in their visions, rather than those  
focus purely on generating profit!*

Lars Hulgård



## RESUMO

O turismo está em franco crescimento desde há seis décadas. É um fenómeno que desperta grande interesse político, muito devido à potencialidade que lhe atribuem na promoção do crescimento económico dos territórios em que se estabelece, particularmente naqueles que procuram encontrar caminhos para se tornarem desenvolvidos. Mas desde a sua consolidação é, também, frequentemente apontado como um agente causador de desequilíbrios ambientais e socioeconómicos em muitos países economicamente débeis.

Com base nessas asserções, o presente estudo procurou explorar a noção de empreendedorismo social – admitido como um padrão de desenvolvimento sustentável e um potencial instrumento para a resolução desses desequilíbrios – como mecanismo para a intervenção das OTS no contexto turístico de Cabo Verde – país de desenvolvimento médio que aposta no turismo como setor estratégico de desenvolvimento.

Assente na metodologia qualitativa, o seu principal objetivo foi avaliar as condições do contexto turístico cabo-verdiano, particularmente da ilha da Boa Vista, visando a implementação de iniciativas de empreendedorismo social concebidas por OTS nacionais e locais. Especificamente, propôs-se aferir se essas organizações estão munidas de capital social, humano e financeiro, tidos como recursos essenciais para se empreender socialmente.

Os resultados dão conta de um contexto que se depara com vários problemas sociais e económicos, mas que apresenta, também, recursos e oportunidades suscetíveis de serem valorizadas e potencializadas para fins turísticos, sendo que, o empreendedorismo social é percebido como um mecanismo oportuno para esse fim e, igualmente, um potencial agente de mitigação dos desequilíbrios provocados pelo turismo (massificado). Porém, a cadeia produtiva do setor turístico é integrado verticalmente, e controlado por grandes operadores estrangeiros. Participar desse circuito exige que as OTS tenham, efetivamente, estruturas organizacionais e gestionárias competentes. Mas apresentam, contrariamente, reduzidos níveis de capital humano e social, o que também os condicionam na mobilização de capital financeiro. Conclui-se, pois, que, grosso modo, as OTS cabo-verdianas, especialmente as da Boa Vista, ainda não reúnem as condições necessárias para fomentar e dinamizar o empreendedorismo social no setor turístico.

**Palavras-Chave:** empreendedorismo social, turismo, sustentabilidade, organizações do terceiro setor (OTS), capital social, capital humano, capital financeiro

x

## ABSTRACT

Tourism is growing for six decades. It is a phenomenon that arouses great political interest, largely due to the potential attributed to it in promoting the economic growth of the territories where it is established, particularly those seeking to find ways to become developed. But since its consolidation, it is also often named as a causative agent of environmental and socio-economic imbalances in many economically weak countries.

Based on these assertions, the present study sought to explore the notion of social entrepreneurship – admitted as a pattern of sustainable development and a potential tool for solving social imbalances – as a mechanism for the TSO intervention in the tourist context of Cape Verde – an average developing country betting on tourism as a strategic sector development.

Based on qualitative methodology, its main objective was to evaluate the conditions of the Cape Verdean tourism context, particularly the island of Boa Vista, aimed at implementing social entrepreneurship initiatives designed by national and local TSO. Specifically, it proposed to assess whether these organizations are provided with social capital, human and financial resources considered essential to undertake socially.

The results reveal an environment that is faced with various social and economic problems, but has also resources and opportunities to be valued and leveraged for tourism purposes, and that social entrepreneurship is perceived as an appropriate mechanism for this purpose, and also a potential mitigating agent of the imbalances caused by tourism (massive). However, the tourist productive chain is vertically integrated and controlled by major foreign operators. To participate in this circuit, the TSO should have competent organizational and management structures. But, in contrast, they have low levels of human and social capital, which also severely limits their capacity to mobilize financial capital. Consequently it is concluded that, roughly speaking, the Cape Verdean TSO, especially those from Boa Vista, do not meet the necessary conditions to promote and boost social entrepreneurship in the tourism sector.

**Key-words:** social entrepreneurship, tourism, sustainability, third sector organizations (TSO), social capital, human capital, financial capital



## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ACP – Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico
- AfDB – *African Development Bank*
- AI – *all-inclusive*
- ANEs – Atores Não Estatais
- BCV – Banco de Cabo Verde
- BEI – Banco Europeu de Investimento
- CCCD – Comissão de Coordenação do Combate à Droga
- CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- CEESA – Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico
- EHTCV – Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde
- UE – União Europeia
- UECV – Delegação da União Europeia em Cabo Verde
- FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GOVCV – Governo de Cabo Verde
- ICLEI – *International Council for Local Environmental Initiatives*
- IDE – Investimento Direto Estrangeiro
- INATUR – Instituto Nacional do Turismo de Cabo Verde
- INECV – Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde
- MAAP – Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas
- MECC – Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade
- MFP – Ministério das Finanças e do Planeamento
- MFPDR – Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional
- MQE – Ministério da Qualificação e Emprego
- MS – Ministério da Saúde
- ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milénio
- OECD – *Organisation for Economic Cooperation and Development*
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ONG – Organizações Não Governamentais
- OTS – Organizações do Terceiro Setor
- PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEDTCV – Plano Estratégico Desenvolvimento Turístico de Cabo Verde  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIN – Programas Indicativos Nacionais  
PIR – Programas Indicativos Regionais  
PLATONGS – Plataforma das ONG de Cabo Verde  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde  
PNLP – Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PROMEX – Centro de Promoção Turística, dos Investimentos e das Exportações  
SDTIBM – Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio  
SNU – Sistema das Nações Unidas  
SNV – *Netherlands Development Organization*  
UNDP – *United Nations Development Programme*  
UNEP – *United Nations Environment Programme*  
UNWTO – *World Tourism Organization*  
WCED – *World Commission on Environment and Development*  
WEF – *World Economic Forum*  
WFF – *Walk Free Foundation*  
WTTC – *World Travel & Tourism Council*  
ZDTI – Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral  
ZRPT – Zonas de Reserva e Proteção Turística  
ZTE – Zonas Turísticas Especiais



## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCETUAL .....	7
1. Conjuntura e importância atual do turismo no mundo .....	7
1.1. <i>Perspetivas e tendências</i> .....	8
1.2. <i>Os efeitos do turismo e o desafio da sustentabilidade</i> .....	9
2. A emergência do empreendedorismo social .....	13
2.1. <i>Teorias sobre o empreendedorismo social</i> .....	15
2.2. <i>Perspetivas em torno da sua definição</i> .....	16
2.3. <i>Empreendedorismo versus Empreendedorismo Social</i> .....	20
2.4. <i>Perfis de empreendedores sociais</i> .....	21
2.5. <i>Fatores críticos de sucesso do empreendedorismo social</i> .....	24
CAPÍTULO II – PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA .....	31
1. Problema de pesquisa: turismo sustentável e empreendedorismo social em Cabo Verde ....	31
2. Modelo analítico e estratégia metodológica.....	35
CAPÍTULO III – CARATERIZAÇÃO DO CONTEXTO DE ESTUDO .....	41
1. Caraterização demográfica e socioeconómica de Cabo Verde .....	41
1.1. <i>Caraterização socioeconómica da ilha da Boa Vista</i> .....	51
2. Desenvolvimento do turismo em Cabo Verde .....	56
2.1. <i>O Turismo nas Políticas Públicas</i> .....	56
2.2. <i>A oferta e a procura turística cabo-verdiana</i> .....	62
3. Turismo em Cabo Verde: contexto para intervenções socialmente empreendedoras? .....	68
CAPÍTULO IV – PRÁTICAS, PERSPETIVAS E EXPECTATIVAS SOBRE O TURISMO E AS OTS EM CABO VERDE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS ATORES E DAS DINÂMICAS LOCAIS .....	73
1. Nível macro – contexto turístico perspectivado pelos protagonistas locais .....	73
2. Nível micro – o terreno de atuação das OTS, recursos e condições para o empreendedorismo social no setor turístico .....	89
2.1. <i>Capital humano</i> .....	89
2.2. <i>Capital social</i> .....	91
2.3. <i>Capital financeiro</i> .....	96
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	103
ANEXO I – Guião das entrevistas semiestruturadas .....	113
ANEXO II – Análise do conteúdo das entrevistas: Nível Macro .....	120
ANEXO III – Análise do conteúdo das entrevistas: Nível Micro .....	155
ANEXO IV – Caraterização dos Entrevistados .....	164

## ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1: Origem do empreendedorismo social.....	19
Figura 2: Estrutura do empreendedorismo social .....	26
Figura 3: Círculo virtuoso do capital social .....	27
Figura 4: Modelo analítico .....	37
Gráfico 1: Repartição da população por ilhas.....	41
Gráfico 2: Evolução da pobreza (2001/2002 – 2007) .....	45
Gráfico 3: Evolução do desemprego em Cabo Verde (2000 – 2014) .....	47
Gráfico 4: Variação (%) anual do PIB (2008 – 2014).....	49
Gráfico 5: Evolução do nº de habitantes na Boa Vista (1940 – 2010).....	51
Gráfico 6: Evolução do desemprego na Boa Vista (2007 – 2014).....	55
Gráfico 7: Cabo Verde – projeções demográficas por ilhas (2010 – 2030) .....	56
Gráfico 8: Evolução da procura turística em Cabo Verde (2000 – 2014) .....	63
Gráfico 9: Hóspedes e dormidas (%), por país de residência habitual dos hóspedes (2014) .....	65
Gráfico 10: Estadia média (noites), por país de residência habitual dos hóspedes (2014).....	65
Gráfico 11: Hóspedes e dormidas (%) segundo ilhas (2014) .....	66
Gráfico 12: Índice de sazonalidade dos hóspedes.....	68
Tabela 1: Dados estatísticos sobre o emprego .....	46
Tabela 2: Boa Vista – desemprego (%) por grupo etário, género e meio de residência (2014) .....	55
Tabela 3: Hóspedes e dormidas (%) segundo o tipo de estabelecimento (2014).....	67

## INTRODUÇÃO

O turismo é, desde há algumas décadas, um fenómeno cujo registo de crescimento é constante, facto que faz dele um dos setores mais preponderantes a nível mundial. Embora as deslocações e os contactos entre diferentes povos e culturas tenham feito sempre parte da história da humanidade, o reconhecimento da sua relevância enquanto atividade económica terá generalizado somente a partir da segunda metade do século passado, altura em que um conjunto vasto de transformações – políticas, sociais, económicas, tecnológicas e industriais – viabilizaram a popularização do acesso às viagens e originaram, por consequência, um aumento abrupto do fluxo das viagens.

A partir de então, esse movimento ganha consistência e não obstante a ocorrência de diversos acontecimentos potencialmente constrangedores dessa ação (crises financeiras, atentados terroristas, desastres naturais, epidemias, etc.), transforma-se num fenómeno de massas. Essa capacidade de resistência, a que se associam as suas tendências de desenvolvimento futuras, levam os mais conceituados organismos habilitados na temática a anteciparem a estabilidade do seu crescimento nas próximas décadas, especialmente em muitos países em desenvolvimento.

Mas essas previsões otimistas esbarram numa crescente vaga de críticas e ceticismo respeitantes às hipóteses desse crescimento ser capaz de se reverter na melhoria efetiva e duradoura das condições de vida das populações recetoras. Na verdade, essas inquietações são antigas e remontam ao período posterior à sua consolidação (segunda metade do século XX), quando se verificou que, juntamente com os seus benefícios económicos até então preferencialmente difundidos, os efeitos da atividade turística poderiam, também, gerar impactos negativos. Estudos posteriores comprovaram essas incertezas e demonstraram que os riscos ambientais e os desequilíbrios socioeconómicos associados ao turismo eram superiores em regiões economicamente vulneráveis.

Com efeito, progressivamente universalizou-se a certeza de que teriam que ser feitas diligências para o seu apropriado planeamento, regulamentação e monitorização, de modo a assegurar o seu desenvolvimento sustentável. No entanto, sobretudo enquadrado aos países em desenvolvimento e/ou economicamente vulneráveis, esse padrão “tipo ideal” de turismo é alvo de controvérsias, nomeadamente devido à sua hipotética incompatibilidade com o modelo turístico predominante: turismo de massas / regime *all-inclusive*. Ou seja, apesar de se admitir a sua capacidade para melhorar a qualidade de vida humana, o turismo é,

simultaneamente, identificado como potencial agente de devastação ambiental, alienação cultural, exclusão e desigualdade socioeconómica, domínio e aproveitamento externo, etc.

Cabo Verde, na qualidade de “país de desenvolvimento médio”, incorre no espaço de exteriorização desses problemas. Tendo visto reconhecidas internacionalmente as suas potencialidades turísticas, o governo designou, no início dos anos 90, esse ramo como estratégico e prioritário para mitigar as suas debilidades socioeconómicas, entre os quais a pobreza. Desde então, as forças do setor público foram substancialmente concentradas na captação de investimentos estrangeiros para o país, que foi admitindo a construção sucessiva e descontrolada de unidades hoteleiras de grandes dimensões. Essa afluência estabeleceu-se inicialmente na ilha do Sal, e lá manteve-se centralizada até aproximadamente uma década atrás, altura em que a ilha da Boa Vista também adquiriu protagonismo nesse campo, decorrente da aposta governamental na melhoria das condições de acesso aéreo.

Como resultado, Cabo Verde viu a sua procura turística aumentar exponencialmente e a contribuição da atividade para o PIB ser atualmente estimada na ordem dos 21%. Porém, o país apresenta hoje um quadro geral contraditório: se, por um lado, a economia cresceu, e a pobreza decresceu, por outro lado, as desigualdades sociais, as taxas de desemprego e de precariedade laboral propagaram-se. Essa situação evidencia-se mormente na ilha da Boa Vista onde, a título ilustrativo, a maioria dos colaboradores dos estabelecimentos turísticos tem baixa qualificação técnica e reside num bairro ilegal e degradado.

Em muitos contextos internacionais identicamente fustigados por problemas sociais, vão emergindo iniciativas socialmente empreendedoras para lhes fazer face. À semelhança do turismo, o empreendedorismo social está em franco crescimento. Ao sublinhar, como seu fim último, a geração de impacto social e a transformação do contexto alvo de intervenção, esse fenómeno concorre, em parte, para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Este estudo decorre, assim, na sequência de duas circunstâncias concomitantes: por um lado, da constatação da conjuntura turística e socioeconómica do país e da Boa Vista acima exposta. Por outro lado, da perceção inicial – posteriormente reforçada ante os resultados das pesquisas exploratórias – de fraca familiaridade com o conceito de empreendedorismo social no país. Em fase dessa situação, o problema de pesquisa focaliza-se nas articulações entre turismo (sustentável), o empreendedorismo social, e o papel que as

organizações do terceiro setor (OTS)<sup>1</sup> podem desempenhar a este respeito. A pesquisa orienta-se pelas seguintes interrogações:

1. Que perspetivas sobre o desenvolvimento turístico e o seu papel para o desenvolvimento mais amplo de Cabo Verde prevalecem nos discursos e nas práticas dos principais atores que atuam nesse campo, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista empresarial e empreendedor? Que relevo e importância estratégica reconhecem a formas de atuação no setor turístico baseadas nos princípios do empreendedorismo social?
2. Que iniciativas de empreendedorismo social no domínio turístico se observam em Cabo Verde? Que perspetivas e intenções de empreendedorismo social no setor turístico estão a emergir? Que metas e potenciais reconhecem os principais atores nessa forma de atuação?
3. As OTS nacionais, e em particular as da ilha da Boa Vista, reúnem condições, recursos e competências para promover iniciativas de empreendedorismo social no setor turístico? Que recursos estão disponíveis nessas OTS, nomeadamente em termos de capital social, humano e financeiro?

O seu objetivo principal é avaliar as condições do contexto turístico cabo-verdiano e boa-vistense, sondando nesse quadro as perspetivas para implementação de iniciativas de empreendedorismo social concebidas por OTS. Como objetivos específicos propõe-se aferir se as OTS estão munidas de capital social, capital humano e capital financeiro, tidos como recursos essenciais para se empreender socialmente. A sua finalidade é fornecer pistas para um desenvolvimento turístico sustentável de Cabo Verde, particularmente da ilha da Boa Vista, através da disseminação do empreendedorismo social no setor e no país.

Em termos metodológicos, a investigação guia-se por uma linha predominantemente qualitativa, um grau de profundidade descritiva e exploratória e, tendo em conta os objetivos propostos, um certo traço prospetivo. A recolha das informações foi feita com recurso à

---

<sup>1</sup> “Terceiro Setor” é um termo pouco comum, quer teórica quer empiricamente, em Cabo Verde, onde são mais frequentes os termos “Economia Social”, ou ainda “Economia Social e Solidária”. Às organizações que ali atuam nesse campo são aplicadas, indiscriminadamente, designações como: “Organizações Não-Governamentais”, “Organizações da Sociedade Civil”, ou ainda “Organizações sem fins lucrativos”. Por isso, no presente trabalho optou-se por incluir todas elas na designação “Organizações do Terceiro Setor”, seguindo S. Ferreira (2000: s.p.), que integra na definição de Terceiro Setor as “organizações que, não sendo Estado, produzem bens e serviços de interesse geral e que, sendo privadas, não têm como objetivo principal a apropriação individual do lucro”.

triangulação entre entrevistas semiestruturadas a informadores privilegiados e interlocutores locais, análise documental e observação direta no terreno.

A delimitação temporal do objeto de estudo reporta-se à atualidade. No entanto, porque só se compreende o presente conhecendo o passado, a menção a aspetos relevantes e elucidativos da evolução histórica das políticas públicas do país, nomeadamente no tocante ao setor turístico, é recorrente. Em termos espaciais, a sua delimitação cinge-se ao território nacional cabo-verdiano, com especial incidência na ilha da Boa Vista. Esta última opção tem subjacentes razões de foro afetivo, na medida em que o autor do estudo é oriundo dessa ilha, mas também relacionadas com o *sui generis* trajeto socioeconómico ali experimentado desde há cerca de uma década, num cenário em que o turismo assume particular notabilidade.

A pertinência deste estudo assenta em três fatores. Em primeiro lugar, pelo interesse que se espera que venha a ter no avanço do conhecimento científico sobre um objeto de estudo que ainda é pouco estudado. Em segundo, pela sua natureza pioneira em Cabo Verde, dado que, tanto quanto foi possível apurar, não há referência a qualquer estudo que tivesse o empreendedorismo social no cerne do escopo, tão-pouco conotado ao fenómeno turístico. O empreendedorismo social afigura-se, portanto, como um tema inexplorado no país, o que reforça a necessidade de se intentar trabalhos desta índole. O terceiro fator relaciona-se com a faculdade, ou potencialidade, que lhe tem sido conferida na transformação de cenários flagelados por complexos problemas sociais, ao qual não fica isento Cabo Verde, país de desenvolvimento médio, vulnerável sob o ponto de vista socioeconómico e cujo paradigma de desenvolvimento – desde há duas décadas alicerçado, principalmente, no setor turístico – revela-se, por exemplo, eficaz na redução da pobreza, mas contestável no que se refere à mitigação das desigualdades e outros desafios sociais.

Esta dissertação integra quatro capítulos. O capítulo I faz o enquadramento teórico do objeto de estudo, e procura fornecer o contexto para o estudo empírico subdividindo os temas em dois: em primeiro lugar, apresenta os elementos que corroboram a relevância que o turismo desfruta no panorama mundial e as suas tendências de evolução futuras, para depois centrar a discussão em torno das principais teses sobre os seus efeitos e as questões que desafiam o seu desenvolvimento de forma sustentável. No segundo ponto, identifica-se e aborda-se as ideias centrais à volta da emergência do empreendedorismo social, nomeadamente as suas diferentes correntes de abordagem, formas de materialização, características que o distinguem do empreendedorismo convencional, e os pontos-chave que

explicam o sucesso ou o fracasso dessas iniciativas. No capítulo II, delimita-se o problema de pesquisa, formula-se as questões associadas e, por último, define-se e clarifica-se os procedimentos metodológicos adotados. O capítulo III marca o prelúdio da componente empírica do estudo, na qual recorre-se a análises documentais para fazer um diagnóstico do contexto de estudo. Este engloba a caracterização demográfica e socioeconómica de Cabo Verde e da ilha da Boa Vista, a descrição dos marcos históricos da evolução do turismo no país, a avaliação das tendências nacionais perante a oferta e a procura. Encerra com uma análise do terceiro setor cabo-verdiano, com vista à implementação de iniciativas de empreendedorismo social no setor turístico. O capítulo IV completa a parte empírica, em que se procura aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento turístico e o papel que nele pode representar os projetos de empreendedorismo social das OTS. Esta parte inclui, assim, a apresentação e análise dos pontos de vistas dos intervenientes nacionais e locais sobre o objeto de estudo em questão. O trabalho culmina com a revisão e sintetização dos principais resultados, e a apresentação de algumas recomendações daí decorrentes.





## CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCETUAL

### 1. Conjuntura e importância atual do turismo no mundo

Fruto dos progressos económicos, sociais e tecnológicos registados a partir da segunda metade do século XX, o acesso às viagens generalizou-se e impulsionou um dos fenómenos que ainda hoje é estimado como um dos mais prósperos da contemporaneidade (Cunha, 2006). O turismo é um poderoso veículo para o crescimento económico e criação de empregos (Banco Mundial, 2013b), uma notável fonte de receitas externas, um dos principais impulsionadores do progresso socioeconómico de muitos países e uma prioridade para a maioria dos países em desenvolvimento que procuram ser sustentáveis. Quando conduzido adequadamente pode também contribuir para a redução da pobreza (UNWTO e SNV, 2010).

O seu crescimento contínuo nas últimas seis décadas prescreveu-o como um dos setores mais hegemónicos e globalizados do panorama económico mundial. Se em 1950 eram mais ou menos 25 milhões, estima-se que em 2014 as chegadas internacionais atingiram os 1.133 milhões de turistas – 53% dos quais motivados por lazer, 14% por razões comerciais e profissionais e outros 27% por um misto de razões que compõem visitas a amigos e familiares, religião, tratamentos de saúde, etc. Esse movimento gerou um volume global de receitas na ordem dos 937 bilhões de euros, valeu 30% dos serviços exportados (UNWTO, 2015), contribuiu para o PIB em cerca de 9%, e para a criação de emprego em igual proporção (WTTC, 2015b). A China é o país que mais gasta em viagens internacionais, o principal emissor de turistas, e um dos principais recetores, precedido pela França, EUA e Espanha, e sucedido pela Itália (UNWTO, 2015).

África teve em 2014, de acordo com a UNWTO, um fraco crescimento na maioria dos destinos. Mesmo assim o continente recebeu um total de 56 milhões de turistas, mais 2% face a 2013. As receitas provenientes do turismo internacional cresceram 3%, para um total de 27 bilhões de euros. Em contraste com as regiões norte (+1%) e sul (+0%) a África Subsariana terá registado um crescimento de 3% em 2014, não obstante o surto de ébola que afetou alguns países dessa região. A quota mundial do continente africano, em termos de chegadas e receitas, manteve-se nos 5% e 3%, respetivamente. (*ibid.*)

No que se refere aos segmentos de mercado turístico, no decorrer dos últimos cinco anos o maior desenvolvimento terá sido o segmento *city breaks*, que beneficiou da expansão dos voos e alojamentos de baixo custo para crescer 58% e a atingir uma quota de mercado

de 20%. Ao contrário do turismo itinerante, que cresceu 32% (23% de todas as férias), as férias em meio rural caíram 17% e agora representam somente 11% de todas as férias. Por outro lado, com um acréscimo de 18% nesse mesmo período, o segmento sol e praia continua a ser o mais relevante, dominando o mercado das viagens de férias com uma taxa de 28%. Já no domínio das viagens de negócios, o segmento *MICE*<sup>2</sup> representa agora 54% desse mercado, depois de ter suplantado o segmento das viagens de negócios tradicionais, que declina devido ao efeito das novas soluções tecnológicas (IPK International e ITB Berlin, 2014).

### ***1.1. Perspetivas e tendências***

O passado de evolução consistente e de resistência a fenómenos exógenos, como as crises financeiras, os atentados terroristas, as epidemias ou os desastres naturais, sugerem um futuro propício e auspicioso para a atividade turística. O número de chegadas de turistas internacionais deverá aumentar em média 3,3% ao ano no período de 2010 a 2030, para atingir 1,8 bilhões de turistas. Em comparação com os países desenvolvidos, os destinos economicamente emergentes da Ásia, América Latina, Europa Central e Oriental, Médio Oriente e África, deverão receber o dobro de chegadas de turistas internacionais (4,4% ao ano) (UNWTO, 2015).

As contínuas transformações nas motivações e comportamentos dos turistas determinam a dinâmica igualmente constante do mercado turístico.

No seguimento das tendências dos últimos anos, a tecnologia é o ramo que, a curto prazo, mais influenciará a atividade turística e os negócios relacionados. Calcula-se, por exemplo, que a maior parte das reservas para viagens, restaurantes e áreas análogas passarão a ser feitas através dos telefones e/ou relógios *smart*, o processo de *check-in* e outras tarefas hoteleiras serão automatizados ou executados por robôs, etc.

É nessa corrente de disrupção dos moldes de negócio estabelecidos que vão nascendo cada vez mais empresas de “consumo colaborativo” no setor turístico, amiúde pontuadas pela maior personalização, acessibilidade e flexibilidade, aproveitamento de recursos privados, de baixo custo e, especialmente, pelo suporte tecnológico. São disso exemplos, a aplicação móvel de transporte Uber e as plataformas de provisão de hospedagem Airbnb, HomeAway, Wimdu, entre outras (IPK International e ITB Berlin, 2014).

---

<sup>2</sup> *Meetings, Incentives, Conferences & Exhibitions* / Reuniões, Incentivos, Conferências e Exposições

A procura por “experiências autênticas”, que potenciem a convivência e a interação com a cultura e modos de viver do local visitado, também constitui uma propensão, depois de um longo período encerrado pelo artificialismo e impessoalidade.

O envelhecimento da população – com consequências no aumento do segmento sénior –, as mudanças na constituição familiar, o alargamento dos fluxos migratórios – com implicações no fluxo de turistas que visitam familiares e amigos – fazem parte das tendências demográficas que também continuarão a influir no turismo, tanto quanto a progressiva liberalização dos espaços aéreos – com efeitos na expansão das companhias de voos *low cost* –, a gradual perceção dos desafios do desenvolvimento sustentável e o maior cuidado com os requisitos de segurança (Carvão, 2009).

### ***1.2. Os efeitos do turismo e o desafio da sustentabilidade***

O turismo é um fenómeno complexo e pluridimensional, e as suas implicações multidireccionais, o que faz dele um agente de mudança social por excelência. E esses impactos – económicos, ambientais e socioculturais – são indissociáveis (Dias, 2003). É um elemento próprio da globalização, com consequências positivas ou negativas sobre as pessoas, que não são indiferentes à mudança (Pérez, 2009).

Segundo Murphy (*apud* Marujo, 2005: 30), o desenvolvimento do turismo num determinado território pode gerar mudanças sociais de natureza distintas: se por um lado pode estimular o desenvolvimento através de ganhos socioeconómicos para as comunidades, por outro lado as mudanças podem gerar “dependência, representada por um desenvolvimento económico que deixa a estrutura social subdesenvolvida ou reforça e intensifica injustiças sociais existentes”.

Afigura-se, pois, incontornável que o turismo pode ter um grande impacto sob as comunidades locais nos destinos turísticos. Pode ser uma fonte de rendimento e emprego para a população local, mas também pode representar uma ameaça para o tecido social, património natural e cultural de um território, do qual em última análise depende, mas se for bem planeado e gerido pode ser uma força para a sua conservação (UNEP e ICLEI, 2003).

Percebe-se, deste modo, que se do ponto de vista económico a importância mundial do turismo é axiomática, no que diz respeito, por exemplo, aos aspetos ambientais e socioculturais, subsistem ainda desafios a serem vencidos, particularmente nos destinos considerados emergentes ou em desenvolvimento.

O compromisso mundial para a promoção de práticas turísticas sustentáveis é uma prioridade cada vez mais acentuada. Porém, a sua gênese não é recente. Paralelamente à consolidação do turismo no século passado, percebeu-se que os seus impactos positivos estavam a ofuscar os negativos, inicialmente tidos como nulos ou exíguos, pelo que era necessário avaliar e monitorizar, continuamente, esses movimentos.

Saarinen (2006) recorda que a questão da sustentabilidade do turismo começa a ganhar relevo a partir da década de 60, quando as preocupações académicas em relação aos potenciais efeitos negativos da massificação do turismo começaram a motivar pesquisas sobre a capacidade de carga turística dos territórios. No entanto, depois de duas décadas entusiásticas com a ideia da capacidade de carga a servir de base para a abordagem às pesquisas e gestão dos impactos negativos, percebeu-se que esse conceito era problemático, quer a nível teórico, quer prático. Até ao início dos anos 90, a capacidade de carga é amplamente substituída nas pesquisas e discursos sobre desenvolvimento pela ideia de turismo sustentável.

O conceito de turismo sustentável resulta da transferência da ideologia e dos princípios do desenvolvimento sustentável, publicados em 1987 pela Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento no *Relatório Brundtland*, também conhecido como *Our Common Future* (Butler, 1999; Mourão, 2000; Saarinen, 2006), que definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras (WCED, 1987).

Porém, o turismo não foi considerado nesse relatório e, por conseguinte, a sustentabilidade passou a ser interpretada de forma variada no contexto do turismo (Butler, 1999). Essa lacuna viria a ser colmatada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, através da publicação de um plano de ações para alcançar o desenvolvimento sustentável, denominado *Agenda 21*. “Embora não se referindo direta e especificamente ao desenvolvimento do turismo, a *Agenda 21* integra um conjunto de programas de ação em diferentes domínios com ele relacionados” (Mourão, 2000: 107). Para a complementar, a UNWTO, conjuntamente com a ECA (Earth Council Alliance) e a *World Travel & Tourism Council* (WTTC), lançaram em 1996 a *Agenda 21 para as Viagens e Turismo*.

A partir daí, o termo “turismo sustentável” ganha força. Continua, entretanto, a ser um modelo “tipo ideal” de turismo, almejado por todos, porém nem sempre traduzido para

a prática da mesma forma por todos. Ainda que esteja bem consolidado, não é um conceito consensual, sendo possível encontrar diversas definições na literatura sobre o tema. Aliás, subsistem muitas críticas quanto à ideia e as possibilidades para a sua operacionalização (Saarinen, 2006; Butler, 1999).

A UNWTO contrapõe que este deve ser interpretado como um processo contínuo de melhoria e não como um fim em si mesmo (UNEP e UNWTO, 2005). Com efeito, o relatório *Making Tourism More Sustainable – A Guide for Policy Makers* publicado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO), em 2005, considera equivocadas as conceções do turismo sustentável como um tipo particular de turismo mais indicado a um nicho de mercado sensível aos impactos ambientais e sociais, servido por determinados tipos de produtos e operadores e geralmente implicando práticas turísticas em pequena escala, em contraste com o alto volume de turistas. Assim, esclarece que o desenvolvimento e a gestão sustentável do turismo visa, fundamentalmente, fazer com que qualquer tipo de turismo, incluindo o turismo de massas e os diversos segmentos turísticos, em qualquer destino, seja mais sustentável. Isto é, o termo deve ser utilizado para se referir a uma condição do turismo e não para um tipo de turismo (*ibid.*), até porque “não é o desenvolvimento do turismo que provoca sobrecarga turística mas sim o seu crescimento desadequado e desequilibrado” (Cunha, 2006: 405).

À vista disso, o turismo é considerado sustentável quando “tem em devida conta os seus atuais e futuros impactos económicos, sociais e ambientais, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria turística, da preservação do ambiente e das comunidades anfitriãs” (UNEP e UNWTO, 2005: 11-12). E isso implica:

- Otimizar a utilização dos recursos ambientais, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o património natural e a biodiversidade;
- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservar os seus valores tradicionais, o seu património cultural construído e vivido e contribuir para a compreensão e tolerância intercultural;
- Garantir operações económicas viáveis, a longo prazo, proporcionando uma distribuição justa dos benefícios socioeconómicos para todas as partes interessadas, incluindo o emprego estável e oportunidades de geração de rendimentos e serviços sociais às comunidades anfitriãs.

O desenvolvimento do turismo sustentável requer, ainda, a participação informada de todos os *stakeholders*, bem como uma liderança política capaz de garantir a ampla participação e construção de consensos. É um processo contínuo, que requer constante monitoração dos impactos (*ibid.*).

A noção de turismo sustentável é atualmente melhor compreendida e mais aceite. A necessidade de congregar o contexto económico, sociocultural e ambiental no desenvolvimento do turismo, como um requisito fundamental para a sua competitividade e sustentabilidade, é especialmente indispensável nos SIDS<sup>3</sup>, grupo de cinquenta e dois países – onde se inclui Cabo Verde – que, segundo a ONU, apresenta vulnerabilidades sociais, económicas e ambientais específicas, decorrentes de um conjunto de características comuns, designadamente a escassez de recursos de utilidade económica, excessiva dependência externa e sensibilidade ambiental (UNWTO, 2012). Para esses países, o turismo representa uma oportunidade de desenvolvimento socioeconómico de grande importância, mas exige também que, pelas razões apontadas, o seu planeamento seja particularmente atento aos riscos e às desigualdades que o seu desenvolvimento é capaz de gerar.

Mas como se consegue compatibilizar interesses num palco de ação onde intervêm diferentes atores, com convicções, necessidades e, sobretudo, com interesses e capacidades de atuação distintas? Como conciliar os desejos do turista que procura o exótico para usufruir dos recursos turísticos aí existentes de maneira mais satisfatória possível, a ambição das empresas privadas que encaram essa procura como uma oportunidade de mercado e rápida maximização do lucro, as necessidades e pretensões da população residente em conservar, valorizar e também obter benefícios pelo usufruto alheio dos recursos que fazem parte do seu quotidiano, e a função do poder público, a quem cabe promover e garantir o desenvolvimento equilibrado do seu território? Esse exercício exige, decerto, aprimoradas capacidades de gestão e mediação. No entanto, por si só são insuficientes. O desafio é ainda mais complicado para os SIDS, que devido às suas fragilidades estruturais, se veem fortemente sujeitos às dinâmicas impostas pela globalização, com todas as suas vantagens e desvantagens. Se é verdade que tem sido um dos principais fatores de promoção do turismo internacional, também é factual que a globalização – potencializada pela adoção de políticas liberais, multinacionalização de empresas e proliferação das novas tecnologias de comunicação, produção e informatização dos processos – tem vindo a contribuir para a

---

<sup>3</sup> Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

imposição de uma relação de dependência (ou de domínio e submissão) política e económica entre países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, na qual estes, por não possuírem os mesmos recursos a que têm acesso os primeiros, acabam por suportar mais malefícios do que benefícios.

Pois, ao contrário dos países desenvolvidos, que em regra possuem estruturas humanas, técnicas, legislativas e logísticas para lidarem com os fluxos turísticos e os seus impactos, os países em desenvolvimento, por força das suas prementes necessidades sociais e escassez de capital financeiro, tendem a valorizar e priorizar excessivamente a perspetiva económica do turismo. Geralmente, ao tomarem consciência das suas potencialidades turísticas, procuram construir infraestruturas básicas de acesso e eliminar possíveis restrições (ex.: atribuição de incentivos fiscais, aduaneiros, etc.), de modo a irem de encontro às exigências dos investidores estrangeiros, possibilitando, assim, o rápido desenvolvimento do destino, mas também colocando em causa a sua sustentabilidade (económica, inclusive). E, nesse quadro, ficam frequentemente reféns dos interesses dos atores empresariais internacionais, que veem nesses territórios, sobretudo contextos de geração de mais-valias e não tanto territórios a carecerem de dinâmicas de desenvolvimento socioeconómico equilibradas.

Os impactos negativos do turismo, particularmente nos SIDS, podem, apesar disso, ser minimizados e os benefícios para os autóctones maximizados se os governos desempenharem um papel forte no setor turístico, com acuidade e equilíbrio entre os interesses locais e nacionais, e, ainda, se adotarem uma postura mais favorável aos segmentos mais desfavorecidos da população, empoderando-os e incentivando-os a terem uma maior participação no planeamento e nas tomadas de decisão sobre o desenvolvimento turístico (Scheyvens e Momsen, 2008).

## **2. A emergência do empreendedorismo social**

À semelhança do turismo, o empreendedorismo social é um fenómeno em franco crescimento, que atrai cada vez mais atenção dos mais variados setores da sociedade, fazendo, inclusive, parte da estratégia de algumas organizações sociais de destaque mundial, como a *Ashoka*, a *Schwab* e o *Skoll* (Martin e Osberg, 2007).

Enquanto conceito, a sua emergência ocorre nos anos 80 do século XX nos EUA, mas só se propaga na década seguinte, como designação para qualificar as soluções e lógicas de intervenção adotadas por cidadãos e sociedade civil em geral para atacar os problemas

sociais que se escapavam do raio de ação quer dos Estados quer do mercado, por desconsideração ou inaptidão (Parente, 2014).

Por detrás dessa popularidade estão diversas causas, a começar pelo interesse pela história (como e porque fazem o que fazem) de empreendedores sociais destacados (entre os quais Muhammad Yunus, fundador do Banco Grameen e laureado com o Prémio Nobel da Paz em 2006) (Martin e Osberb, 2007). Organizações como as supramencionadas, juntamente com investigadores e outros atores da sociedade civil, também contribuíram para a popularização do conceito. Mas o rápido crescimento deste fenómeno nos últimos tempos deve-se, sobretudo, às importantes alterações da conjuntura socioeconómica, política e cultural, a nível mundial, designadamente a busca de ações sustentáveis e inovadoras para responder aos desafios dos problemas considerados complexos (alterações climáticas; desigualdade e pobreza; falta de acesso a cuidados básicos de saúde, água potável e energia; migração em massa; terrorismo, etc.); a globalização e massificação da conectividade virtual que intensificou a interação entre os empreendedores sociais e os *stakeholders*, e melhorou a capacidade de identificação e resposta às necessidades sociais; a reconfiguração e redução da função social dos Estados; e ainda o sincronismo entre a proliferação das organizações da sociedade civil e as recessões económicas ou restrições à subsidiariedade pública, levando a que se tornassem mais empreendedoras na busca por novas fontes de financiamento (Huybrechts e Nicholls, 2012; Parente *et al.*, 2011). E essa prática está a tornar-se mais expressiva também em virtude da existência de uma boa rede de financiamento para esse fim (Mulgan, 2012).

Se a noção é nova, o fenómeno nem por isso. O empreendedorismo social, isto é, iniciativas inovadoras e de cunho empresarial para resolução de problemas sociais, sempre existiram (Dees, 2001; Alvord *et al.*, 2004; Mair e Martí, 2006; Huybrechts e Nicholls, 2012; Parente, 2014). Para validar esse argumento, os investigadores que se têm dedicado ao tema citam várias personalidades: Michael Young, um dos pioneiros na criação da área do empreendedorismo social nos anos 60 e 70 (Mulgan, 2012); Bill Drayton, que em 1980 fundou a Ashoka; Muhammad Yunus, criador do Banco Grameen em 1976; Bill Strickland, fundador, em 1968, do Manchester Craftsmen's Guild; Govindappa Venkataswamy, fundador da Aravind Eye Hospital em 1976, na Índia; Ibrahim Abouleish, através da Sekem, no Egito, em 1977 (Mair e Martí, 2006); Robert Owen, considerado um dos “pais” do movimento cooperativo; Vinoba Bhave, um dos discípulos de Mahatma Gandhi; Jean-



Baptiste Godin, francês que providenciou serviços de assistência social aos operários (Huybrechts e Nicholls, 2012), etc.

É consensual que o “empreendedorismo social” deriva do “empreendedorismo”, conceito com uma longa história no setor empresarial (Alvord *et al.*, 2004). O empreendedorismo social é, logo, um termo cujos princípios transitaram para o campo social vindo da área econômica convencional (S. Ferreira, 2006), na qual o âmbito do termo “empreendedor” funde as ideias de Jean Baptiste Say (criar valor), Joseph Schumpeter (agente de mudança na economia), Peter Drucker (exploração de oportunidades resultantes das mudanças) e Howard Stevenson (tenacidade) (Dees, 2001).

No entanto, a nova designação traz a novidade de extinguir a separação que havia entre setores e a subsequente expansão do campo de atuação dos empreendedores sociais, na procura por lógicas mais eficazes. Agora, a par de atividades inovadoras sem fins lucrativos, pode abarcar atividades lucrativas com objetivos sociais e organizações híbridas que combinam elementos lucrativos e não lucrativos (*ibid.*).

### ***2.1. Teorias sobre o empreendedorismo social***

A compreensão do empreendedorismo social tem suscitado vários estudos e debates no meio acadêmico. Daí decorre a constatação de existência de disparidades na sua abordagem entre o contexto europeu e o norte-americano, onde se aceita que emanou o conceito e onde o primeiro olhar em torno do debate sobre a temática narrou o recurso a atividades comerciais por parte das organizações sem fins lucrativas ou iniciativas privadas, em favor de missões sociais (Defourny e Nyssens, 2010). Já no contexto europeu, o mesmo fenómeno foi percebido por outras designações (Parente *et al.*, 2011), e as análises focaram-se mais no empreendedorismo coletivo e nos níveis organizacionais (Huybrechts e Nicholls, 2012).

Da abordagem norte-americana às iniciativas socialmente empreendedoras do setor não lucrativo, marcada pela limitada intervenção estatal na economia e predominância de ideias liberais, resulta a proeminência de duas perspetivas: a *escola da gestão empresarial ou de geração de receitas* – “centrada nas preocupações de sustentabilidade económica do setor não lucrativo baseadas numa forte orientação para o mercado e na eficácia dos métodos empresariais consideradas ferramentas eficientes para sobreviver e/ou prosperar”; e a *escola da inovação social* – “centrada mais na figura do empreendedor enquanto ator social e económico por excelência, com qualidades pessoais intrínsecas que fazem dele um agente

de mudança sistémica” (Parente, 2014: 27). Portanto, a primeira põe tónica na criação de organizações com missão social, mas com forte pendor comercial como meio para a prossecução da missão, enquanto a segunda enfatiza a figura do empreendedor social – dissociado de qualquer tipo de organização coletiva, pública ou privada – que faz uso das suas competências individuais para encontrar soluções inovadoras que possam ter impactos sociais tão extenso para gerar transformações sistémicas (*ibid.*).

Na europa, a denominada crise dos Estados Providência, em concomitância com o crescimento do desemprego, da pobreza e da exclusão social, fizeram renovar as práxis da economia social, na busca de modelos de desenvolvimento sustentáveis. Ganham, aqui, relevo, as empresas de inserção e os serviços de proximidade (Defourny, 2001 *apud* Parente, 2014). Essas práticas e formas organizacionais tem sido enquadradas na *escola europeia das empresas sociais* ou *da economia social*. Aqui os indivíduos social e economicamente excluídos produzem e vendem serviços e bens para os setores público e privado, por intermédio de organizações autónomas e legalmente constituídas, orientadas pela democracia interna e gestão participada dos *stakeholders*, primado pelo bem comum em detrimento do capital (Parente, 2014). Esta escola incorpora o conceito de empresa social da Rede Europeia EMES, que na sua definição integra critérios provenientes da dimensão económica – atividade contínua de produção de bens e/ou venda de serviços; elevado grau de autonomia; significativos níveis de risco económico; quantidade mínima de trabalho assalariado – e da dimensão social – propósito explícito de beneficiar a comunidade; iniciativa promovida por um grupo de cidadãos; poder de decisão não baseada na propriedade de capital; carácter participativo, com envolvimento de todos os *stakeholders*; e limitada distribuição dos lucros (Defourny e Nyssens, 2010).

Por fim, a *escola da economia solidária da América Latina*, que embora se aproxime da anterior no que toca aos princípios da governança, diferencia-se por acarretar uma ideologia política consubstanciada por uma visão económica plural e alternativa, assinalada pela solidariedade, reciprocidade, autogestão e redistribuição económica (Parente, 2014).

## **2.2. Perspetivas em torno da sua definição**

A literatura académica está repleta de definições do empreendedorismo social, facto que talvez dá razão a Dees (2001), que o vê como um conceito que continua a ter um significado diferente para diferentes pessoas e investigadores.

É precisamente Gregory Dees quem terá concebido uma das definições mais completas e clássicas do conceito de Empreendedorismo Social, ao afirmar que são empreendedores sociais os indivíduos que

Desempenham o papel de agentes da mudança no setor social ao adotarem uma missão para criar e manter valor social (e não apenas valor privado); reconhecerem e procurarem obstinadamente novas oportunidades para servir essa missão; empenharem-se num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem; agirem com ousadia sem se sentir limitado pelos recursos disponíveis no momento; e prestarem contas com transparência às clientelas que servem e em relação aos resultados obtidos (Dees, 2001: 4).

Mair e Martí (2006) dividem as diferentes linhas de investigação sobre o tema em três grupos: o primeiro grupo de investigadores (Austin, Stevenson e Wei-Skiller, 2003; Boschee, 1998) refere-se ao empreendedorismo social como iniciativas não lucrativas que buscam estratégias de financiamento, ou sistemas de gestão alternativas, para criar valor social; o segundo grupo (Sagawa e Segal, 2000; Waddock, 1988) entendem-no como as práticas de responsabilidade social das empresas comerciais engajadas em parcerias intersetoriais; já o terceiro grupo (Alvord *et al.*, 2004) vê o empreendedorismo social como forma de aliviar problemas sociais e catalisar transformações sociais.

Apesar da nítida falta de clareza e consenso quanto à definição do fenómeno, os mesmos autores argumentam que tal constatação não deveria impedir que se continuasse a busca pela sua teorização, e propuseram uma definição operacional que entende o empreendedorismo social em geral como um processo que envolve o uso e a combinação inovadora de recursos na procura de oportunidades para a criação de valor social, que catalisem mudanças sociais e/ou atendem a necessidades sociais. Esse processo não distingue a oferta de serviços de produtos, que pode suceder numa organização nova ou numa já existente (intraempreendedorismo social).

Martin e Osberg (2007), por seu turno, definiram-no como sendo um composto de três elementos: (1) identificação de um equilíbrio estável, mas inerentemente injusto que provoca a exclusão, a marginalização, ou o sofrimento de um segmento da sociedade que isoladamente não dispõe de meios financeiros ou influência política para os contornar; (2) identificação de uma oportunidade neste equilíbrio injusto e o desenvolvimento de uma proposta de criação de valor social capaz de suportar, desafiando, assim, a hegemonia do estado estável; e (3) criação de um equilíbrio novo e estável, que alivia o sofrimento do

grupo-alvo ou liberta o seu potencial, de forma a garantir um futuro melhor para esse segmento e/ou mesmo para a sociedade em geral.

A diversidade de perspectivas motivou Brooks (2008) a reunir um conjunto de argumentos e aspetos que, segundo ele, estão presentes em praticamente todas as definições desencadeadas pelos principais investigadores da área: (1) o empreendedorismo social visa a resolução de problemas ou necessidades sociais não satisfeitas nem pelo setor privado nem pelo público; (2) é, principalmente, motivado pelo benefício social; (3) trabalha, geralmente, com (e não contra) as forças do mercado.

Brouard e Larivet também analisaram um conjunto de definições do empreendedorismo social, no intuito de sublinhar as suas principais características. Por conseguinte, como características primárias mencionam as seguintes: representa uma variedade de atividades e processos; quer criar e manter valor social; incentiva mais abordagens empreendedoras para o uso social; revela vários níveis de inovação e mudança; e é limitado pelo meio envolvente. E entre outras características secundárias, referem a variedade de formas legais que pode assumir, a possibilidade de utilização de conceitos, princípios, modelos e ferramentas do setor empresarial, de reinvestir os lucros nas próprias atividades ao invés de os distribuir aos investidores, e a resolução das falhas sociais dos mercados. À vista disso, definiram-no como “uma variedade de atividades e processos para criar e manter valor social através de abordagens mais inovadoras e empreendedoras e limitados pelo ambiente externo”<sup>4</sup> (Brouard e Larivet, 2009: 11).

Constata-se, assim, que o foco no valor social é constante e transversal às várias definições de empreendedorismo social (Certo e Miller, 2008). Nesse caso, é legítimo questionar: o que representa objetivamente o *valor social* que é suposto ser produzido pelo empreendedorismo social? Este exercício é particularmente difícil, uma vez que o *social* é uma categoria extremamente complexa e contestada (Nicholls e Cho, 2006).

Rowena Young também concorda que a contestabilidade é uma das características do valor social porque reúne elementos incomensuráveis e outros que não podem ser facilmente agregados em uma única métrica. É ainda caracterizado pela subjetividade (pois os processos de consumo, participação e co-construção dependem das experiências de vida, e estão intimamente associados aos seus efeitos); pela heterogeneidade (resulta de processo

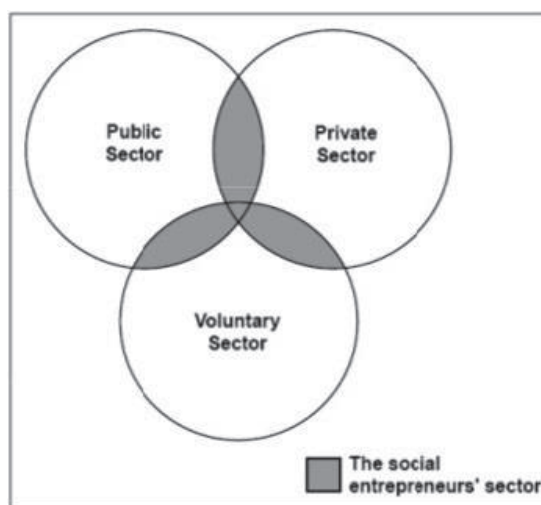
---

<sup>4</sup> Tradução livre do autor. No original “*Social entrepreneurship is a concept which represents a variety of activities and processes to create and sustain social value by using more entrepreneurial and innovative approaches and constrained by the external environment*” (Brouard e Larivet, 2009: 11).

negociado entre os *stakeholders*); pela contingência (na medida em que é incerto e está sempre aberto a reavaliação); e pelos valores básicos da vida, que são inseparáveis quando se trata de atividades sociais. Segundo a autora, o valor social só ganha sentido se beneficiar e for reconhecido pelo público-alvo da intervenção (Young, 2006).

Outro tema crítico relacionado com o empreendedorismo social prende-se com a configuração legal que as iniciativas podem assumir. Austin *et al.* são de opinião que o empreendedorismo social não é definido pela forma jurídica, uma vez que pode ocorrer através de diversos meios. Sendo problema social o fator central, a decisão sobre a forma organizacional deve fundamentar-se em qual o formato mais eficaz para mobilizar os recursos necessários para resolver esse problema. Exemplos de empreendedorismo social podem ser encontrados no seio de organizações sem fins lucrativos, mas também de empresas privadas ou instituições governamentais (Austin *et al.*, 2006). Na verdade o empreendedorismo social não se confina ao setor não-governamental. Emerge a partir da conjugação das forças dos três setores (Leadbeater, 1997).

Figura 1: origem do empreendedorismo social



Fonte: Leadbeater (1997: 10)

Em suma, pode-se afirmar que a configuração atual do empreendedorismo social assume uma nova resposta social, que envolve todos os setores de atividade, numa lógica inovadora, mercantil e sustentável – e não assistencialista, como era (ou ainda) é prática – para pôr fim aos problemas sociais da humanidade, para os quais ainda não existem respostas, ou, se existem, são ineficazes.

### 2.3. *Empreendedorismo versus Empreendedorismo Social*

Gregory Dees (2001) qualifica o empreendedor social com um género de empreendedor, isto é, um empreendedor expresso e primariamente orientado pela missão social, que por conseguinte o distingue na forma como deteta e avalia as oportunidades. Esse autor também defende que, enquanto o empreendedor empresarial avalia o valor criado através da riqueza que gera, esse item constitui um meio para se atingir a finalidade primordial da missão social, que é gerar impacto social.

Mais sucinto, F. Santos (2009) afirma que o empreendedorismo social distingue-se do empreendedorismo empresarial pelo seu foco predominante na criação de valor em oposição a um foco predominante na apropriação de valor.

Austin *et al.* (2006) são mais abrangentes e elegem as quatro componentes-chave do empreendedorismo empresarial do modelo proposto por Sahlman, em 1996, para distinguir os dois tipos de empreendedorismo. Segundo esses autores, em primeiro lugar diferem pela natureza das oportunidades, sobre as quais o empreendedorismo empresarial tende a concentrar-se em novas necessidades, ao passo que o empreendedorismo social muitas vezes foca-se em necessidades já bastante consagradas, através de abordagens mais eficazes e inovadoras. Para um empreendedor, uma oportunidade é válida se o mercado for amplo ou estiver em crescimento e deve ser estruturalmente atraente. Enquanto para um empreendedor social, geralmente uma necessidade social reconhecida, insuficientemente atendida, ou uma falha de mercado afiançam uma dimensão de mercado mais do que suficiente. Em segundo lugar, diferem pelo impacto do contexto envolvente. Se o empreendedor empresarial procura evitar investir em ambientes adversos, uma oportunidade num contexto inóspito é muitas vezes a causa da intervenção de um empreendedor social. Aliás, como normalmente os problemas sociais estão profundamente enraizados em fatores contextuais, ele procura transformar o próprio contexto. Em terceiro lugar, a natureza dos seus recursos humanos e financeiros é distinta, sobretudo devido às dificuldades que o empreendedor social defronta para mobilizar recursos. Ao contrário de um empreendedor empresarial, que normalmente dispõe de recursos financeiros ou incentivos para recrutar e reter talentos, os empreendedores sociais raramente são capazes de os igualar nesse domínio. Por fim, a forma como são mobilizados os recursos e as ambiguidades associadas à medição de desempenho acaba por se repercutir nos termos dos negócios, que também são díspares. Em comparação com as empresas, o tipo de valor partilhado pelo empreendedorismo social destina-se a um conjunto de *stakeholders* muito mais heterogéneo, e esse valor ganha significados distintos conforme

as configurações da relação estabelecida. Por outro lado, um investidor que financia uma empresa lucrativa, além de lhe outorgar flexibilidade na reaplicação do capital gerado e mais tempo para ressarcimento, normalmente centraliza a sua avaliação no retorno financeiro que irá receber. Já num investimento social, a avaliação contínua e o retorno que recebe constitui um grande desafio devido à relativa maior complexidade de mensurabilidade. Entre outros fatores, a quantificação ou medição precisa do impacto social é condicionada pela multicausalidade e intemporalidade dos fatores subjacentes.

O argumento de que a diferença essencial entre o empreendedorismo convencional e o empreendedorismo social reside na missão de criar e maximizar o valor social deste, por intermédio de atividades inovadoras, e na de gerar lucro daquele, não sofre contestação no seio da literatura académica (Parente, 2014).

Mair e Martí (2006) acautelam, porém, que, ao contrário daquilo que possa aparentar, a diferença entre o empreendedorismo social e o empreendedorismo empresarial não reside no facto de o primeiro estar associado à filantropia e o segundo à motivação pelo lucro, uma vez que, em primeiro lugar, o empreendedorismo no setor empresarial tem uma dimensão social, e por outro lado, embora frequentemente se baseie em razões morais, o empreendedorismo social também pode incluir motivos menos altruístas, tais como a realização pessoal. Esses autores defendem, portanto, que não é a natureza não lucrativa das atividades socialmente empreendedoras que distingue o empreendedorismo social – que, aliás, pode igualmente ocorrer com fundamentos lucrativos –, mas sim a prioridade atribuída à criação de riqueza social, em contraste com a criação de riqueza económica. Enquanto a riqueza social é um complemento do valor económico que se cria nos negócios, no empreendedorismo social esse é o objetivo primário, ao passo que a obtenção de lucro é requisito para que a iniciativa tenha sustentabilidade financeira.

Em suma, ao empreendedorismo empresarial interessa criar uma organização incessantemente rentável. Para o empreendedorismo social é a mudança nos sistemas sociais que criam e mantêm o problema, mesmo que as organizações envolvidas se tornem menos viáveis conforme catalisam transformações sociais (Alvord *et al.*, 2004).

#### **2.4. Perfis de empreendedores sociais**

Assim como muitas outras terminologias hodiernas, não há uma definição globalmente consensual e única para o conceito de *empreendedor social*, que conforme Sílvia Ferreira, tem sido abordado de forma tão díspar que

Tanto pode reportar-se à liderança de uma organização não lucrativa ou lucrativa, como à atuação de uma organização. Tanto pode referir-se à atuação e características de um indivíduo como à de um coletivo. Tanto pode apontar para a liderança de uma organização como para um processo desencadeado independentemente da existência prévia de uma organização (S. Ferreira, 2005: 10).

Leadbeater (1997) deu uma perspetiva organizacional ao empreendedor social. Para ele, além de serem exímios no exercício da liderança e da gestão de pessoal, identificação de oportunidades e construção de alianças, os empreendedores sociais bem-sucedidos são também arrojados – olham para os recursos subutilizados e descartados e identificam formas de os utilizar para satisfazer necessidades não atendidas –, inovadores – criam novos produtos e serviços, novas formas de lidar com os problemas, muitas vezes reunindo abordagens que sempre se mantiveram separados – e transformadores – transfiguram as instituições de que são responsáveis, pegam em organizações fragilizadas e tornam-nas criativas e dinâmicas. Podem, ainda, transformar os bairros e comunidades que servem, abrindo caminhos para o autodesenvolvimento.

Já Martin e Osberg (2007) definem-no como o indivíduo que se atrai por um equilíbrio subótimo e o encara como uma oportunidade para fornecer uma nova solução, produto, serviço ou processo, enquanto outros o veem como um inconveniente que tem de ser tolerado. Este processo de inovação decorre de um conjunto único de características pessoais que ele ou ela transporta para a situação – inspiração, criatividade, ação direta, coragem e determinação.

Por outro lado, a Ashoka (2015) – uma das organizações mundiais com maior destaque na promoção e crescimento do empreendedorismo social – descreve-os como sendo indivíduos ambiciosos, persistentes e simultaneamente visionários e realistas, que enfrentam os problemas sociais mais prementes, propõem novas ideias para solucioná-los, e alcançam a mudança em larga escala. Ao invés de relegarem as necessidades da sociedade para os setores público ou privado, identificam o que não está a funcionar e resolvem o problema, disseminam a solução e persuadem toda a sociedade a seguir um novo rumo, mudando, à visto disso, o sistema.

S. Ferreira (2005: 13) compara esta última perspetiva e a de Dees, anteriormente descrita, e, segundo ela, se Dees sublima a inovação social na prática dos empreendedores sociais, a Ashoka vai mais longe e põe tónica na renovação provocada pelas suas ações, isto



é, reporta-se “a uma mudança sistémica não só na identificação de problemas e propostas de soluções mas também na operacionalização dessas soluções em termos de estabilidade e viabilidade organizativas que garantam a sua eficácia e a capacidade de provocar um impacto amplo”.

Denota-se, portanto, que historicamente a investigação académica desenvolveu o conceito de empreendedorismo social sob diferentes entendimentos e enquadramentos (Parente *et al.*, 2011). Por conseguinte, o perfil e papel do empreendedor social também ganham contornos diferentes, conforme a visão de cada escola.

Uma dessas questões está relacionada com a forma do empreendedorismo – individual ou coletiva. Benoît Lévesque faz a distinção entre o empreendedor social, o coletivo e o capitalista, considerando que formalmente partilham de algumas características, designadamente em termos operacionais, inovação e risco, mas substantivamente as diferenças são maiores. A nível de racionalidade e do projeto, o empreendedor coletivo e o empreendedor social são orientados para a comunidade ou coletividade. Os riscos, que para o empreendedor capitalista são principalmente financeiros, são não só financeiros mas também sociais para os empreendedores social e coletivo, para quem a inovação é um imperativo, já que os seus projetos geralmente surgem para atender às necessidades não satisfeitas nem por privados nem pelo Estado. Portanto, ambos se distanciam do empreendedor capitalista porque estão profundamente enraizados em comunidades locais ou organizações comunitárias, porém o empreendedor social pode ser um indivíduo, consciente dos interesses coletivos, mas não necessariamente ligado ou dependente de uma organização, como é o caso do empreendedor coletivo, que requer, de antemão, a constituição de um grupo de pessoas, através de um processo democrático para se desenvolver plenamente (Lévesque, 2002).

A julgar pelo foco individual da literatura, pode-se facilmente presumir que o empreendedorismo social é liderado sobretudo por indivíduos. No entanto a realidade empírica demonstra que pode assumir as duas formas. A identificação e a perseguição de uma missão social pode ser dirigido por um indivíduo, membro de grupo ou uma organização (Peredo e Mclean, 2006). Aliás, a assunção estritamente individualista desse fenómeno poderá ser problemática, se se levar em consideração que o exercício da liderança, que lhe é intrínseco, expressa-se, normalmente, através de um processo coletivo (S. Ferreira, 2005).

## 2.5. *Fatores críticos de sucesso do empreendedorismo social*

Constitui objeto central deste estudo apreender os fatores críticos de sucesso do empreendedorismo social num setor e num contexto específicos: o turismo em Cabo Verde. Isto é, fazer a descrição dos recursos essenciais e necessários para alavancar e sustentar qualquer iniciativa que se queira socialmente empreendedora e sustentável. É verdade que no meio académico não abundam estudos sobre essa questão. Todavia, invocando o facto de que o empreendedorismo social emana do empreendedorismo tradicional, admite-se que parte dos seus elementos são análogos.

Com base nessa premissa, importa assinalar o modelo analítico proposto por Austin *et al.*, (2006). A partir da definição de empreendedorismo de Stevenson e do *modelo PCDO*<sup>5</sup> de Sahlman (ambos alistados à literatura empresarial), esse grupo de autores desenvolve um paradigma do empreendedorismo social, processo que, conforme afirmam, requer a combinação dinâmica de quatro componentes interrelacionados:

- *Oportunidade* – um estado futuro desejado que é diferente e melhor do que o presente, e a crença de que a sua concretização é possível. A mudança só é possível se, para essa visão de futuro, for traçado um caminho credível aos olhos de todas as partes interessadas. Porque, não raras vezes, a mudança afeta as relações de poder, interesses económicos, redes pessoais ou a autoimagem, a oportunidade deve ser uma resolução compartilhada, para que também possa gerar motivação para a ação conjunta;
- *Contexto* – todos os fatores externos que afetam a natureza da oportunidade, que estão fora do controlo do empreendedor, mas que irão influenciar o resultado. Por exemplo, o ambiente macroeconómico e sociopolítico, estrutura tributária e regulatória, dados demográficos, fatores socioculturais ou os avanços tecnológicos. Para uma nova iniciativa, o contexto oferece sempre riscos e oportunidades. Saber (ou não) identificar os elementos que merecem (ou não) tratamento criterioso é o precursor de sucesso (ou de insucesso);
- *Pessoas* – aqueles que participam ativamente ou que trazem recursos para o projeto. Incluem aqui tanto aqueles que estão dentro como os que estão fora

---

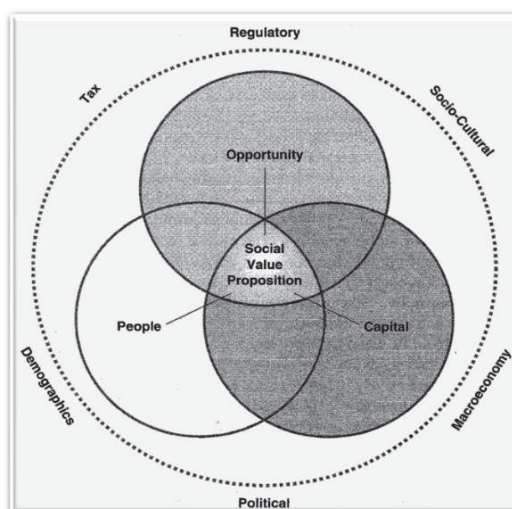
<sup>5</sup> *P - Person, C - Context, D - Deal, O - Opportunity* (Sahlman, 1996; *apud* Austin *et al.*, 2006). Segundo os autores, esse modelo capta os elementos-chave do empreendedorismo empresarial, pelo que, proporciona uma boa base para um modelo do empreendedorismo social.

da organização, que devem estar efetivamente envolvidos. As competências, as atitudes, o conhecimento, os contactos, objetivos e valores das pessoas constituem a mescla de recursos indispensáveis para o sucesso da iniciativa. A natureza do resultado é, pois, determinada pela pessoa como um todo, com as suas motivações e capacidades. Às pessoas devem ser reconhecidas reputação e competência. Só assim conseguirão ganhar a confiança de outras pessoas e instituições e obter os recursos de que necessitam. Ter reputação e habilidade em gerir eficazmente as necessidades e interesses de todos os *stakeholders* pode fazer a diferença entre a aquisição de recursos e a depreciação de uma boa ideia.

- *Negócios* – relações contratuais mutuamente benéficas entre a organização e todos os fornecedores de recursos. Sugere a compensação por um conjunto de valores, incluindo, benefícios económicos, reconhecimento social, direito à autonomia de decisão, satisfação de necessidades pessoais, interações sociais, entrega a propósitos altruístas, etc.

De forma a ajustar o *modelo PCDO* ao empreendedorismo social, a variável *Negócios* foi substituída pela variável *Proposição de Valor Social*, para dar centralidade à missão social desse tipo de organizações. De igual modo, os recursos económicos e humanos passam a ser observados separadamente. Conforme ilustra a figura seguinte, o cruzamento dos três círculos (*opportunity, people e capital*) reflete a sobreposição e a interdependência que os caracteriza, funcionando a variável *Social Value Proposition* como elemento de integração. À volta acham-se as forças contextuais que moldam as variáveis e que exigem atenção permanente do empreendedor social.

Figura 2: estrutura do empreendedorismo social



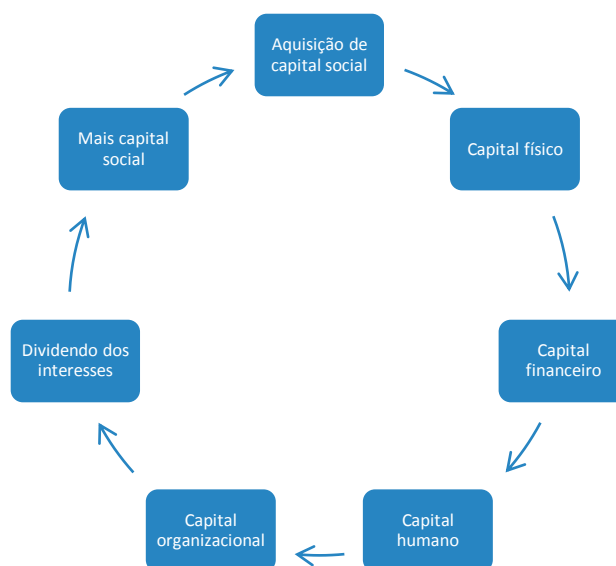
Fonte: Austin *et al.*, 2006

A efetiva criação de valor social exige alinhamento organizacional externo e interno entre todos as componentes-chave da estrutura. A natureza dinâmica do contexto externo requer adaptação contínua às novas circunstâncias. Internamente é necessário alinhar-se com os recursos disponíveis, pois, atendendo à profusão e complexidade das demandas sociais dos contextos em que geralmente intervêm, e os limitados recursos humanos e financeiros que normalmente dispõem, os empreendedores sociais devem evitar cair na tentação de ambicionar responder, simultaneamente, a vários problemas, sob pena de sobrecarregar o âmbito de ação, perder eficácia e não conseguir o impacto social desejado. Tão importante quanto o alinhamento organizacional é o trabalho em rede. Embora possam existir barreiras naturais à colaboração extraorganizacional, regra geral os problemas sociais exigem muito mais recursos do que aquilo que uma única organização é capaz de mobilizar. Com efeito, porque a essência do empreendedorismo social é produzir valor que gere impacto social, independentemente da sua origem, trabalhar em colaboração com outras entidades é uma boa maneira de o conseguir (Austin *et al.*, 2006).

Leadbeater (1997) foi, porém, um dos primeiros autores a debruçar-se sobre essa temática. Para ele o sucesso de uma organização socialmente empreendedora é altamente dependente do contributo e capacidade em investir e criar capital social, isto é, de redes de relacionamentos assentes na cooperação, confiança e partilha de valores, capazes de sustentar as parcerias e alianças necessárias para a resolução de problemas que isoladamente seriam intransponíveis. Ele crê que o empreendedorismo social bem-sucedido passa por um ciclo de desenvolvimento e acumulação de capital social, constituído por um encadeamento

de etapas. Em cada uma é preciso socorrer-se de uma série de habilidades e apoios, para que a seguinte seja alcançada. A este processo denominou *círculo virtuoso de capital social*. O capital social inicial possibilita o acesso ao capital físico e ao capital financeiro que, subsequentemente, viabilizam o desenvolvimento da organização. De seguida faz-se o recrutamento de outras pessoas-chave (capital humano) e a sua combinação com o capital social, físico e financeiro (capital organizacional) para gerar novos produtos e serviços e fazer expandir a organização. Esta é a fase mais inspiradora, mas também a mais complexa. Na fase final, se for bem-sucedido, o projeto distribui os dividendos sociais, nas suas mais variadas formas, e lança as bases para uma nova fase de desenvolvimento.

Figura 3: círculo virtuoso do capital social



Fonte: Leadbeater, 1997

A relevância que os mais variados autores atribuem ao capital humano e capital financeiro no processo do empreendedorismo social é axiomática. Mas também é notória a proeminência que conferem ao capital social. Portes (2000: 138) define-o como a “a capacidade de os atores garantirem benefícios em virtude da pertença a redes sociais ou a outras estruturas sociais”, e realça que se o capital financeiro pode ser encontrado nos bancos, e o capital humano no interior das pessoas, o capital social reside na estrutura das relações. Possui-lo implica que um indivíduo se relacione com outros, que constituem a real fonte dos seus benefícios. Mair e Martí (2006) também o encaram como um dos fatores que determina se, e em que medida, os empreendedores sociais são capazes de transportar os problemas sociais para a esfera pública, para que possam ser aliviadas ou solucionadas. O

capital social é construído e fortalecido através da ação coletiva (Hill e Cooke, 2013). Caráter coletivo que, aliás, foi acentuado por Robert Putnam (1995), para quem capital social se refere a características da vida social, como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a ação conjunta de maneira mais eficaz, na prossecução de objetivos mutuamente benéficos.

Woolcock e Narayan (2000) formularam o capital social como constituído por três dimensões – *bonding*, *bridging* e *linking* –, e conforme Mignone e O'Neil (2005), esta distinção ajuda a apreende-la melhor quando se está na presença de um estudo qualitativo. O *bonding capital* refere-se a relações entre os membros da comunidade local (laços intracomunitários), o *bridging capital* descreve as ligações horizontais entre comunidades (laços intercomunitários), e o *linking capital* às ligações verticais entre comunidades e instituições formais externas, o que pode ajudar as comunidades a terem acesso a recursos financeiros ou informação.

Devido à sua natureza multidimensional e, em certa medida, ambígua, a tarefa de medir os níveis de capital social de uma organização ou sociedade é complexa (Woolcock e Narayan, 2000). Por outro lado, embora possa favorecer o sucesso do empreendedorismo social, os seus efeitos também podem ser inversos e indesejáveis (Portes, 2000; Woolcock e Narayan, 2000). O risco de excessiva dependência é um dos exemplos geralmente associados a esse tipo de iniciativas (Mair e Martí, 2006).

De resto, o capital social está diretamente ligado a mais duas valências, igualmente importantes ao empreendedorismo social. A primeira tem a ver com a correlação que alguns autores fazem entre o *background* e o empreendedorismo social. Na verdade, a erudição dos agentes que desencadeiam um processo de empreendedorismo social pode não ser requisito obrigatório mas é, certamente, indispensável. Aliás, a prática revela uma forte presença de agentes altamente qualificados no empreendedorismo social (S. Ferreira, 2005, 2006; Bernardino e J. F. Santos, 2014). O segundo aspeto refere-se à vanguarda desse tipo de iniciativas. Do ponto de vista organizacional, o empreendedorismo social é um processo que pressupõe uma liderança participativa, capaz de mobilizar, integrar e coordenar indivíduos e instituições, aproveitar as suas complementaridades e contribuições, visando atingir um impacto coletivo. Esta ideia é corroborada por diversos autores (*cf.* Leadbeater, 1997; Mair e Martí, 2006; Peredo e MacLean, 2006; Parente, 2014; Bornstein, 2005; Alvord *et al.*, 2004). Para Bill Drayton (*apud* Bornstein, 2005), quando se trabalha para uma mudança é preciso prever todas as etapas, todos os atores envolvidos no processo, e o papel de cada um

em cada etapa. E constitui um problema se eventualmente algum interveniente se sentir insatisfeito com o andamento do processo. Alvord *et al.* (2004) também defendem que a liderança – seja individual ou coletiva – é importante para o sucesso das organizações de empreendedorismo social, e este exercício implica “diálogo e negociação com outros, sobre visões do mundo, problemas, soluções e cursos de ação, em que as propostas dos líderes só têm aceitação quando ecoam nas categorias e objetivos dos outros” (S. Ferreira, 2005: 39).

Todos os fatores e recursos supramencionados são, certamente, essenciais para fazer despontar e garantir a sustentabilidade de uma iniciativa de empreendedorismo social. Mas como qualquer outra, geralmente uma ação empreendedora procede uma pretensão. Mair e Noboa (2003) analisaram o processo intencional para o empreendedorismo social, e concluíram que as intenções comportamentais para esse fim são influenciadas pelas *percepções de desejabilidade e viabilidade*. A primeira refere-se ao grau de intenção de realizar esse tipo de iniciativas, e é afetada por atitudes emocionais e cognitivas como a empatia e o julgamento moral; e a segunda à avaliação subjetiva da capacidade do empreendedor social para aplicar-se em diligências socialmente empreendedoras, que é instigada por fatores favoráveis, como o apoio social e as crenças de autoeficácia.

Às causas determinantes da intenção empreendedora dos empreendedores sociais pode-se ainda acrescentar a “benevolência” e a “competência”, valores pessoais que, conforme Mokhtar, Abdullah e Tong (2014), são os preditores intrínsecos da desejabilidade e viabilidade cognitivas. Ou seja, para esses autores a intenção empreendedora expressa-se, especialmente, quando os empreendedores sociais têm aptidão para resolver determinados problemas, e são movidos pela vontade de fazer bem.





## **CAPÍTULO II – PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA**

### **1. Problema de pesquisa: turismo sustentável e empreendedorismo social em Cabo Verde**

O turismo é um fenómeno que retrata as singularidades culturais dos povos e países, mas também as diferenças entre as condições de vida de uns e outros. A UNWTO ratifica-o como uma excecional oportunidade para alavancar o crescimento económico e desenvolvimento dos SIDS. Porém, para tal é necessário que a sua execução se desenrole de forma planeada e gerida em concordância com os princípios da sustentabilidade (UNWTO, 2012).

Por seu turno, o empreendedorismo social, como pôde-se constatar no capítulo anterior, é um conceito que coloca ênfase na premente necessidade de se debelar os grandes desequilíbrios sociais do mundo, especialmente aqueles convencionados no âmbito do compromisso pelo desenvolvimento sustentável. Seelos e Mair (2004) afirmam, assim, que pela sua capacidade de produzir mudanças e transformações socioeconómicas junto de indivíduos e comunidades vulneráveis através da adoção de abordagens empresariais, o empreendedorismo social pode incorporar-se num modelo de desenvolvimento sustentável.

Em virtude da sua potencialidade em combinar retorno económico e impacto social, o turismo configura-se como um setor capaz de propiciar um ambiente favorável à constituição, desenvolvimento e sustentação de iniciativas de empreendedorismo social e, conseqüentemente, poder assumir-se como um meio privilegiado de interação entre turistas e comunidades locais – o que, geralmente, não acontece nos destinos massificados –, e, principalmente, estabelecer-se como um válido instrumento de compensação dos desequilíbrios socioeconómicos que o modelo de turismo hegemónico gera, muito devido à sua orientação para o lucro a curto prazo.

Partindo desta problemática, a presente investigação pretende debater o potencial que o turismo, desenvolvido com base em iniciativas de empreendedorismo social e orientadas por princípios de sustentabilidade socioeconómica, cultural e ambiental, pode representar para um desenvolvimento socioeconómico e inclusivo em Cabo Verde.

Em Cabo Verde, a atividade turística foi ganhando, nas décadas mais recentes, uma expressão crescente e o setor afigura-se como um importante agente de desenvolvimento socioeconómico. Porém, o país apresenta-se, conforme se verá no capítulo seguinte, como um caso paradigmático da predominância do turismo massificado, no qual a realidade empírica leva a questionar a sua articulação com os princípios da sustentabilidade. Esse

cenário é particularmente perceptível na Boa Vista, ilha onde, por um lado, a procura turística internacional e os investimentos para responder a essa procura têm sido crescentes, mas, por outro lado, também não param de emergir ou agravar os problemas sociais.

Relativamente ao empreendedorismo social, com base em contactos exploratórios e análises documentais, inicialmente presumiu-se que quer a noção, quer a prática são, ainda, incipientes no país, não obstante a constatação de alguns projetos que se enquadram no campo na economia social. Já no decorrer da pesquisa empírica, dois deles foram identificados como sendo iniciativas diretamente associadas ao turismo (“Valorização Turística da Ribeira da Torre”, da ONG Atelier Mar; e “Aldeia Criativa” em Porto Madeira, que tem como principal promotora a artista, poeta e ativista cultural Maria Isabel Alves “Misá”). No entanto, atendendo à limitação temporal e à dificuldade de acesso inerente à localização geográfica em que ambos se inserem (Ilha de Santo Antão, no primeiro caso, e interior da ilha de Santiago, no segundo), não foram incluídas no âmbito desta investigação.

Em sentido inverso, no cenário mundial contabilizam-se já inúmeras iniciativas e organizações a adotarem abordagens baseadas no mercado para alcançarem objetivos sociais, no qual o turismo é cada vez mais preferido como meio para esse fim. Entende-se pertinente destacar aqui, sucintamente, dois casos<sup>6</sup> de sucesso que ilustram essa tendência. Foram concretizados em contextos internacionais, mas com algumas semelhanças ao cabo-verdiano, sobretudo no que diz respeito à influência que o turismo retrata nesses territórios:

- **Loja Eco – Ecomuseu de Barroco** (Portugal)

A “Loja Eco” é uma iniciativa do Ecomuseu de Barroso, associação de Montalegre, distrito de Vila Real. A funcionar desde junho de 2009, emerge para dar azo à criação de empregos e ao fomento da economia local, através da recuperação e revivência das tradições locais. Consistiu na criação de uma plataforma para exposição e comercialização de produtos locais, e dela beneficiam diretamente 35 produtores e artesãos que, por falta de confiança, deixaram de produzir. Entre os produtos mais vendidos evidenciam-se os azulejos, o mel e as miniaturas em burel. Além da vertente comercial, este projeto ocupa-se da capacitação do público-alvo nas mais diversas áreas de gestão. A sustentabilidade do projeto é suportada por uma rede parceiros, entre os quais a autarquia de Montalegre e diversas organizações da sociedade civil. O seu principal elemento inovador constitui a conexão que estabelece entre

---

<sup>6</sup> Em ambos os casos, a recolha de informações nos respetivos *websites* foi complementada com contactos estabelecidos via correio eletrónico.

a atividade turística e o património sociocultural local. A par dos recursos financeiros gerados (faturação anual na ordem dos 50.000€), os resultados dos primeiros anos de atividade sinalizam o registo de 22.569 visitantes e clientes (dados de 2013), o aumento do número de artesãos profissionalizados na loja e na região, crescente sofisticação na produção, e impacto e transformação social ao nível da valorização e inclusão dos saberes locais, da elevação da autoestima e do rejuvenescimento dos artesãos, na fixação de pessoas e famílias. Essa iniciativa foi, de resto, selecionada como “ES+”, no âmbito do Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social de Portugal (MIES), um projeto de investigação promovido pelo Social Business School (IES) e pelo Instituto Padre António Vieira (IPAV), que objetiva mapear iniciativas de alto potencial de empreendedorismo social.

- **Aoka Tours** (Brasil)

A Aoka Tours também foi idealizada em 2009, como um modelo de negócio social com a pretensão de promover experiências interculturais que inspire pessoas e organizações para a “construção de um futuro melhor”. É vocacionada para a preservação e valorização do ambiente e das culturas tradicionais e/ou locais, através do intercâmbio entre diferentes culturas e pessoas pela via do turismo sustentável. Através de um processo participativo, organiza-se viagens em que as comunidades locais e os visitantes se interrelacionam na promoção e dinamização do ecossistema envolvente, num modelo orientado pelos critérios de sustentabilidade turística que, além da valorização da experiência individual do turista, procura levar contrapartidas para as comunidades locais pela via da inclusão social, geração de rendimento, valorização da identidade e cultura locais e a troca de conhecimentos. As principais inovações subjacentes à Aoka Tours relacionam-se com as possibilidades de visita a ambientes habitualmente pouco frequentadas pelo turismo convencional, e a interação que esta prática promove para o conhecimento, diálogo e intercâmbio sociocultural entre diferentes povos, distanciando assim, do padrão prevalecente. Em termos de distinções públicas, a iniciativa venceu em 2013 o *Prémio Empreendedor de Sucesso* (PEGN, 2013), e em 2014 foi distinguida no *3º Prémio Braztoa da Sustentabilidade* (Braztoa, 2014).

Face ao contexto acima reproduzido, o presente trabalho interroga-se justamente sobre as condições de desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo social no setor turístico em Cabo Verde e, em particular, na ilha da Boa Vista. Para esse efeito, procura, em primeiro lugar, analisar o padrão de desenvolvimento turístico do país e da ilha para, com

base num diagnóstico das tendências, dos recursos existentes e das expectativas e percepções dos atores locais, aferir das condições e dinâmicas observáveis no terreno, e em especial entre as OTS e o seu raio de ação, se revelam mais ou menos favoráveis à emergência e ao desenvolvimento de iniciativas suportadas por princípios, metas e formas de intervenção características do empreendedorismo social. Trata-se, por outras palavras, de sondar em que medida se observam no terreno condições e dinâmicas favoráveis ao desenvolvimento de iniciativas no setor turístico alternativas ao que tem sido o modelo dominante e mais orientadas para o envolvimento das populações locais na resolução de problemas locais, nomeadamente de desenvolvimento socioeconómico sustentável sensíveis seja ao respeito pelas culturas locais, seja à promoção da qualidade de vida das populações locais. Entendendo-se que as OTS são as entidades que estão mais bem posicionadas para atuar neste domínio, que têm, regra geral, motivações filantrópicas, e que se intensifica a ideia de que, para assegurarem a eficácia suas missões sociais, precisam adotar mecanismos organizacionais e de funcionamento mais próximos dos do setor empresarial, a pesquisa privilegia a análise das condições que estas reúnem do ponto de vista do capital social, humano e financeiro, perspetivados como recursos primários e fundamentais para se empreender socialmente.

A pesquisa focaliza-se, portanto, nas articulações entre o empreendedorismo social e o turismo, no sentido de perceber se as atuais condições do contexto turístico cabo-verdiano favorecem a viabilidade e o êxito de eventuais iniciativas de empreendedorismo social das OTS, especialmente na ilha da Boa Vista. Tendo isso em vista, a pesquisa orientou-se pelas seguintes interrogações:

1. Que perspetivas sobre o desenvolvimento turístico e o seu papel para o desenvolvimento mais amplo de Cabo Verde prevalecem nos discursos e nas práticas dos principais atores que atuam nesse campo, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista empresarial e empreendedor? Que relevo e importância estratégica reconhecem a formas de atuação no setor turístico baseadas nos princípios do empreendedorismo social?
2. Que iniciativas de empreendedorismo social no domínio turístico se observam em Cabo Verde? Que perspetivas e intenções de empreendedorismo social no setor turístico estão a emergir? Que metas e potenciais reconhecem os principais atores nessa forma de atuação?

3. As OTS nacionais, e em particular as da ilha da Boa Vista, reúnem condições, recursos e competências para promover iniciativas de empreendedorismo social no setor turístico? Que recursos estão disponíveis nessas OTS, nomeadamente em termos de capital social, humano e financeiro?

Com esta investigação, pretende-se contribuir para um desenvolvimento turístico sustentável de Cabo Verde, particularmente da ilha da Boa Vista, através da propagação do empreendedorismo social no setor e no país.

O seu objetivo geral é analisar se o contexto turístico cabo-verdiano é propício para a implementação de iniciativas de empreendedorismo social, por parte das organizações do terceiro setor (OTS). Como objetivos específicos propõe-se aferir se as OTS estão munidas de capital social, capital humano e capital financeiro, tidos como recursos primários para se empreender socialmente.

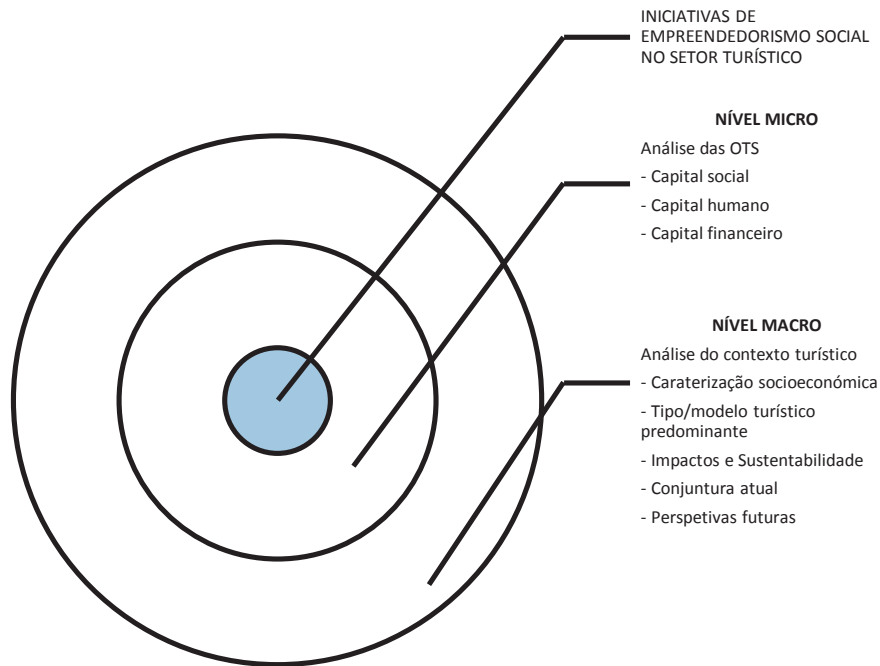
## **2. Modelo analítico e estratégia metodológica**

O objeto central do estudo é o empreendedorismo social, compreendido no contexto específico do turismo. A sua finalidade última é, mais do que captar as incidências e características do empreendedorismo social em Cabo Verde, refletir sobre as suas possibilidades de sucesso, uma vez que as evidências empíricas deixam entender que o fenómeno ainda é incipiente no país. Tornar “observáveis” as questões às quais se procurou responder implicou considerar, não só os principais fatores que desencadeiam essas práticas, como também as condições do contexto envolvente, designadamente políticas e socioeconómicas.

O empreendedorismo social assume aceções e configurações diversas, conforme se constatou no capítulo anterior. A título de exemplo, a *escola da inovação social* encara-o como uma ação essencialmente individualista. Não obstante, e sem excluir a importância das capacidades de liderança individual, opta-se aqui por privilegiar a sua abordagem coletiva, principalmente se superintendido por OTS. A razão para esta opção encontra âncora no facto de, em primeiro lugar, a realidade cabo-verdiana estar muito mais próxima da europeia e da latino-americana, escolas que, ao contrário da norte-americana, focam a vertente organizacional e coletivista do empreendedorismo social, e, em segundo lugar, porque, seguindo autores como S. Ferreira (2005) e Parente (2014), se considera aqui esta vertente como a mais profícua para se conseguir impacto social em maior escala.

Sendo o principal propósito deste estudo analisar as condições de sucesso do empreendedorismo social associado ao turismo, o objeto de estudo em questão foi problematizado em torno de dois níveis analíticos: macro e micro. A nível macrossocial, baseado sobretudo em análises documentais, procurou-se caracterizar o país, sob o ponto de vista turístico e socioeconómico. Em complemento, recorreu-se à técnica da entrevista para captar a opinião dos agentes nacionais e locais relevantes na área, sobre diversas questões especificamente relacionadas com as dinâmicas de desenvolvimento turístico, nomeadamente no que toca à conjuntura atual e perspectivas de evolução futuras, sua sustentabilidade, seus impactos negativos e positivos, e características do tipo de turismo predominante. A nível microssocial, a proposta teórica foi estruturada a partir da ideia de que a compreensão das dinâmicas de empreendedorismo social e das condições que o podem favorecer exige que se sondem os recursos primários que o podem impulsionar: capital social, capital humano e capital financeiro. Nesse sentido, a pesquisa procurou avaliar as condições reunidas pelas OTS nesses planos. O capital financeiro foi apreendido através da análise das fontes e mecanismos de financiamento a que têm acesso as OTS, o capital humano através das perceções sobre os níveis de conhecimento, competência, experiência e preparação dos recursos humanos das OTS para intervirem no âmbito do empreendedorismo social, enquanto para o capital social recorreu-se à avaliação que os entrevistados fazem sobre envolvimento da população local no processo de planeamento turístico, participação cívica e associativa dos cidadãos, articulação e expressão de confiança entre agentes públicos, privados e sociedade civil, dinâmica interventiva das OTS, capacidade das OTS em mobilizar recursos, e interação das OTS com congéneres locais, nacionais e estrangeiras.

Figura 4: Modelo analítico



No plano metodológico, adotou-se uma estratégia de cariz predominantemente qualitativa. Esta estratégia afigurou-se a mais adequada a um trabalho que procura captar as dinâmicas que emergem das relações sociais (Flick, 2009), que se debruça sobre o funcionamento organizacional (Strauss e Corbin, 2008) e que procura “captar os dados partindo das perceções dos próprios atores, ‘desde dentro’, no processo de atenção profunda e compreensão empática, deixando de parte preconceitos e ideias feitas” (Miles e Huberman *apud* Coutinho, 2011: 288). Quanto à sua profundidade, entende-se que esta investigação é descritiva e exploratória, dado a inexistência de estudos que interrelacionam o empreendedorismo social e o turismo no arquipélago cabo-verdiano e os objetivos centrais do estudo, que procura combinar um diagnóstico da situação com uma sondagem das perspetivas e condições de desenvolvimento de uma certa linha de ação: o empreendedorismo social no setor turístico. Na verdade, estes objetivos definem um estudo que, em boa medida, assume um carácter prospetivo, pois procura “antecipar para agir” (Saragoça, 2013: 343), ou seja, desvendar potencialidades que favoreçam um modelo de desenvolvimento local que se afigure conforme às necessidades e às perspetivas de desenvolvimento sustentável e socialmente equilibrado do território e das populações em análise.

A recolha dos dados e informações necessárias foi feita com recurso à triangulação dos seguintes instrumentos e técnicas:

1. Entrevistas semiestruturadas a informadores privilegiados e interlocutores locais. Tais entrevistas foram gravadas em formato áudio, no intuito de permitir uma análise cuidada e facilitada dos conteúdos recolhidos;
2. Análise documental, de dados estatísticos, estudos académicos, planos públicos de políticas estratégicas para as áreas de turismo e desenvolvimento local, e outras publicações disponíveis;
3. Observação direta, no terreno.

Enquanto a análise da informação documental procura caracterizar o contexto de estudo e captar as tendências evolutivas do fenómeno turístico, as entrevistas – método especialmente adequado para analisar o “sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêm confrontados” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 193) – visaram captar perceções subjetivas sobre: a conjuntura e as tendências do turismo nacional, particularmente da ilha da Boa Vista; a opinião e a disponibilidade desses atores para modelos mais sustentáveis de turismo; as potencialidades e os recursos suscetíveis de serem valorizadas do ponto de vista turístico, pela via do empreendedorismo social; os níveis de participação e a capacidade de intervenção das OTS no desenvolvimento socioeconómico do país; os potenciais parceiros e respetivas disponibilidade em colaborar, direta ou indiretamente, em ações que possam promover o empreendedorismo social no setor turístico; e as suas apreciações sobre a presença das condições, recursos e competências necessárias para a viabilidade dessas iniciativas.

Foram contactados e entrevistados, durante o mês de abril de 2015, quinze (15) interlocutores do setor público (Ministério do Turismo, Direção-geral da Solidariedade Social, Câmara Municipal da Boa Vista, Sociedade de Desenvolvimento Turístico das ilhas da Boa Vista e do Maio, Serviços descentralizados do Estado), do setor privado (unidades hoteleiras e outras empresas do ramo turístico), do terceiro setor (associações comunitárias e ONG), e ainda alguns residentes na Boa Vista, considerados relevantes na sequência do desenvolvimento da pesquisa no terreno. As questões que constituíram o guião (*cf.* Anexo I) eram, grosso modo, as mesmas para todos os entrevistados. Porém, algumas assumiram cunho de exclusividade, tendo em vista a peculiaridade da área de intervenção e atribuições dos entrevistados.



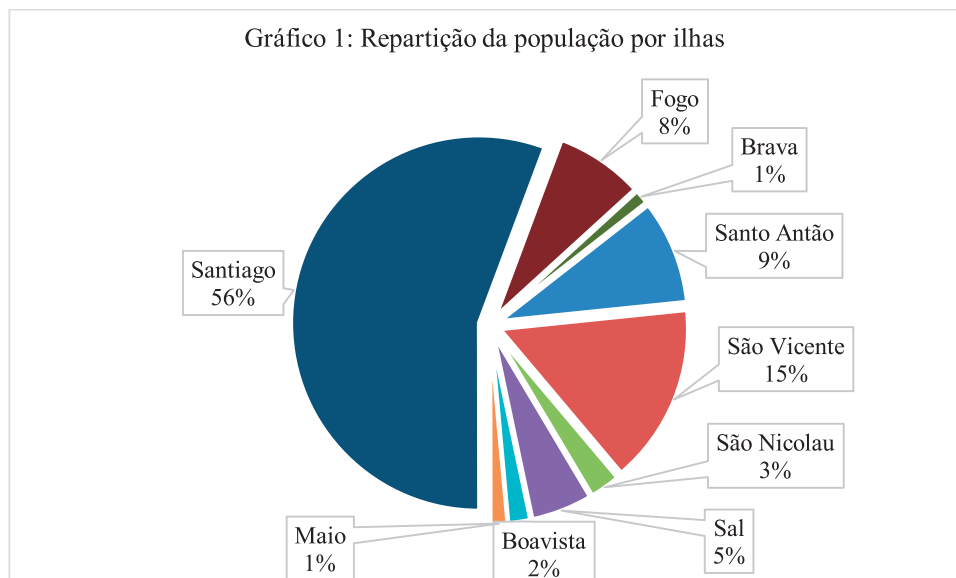
No seguimento das indicações de Flick (2009), as entrevistas não foram transcritas integralmente, devido ao tempo e energia que uma transcrição exata poderia absorver. Guerra (2006: 69) também é de opinião que “quando os entrevistados têm estatuto de informadores privilegiados e falam em nome de terceiros ou emitem opiniões de ordem geral, não é necessária uma transcrição total [...]”. Tendo em vista ir ao encontro dos objetivos acima enunciados, as informações daí resultantes foram tratadas através da análise de conteúdo, por ser um método que “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 227), como é o caso. Essa análise foi assistida pelo programa informático *MAXQDA*.



## CAPÍTULO III – CARATERIZAÇÃO DO CONTEXTO DE ESTUDO

### 1. Caraterização demográfica e socioeconómica de Cabo Verde

O último recenseamento geral da população cabo-verdiana (INECV, 2010b) contabilizou 491.875 residentes no país em 2010, 56% dos quais concentrados na ilha de Santiago – uma das 9 habitadas do arquipélago constituído por 10 ilhas – onde está localizada a capital do país (cidade da Praia), que por sua vez albergava cerca de um quarto (27,7%) da população total do país.



Fonte: INECV (2010) – Censo 2010

O mesmo documento indicava que 63,5% da população residia em zona urbana e 36,5% em meio rural, 70,5% tinha idade inferior a 34 anos, a população feminina era superior à masculina em cerca de 1% (50,3% vs. 49,7%), e a taxa de alfabetização da população com idade superior a 15 anos era de 85,3%.

Do total dos indivíduos recenseados nesse ano, 14.373 (2,9% da população total) eram estrangeiros, na sua maioria provenientes do continente africano (71,7%), mas também da Europa (17%), da América (8%) e da Ásia (3,5%). Outrossim, as pessoas com dupla nacionalidade (8.116), apátridas (115) e outros residentes sem estatuto definido (592) correspondiam a 4,7% da população total.

Se entre no período 2000-2010 a população cresceu na ordem dos 1,2%, o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV) estima que, face aos números de 2010, este o crescimento populacional rondará os 6,7% em 2015 e aproximadamente 26% em 2030, para um total de 620.000 residentes (INECV, 2013e).

Cabo Verde tem, portanto, uma população bastante jovem. Os indivíduos com menos de 34 anos representam cerca de 68% da população total, enquanto a população idosa apenas corresponde a 6% (INECV, 2013d).

No entanto, com as melhorias registadas nos setores da educação e, especialmente, da saúde – de que são exemplos a construção de infraestruturas de educação e de saúde em quase todos os concelhos, e a extensão da rede de cuidados primários e saúde reprodutiva – o ritmo de crescimento populacional tem vindo a abrandar, em consequência da redução da taxa de natalidade, do índice de fecundidade e do aumento da esperança média de vida (70,5 anos em 2002 e 74 anos em 2010). Por conseguinte, caso esta tendência se prolongue, o envelhecimento da população poderá vir a constituir um problema – a longo prazo – para o país, à semelhança do que se assiste hoje em muitos países europeus. Para já, no entanto, devido às altas taxas de fertilidade das últimas décadas, e o subsequente incremento dos grupos etários da meia-idade, o país atravessa um período que a OIT (2012: 11) denomina “bónus demográfico”, de que se espera vir a produzir efeitos positivos para a sustentabilidade do sistema de segurança social nacional.

Apesar dos progressos elencados à saúde reprodutiva e planeamento familiar, constata-se que a fecundidade e a gravidez na adolescência continuam a registar números relativamente elevados – 20% das grávidas que fizeram consultas de pré-natal em 2013 eram menores de 19 anos (MS, 2014) –, constituindo, por isso, um crítico problema de saúde mas também social<sup>7</sup>, uma vez que “aumenta o risco de perpetuar os ciclos de pobreza e marginalização” (SNU, 2012: 32).

A insularidade do território e a escassez de recursos naturais<sup>8</sup> de valor económico, a que se juntam aspetos geoclimáticos que condicionam a expansão do setor agrícola, designadamente as recorrentes estiagens, a desertificação e a erosão dos solos, o clima árido e as chuvas torrenciais e irregulares, a reduzida superfície arável (cerca de 10% da área total), (MAAP, 2004), fizeram – e continuam a fazer – de Cabo Verde um país

---

<sup>7</sup> Segundo a OMS, cerca de 16 milhões de meninas adolescentes dão à luz todos os anos - a maioria em países de baixo e médio rendimento, e cerca de três milhões sofrem abortos inseguros todos os anos. Essa organização aponta ainda que, nesses países as complicações da gravidez e do parto são a principal causa de morte entre as meninas com idades entre 15-19 anos, sendo, também, a gravidez na adolescência um dos principais fatores de mortalidade materna e infantil, bem como de um ciclo vicioso de problemas de saúde e pobreza (WHO, 2014).

<sup>8</sup> Refere-se aqui a alguns elementos de natureza, não renováveis - como o petróleo e os minérios – que impulsionaram o desenvolvimento e o progresso das civilizações e das sociedades em geral.

socioeconomicamente desvalido, e conseqüentemente dependente das conjunturas internacionais para combater a pobreza e seguir a rota do desenvolvimento.

Numa narrativa cronológica do país enquanto nação independente, o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) enfatizou as suas exórdias adversidades da seguinte forma:

Cabo Verde começou a trilhar o caminho de desenvolvimento no pós-independência com praticamente nada [...]. As infraestruturas eram diminutas, e as oportunidades educativas escassas. Havia apenas duas escolas secundárias no país e um hotel com 12 quartos na cidade capital. Além disso, o tesouro público estava desprovido. Foi graças ao seu bom relacionamento com o Governo português que conseguiu garantir uma linha de crédito de 300.000 dólares US, montante com que o governo teve de iniciar o percurso da construção da nação<sup>9</sup> (AfDB, 2012: 4).

Porém, desde a conquista da independência em 1975, e ainda que à repulsa das recomendações do então Secretário de Estado dos EUA e de algumas instituições financeiras internacionais que o qualificavam como “inviável”, o país tem vindo a ultrapassar este quadro de fragilidades e limitações, registando importantes progressos, tornando-se numa “história de sucesso” de desenvolvimento em África (AfDB, 2012).

Relativo sucesso que encontra alicerces nas elevadas remessas financeiras dos seus emigrantes (Góis, 2006); na promoção da democracia, estabilidade política, crescimento do PIB, melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano e respeito pelos direitos humanos e liberdade civil (AfDB, 2012); mas sobretudo na sua política externa “pragmática e inteligível” (Costa, 2012: 223), que já lhe valeram importantes proezas, como sendo o Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde – Portugal em 1998, a Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia (EU) em 2007, a transição de País Menos Avançado – a que pertencia desde 1977 – para País de Desenvolvimento Médio (de renda baixa) em 2008, o ingresso na Organização Mundial do Comércio em 2008, e a dupla fruição (2005 e 2009) dos fundos do programa *Millenium Challenge Corporation* do governo dos Estados Unidos.

Das melhorias registadas, merece destaque a redução da pobreza, infortúnio que, de resto, foi unanimemente declarado como sendo o maior obstáculo para o desenvolvimento do país, e à vista disso fez jus à integração do desígnio da sua redução nos planos e agendas

---

<sup>9</sup> Tradução livre do autor. No original “*Cape Verde started down the post-independence road of development with virtually nothing (...). Infrastructure was limited, and educational opportunities were scarce. There were two high schools in the country and only one hotel with 12 rooms in the capital city. Complicating the situation, the country had no money in the treasury at independence. It was due to personal relationships with the Government in Portugal at the time that Cape Verde was able to secure a line of credit of US\$300,000. That was the total financial resource base that the Cape Verdean government had to begin the journey of nation building* (AfDB, 2012: 4).

políticas, da pós-independência à atualidade. As primeiras medidas foram retratadas em planos nacionais de desenvolvimento e manifestas pela generalização do ensino primário, extensão dos cuidados primários de saúde e por programas de promoção de empregos, particularmente os trabalhos públicos de alta intensidade de mão-de-obra<sup>10</sup> (GOVCV, 2012). A partir de 1997 surge o primeiro grande plano para o combate à pobreza – Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) – que, através de três programas, visava a integração económica e a melhoria do acesso aos serviços sociais por parte das pessoas pobres, bem como a construção de infraestruturas socioeconómicas de base (Furtado, 2008).

Já a partir de 2000, e no intuito de lhe facultar maior relevância no conjunto das políticas públicas globais, a estratégia governativa para o combate à pobreza ganha uma nova configuração, passando a designar-se “Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza” (DECRP). No geral, essa nova abordagem ambicionava, nessa época, harmonizar o crescimento económico e o desenvolvimento social do país, uma vez que o crescimento económico verificado na década de 90 contribuiu para a redução da pobreza absoluta mas não da relativa, tendo-se, portanto, agravada as desigualdades sociais (INECV, 2004).

Os últimos dados estatísticos oficiais sobre a pobreza em Cabo Verde datam de 2004 (*O Perfil da Pobreza em Cabo Verde – Inquérito às Despesas e Receitas Familiares 2001/2002 – IDRFB*) e 2009 (*Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar 2007 – QUIBB*). Com o limiar de pobreza estipulado em 49.485 escudos *per capita*/ano (cerca de 450 euros), o INECV apurou que, em 2007, a taxa da pobreza nacional era de 26,6% (menos 10,1% do que em 2001/2002), tinha maior incidência no meio rural (44,3%), onde residiam 71,8% dos 117.219 efetivos pobres nacionais, e em agregados de famílias cujo líder não era formalmente instruído (41%) ou era uma mulher (33% contra 21,3% das lideradas por homens).

As ilhas de Santiago (57,5%), Santo Antão (16,3%), Fogo (11,9%) e São Vicente (8,0%) eram as que tinham maior contribuição para a pobreza nacional.

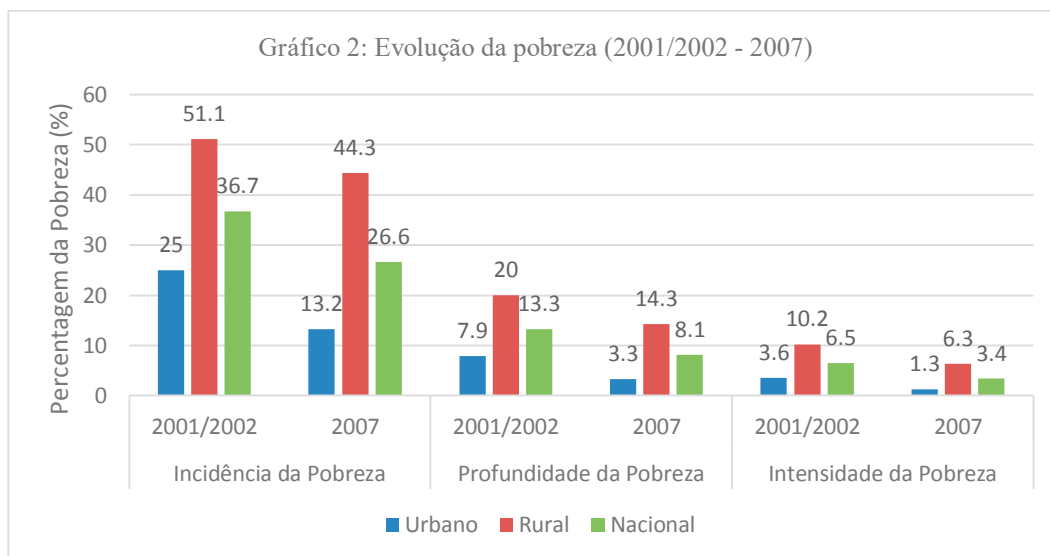
Os níveis educativos também revelavam-se preponderantes na contribuição para a pobreza, uma vez que das pessoas efetivamente pobres, 40% não era instruída e 55,3% apenas tinham concluído o ensino básico. O mesmo se pode dizer da dimensão do agregado familiar (64,5% dos pobres eram de famílias com 7 ou mais elementos).

---

<sup>10</sup> Outrora designadas por FAIMO – Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra

A pobreza cabo-verdiana também era marcada pela sua “juventude”, com 66,3% dos pobres com idade inferior a 24 anos, e por um número bastante expressivo de famílias (23,5%) com dificuldades em satisfazer as necessidades alimentares básicas.

Outrossim, embora tenha diminuído face aos valores de 2001 (0,525), em 2007 Cabo Verde continuava a registar uma distribuição de rendimentos bastante desigual, com um coeficiente de *gini* de 0,4719. Assim sendo, a pobreza relativa também é um fator que apoquento o país.



Fonte: INECV (2004, 2009)

As condições de habitabilidade dos meios de alojamento, a disponibilidade e o acesso à água potável e à eletricidade também têm vindo a ser utilizados como indicadores da estratégia da redução da pobreza. Nesses domínios, de acordo com os dados apurados no Inquérito Multiobjectivo Contínuo (IMC) de 2013 (INECV, 2014b), cerca de 1,1% dos agregados familiares continuavam a habitar em barracas<sup>11</sup>, concentradas na sua maioria nas ilhas da Boa Vista (4,7%) e São Vicente (3,9%), ainda 13% tinha a vela e o petróleo como principais formas de iluminação, 40% não beneficiava de água canalizada, 27% não dispunha de instalações sanitárias no alojamento, 27% não dispunha de nenhum sistema de evacuação de águas residuais, fazendo com que mais de metade dos agregados as despejasse no redor das próprias casas (56%), contribuindo, desse modo, para a poluição ambiental e expondo as suas vidas e as de outras pessoas a riscos de doenças infetocontagiosas.

<sup>11</sup> Construções independentes feitos de materiais usados e/ou grosseiros e/ou degradáveis que em Cabo Verde têm geralmente servido para abrigo permanente e não provisório, como se suporia. Regra geral não dispõem de instalações sanitárias e são pouco confortáveis.

Com base nesses indicadores, o INECV conclui que, globalmente, os agregados familiares cabo-verdianos têm ainda um nível de conforto abaixo da média desejável.

Se do ponto de vista económico o limiar da pobreza é determinada pela suficiência de recursos ou de rendimentos, esta, por seu turno, está frequentemente relacionada com a condição de emprego ou à falta dela. O contexto cabo-verdiano não foge desse preceito, que é corroborado pelo facto de, sensivelmente, 64% dos rendimentos dos agregados familiares nacionais terem origem nos salários (MQE, 2008). Por essa razão, a mitigação da pobreza e do desemprego estão intrinsecamente conexos.

As últimas estatísticas oficiais de emprego demonstram que, em 2014, no universo de 374.749 indivíduos residentes com 15 ou mais anos, 217.158 fazem parte da população ativa (182.831 empregados e 34.327 desempregados), e 157.591 são considerados inativos. Enquanto a população ativa tem vindo a diminuir desde 2012, o percurso da população inativa tem sido inverso (INECV, 2015g).

Tabela 1: Dados estatísticos sobre o emprego

Situação na atividade	2012	2013	Variação 2012/2013	2014	Variação 2013/2014
População em idade ativa	360.861	368.928	+ 8.067	374.749	+ 5.821
População ativa	225.819	221.874	- 3.945	217.158	- 4.716
Empregada	187.904	185.486	- 2.418	182.831	- 2.655
Desempregada	37.915	36.388	- 1.527	34.327	- 2.061
População inativa	135.041	147.054	+ 12.013	157.591	+ 10.537
Taxa de atividade	63%	60%	- 3%	58%	- 2%
Taxa de ocupação	52,1%	50,3%	- 1,8%	48,8%	- 1,5%

Fonte: elaboração própria, com base no IMC 2013 (INECV, 2014b) e IMC 2014 (INECV, 2015g)

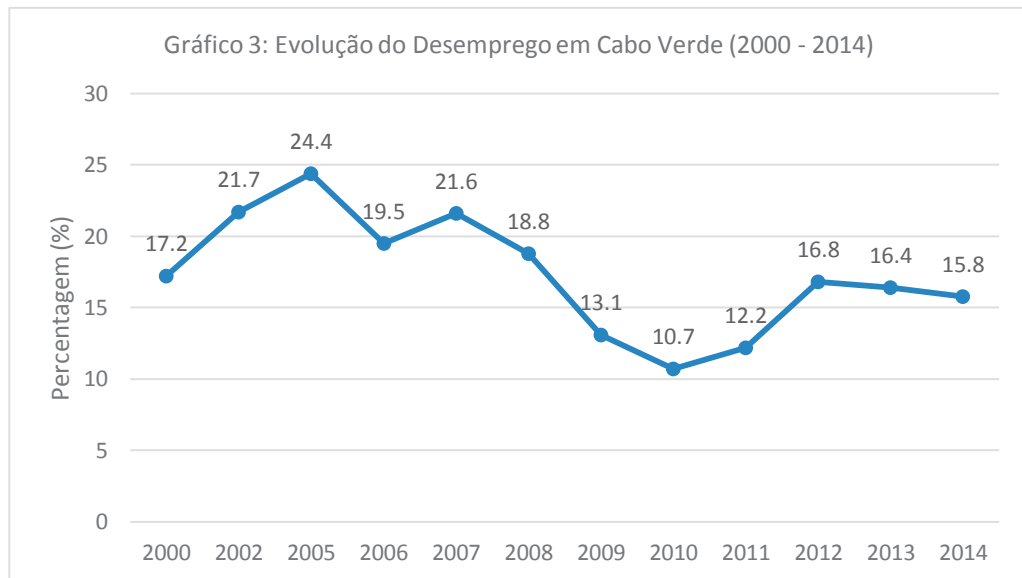
Além disso, a taxa de atividade a nível nacional, que em 2013 era de 60% (menos 3% face a 2012), continuou em trajetória descendente, fixando-se agora em 58%. O mesmo sucede com a taxa de ocupação nacional, que em 2013 era aproximadamente 50% (menos 2% face a 2012), passou para 49% em 2014, continuando a figurar inferior à taxa de atividade em cerca de 10%.

No que se refere à distribuição dos empregados pelos principais setores de atividade económica, o setor terciário lidera com a absorção de 65,5%, seguido do secundário com 17,8%, e do primário com 16,7%.

Quanto ao desemprego, a taxa nacional é agora de 15,8% (menos 0,6% face a 2013), mas com consideráveis discrepâncias conforme o grupo etário, meio de residência e concelho, segundo o INECV (*ibid.*). De destacar, neste âmbito, as altas taxas de desemprego, que continuam a afetar os jovens, particularmente os com idade igual ou inferior a 24 anos



(35,8%). Destaca-se, também, a ilha da Boa Vista, onde o desemprego voltou a crescer para valores acima da média nacional, depois de uma queda em 2013 (14,3% em 2012 e 11,9% em 2013).



Fonte: INECV (2015g)

A par do desemprego, as condições de emprego no país também têm vindo a ser questionadas. Em 2013 a ONG *Walk Free Foundation* (WFF) publicava a primeira edição de um relatório – que desde então passou a ser anual – sobre a prevalência de escravatura moderna em quase todos os países do mundo, na qual se estimava que em Cabo Verde contabilizavam-se entre 3.500 e 3.900 pessoas escravizadas. Em comparação com outros países esses números eram insignificantes, porém, o cálculo proporcional entre a população total e o número de pessoas a viver em condições de escravatura fez com que o país ficasse na 15ª posição do ranking mundial com 162 nações (WFF, 2013). Em 2014, ano em que a ONG admite ter feito melhorias no processo metodológico de medição, Cabo Verde recuou para a 49ª posição, mas ainda com estimativas de que alberga 3.200 escravos (0,64% da população total) (WFF, 2014).

Não foi apurado se a classificação de Cabo Verde no índice de escravatura global teria ou não interligação com o setor turístico nacional. Porém, este não é imune a essas críticas, e essa condição foi mediatizada nos finais do ano de 2012 – precisamente alguns meses antes da publicação do relatório sobre a escravatura – quando, com base em queixas apresentadas por alguns colaboradores de unidades hoteleiras sediadas na Boa Vista, a maior central sindical de Cabo Verde (UNTC-CS) denunciou publicamente a existência na ilha de

relações laborais que se assemelhavam a “trabalho escravo” (UNTC-CS, 2013). A esses prenúncios acresce-se o facto de 58,6% dos empregados nacionais não terem qualquer vínculo laboral (INECV, 2015g), e dos resultados do QUIBB 2007 (INECV, 2009) evidenciarem que quase 29% da população empregada cabo-verdiana era pobre, factos que *de per se* denotam precariedade no meio laboral cabo-verdiano. Daí que seja necessário incorporar, na política global do emprego do país, mecanismos que agregam as remunerações condignas à dimensão criação de empregos (MQE, 2008).

Em matéria de proteção social, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012) realça que, também nesse domínio, Cabo Verde tem vindo a realizar importantes avanços, tendo o total das despesas sociais do país representado 13,3% do PIB entre 2005 e 2010. Segundo a OIT, para além da efetivação de vários programas e ações de assistência social, a cobertura da segurança social expandiu e as pensões sociais aumentaram nos últimos anos. Não obstante, a eficácia e a eficiência de muitos programas são reduzidas, o sistema de proteção de proteção social é excessivamente fragmentado, e a cobertura universal está longe de ser garantida (*ibid.*). Ainda nesse particular, realça-se que foi instituído, a partir de janeiro de 2014, o salário mínimo nacional, que está fixado em 11.000 escudos (cerca de 100 euros).

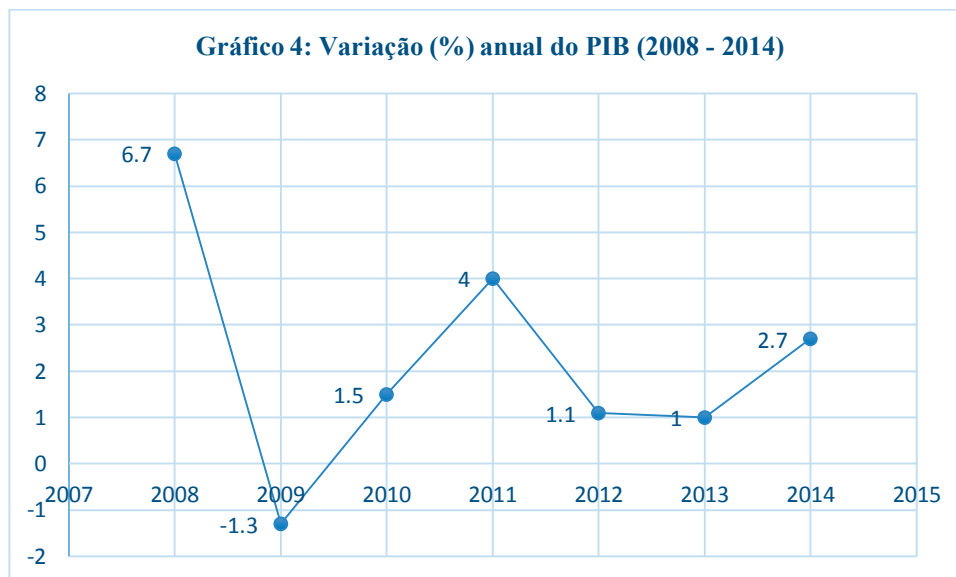
Apesar dos constrangimentos que ainda persistem, Cabo Verde tem conseguido legitimar a sua continuidade na categoria dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM), e atualmente, num total de 187 países, ocupa a posição 123<sup>a</sup> do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD. O valor do IDH do país passou de 0.573 em 2000 para 0.636 em 2013, correspondendo a um aumento médio anual de cerca de 0,80% – 11% no total – e acima da média quer dos PDM quer dos países da África Subsaariana, conforme o último relatório do PNUD (2014). Ademais, embora a média de anos de escolaridade tenha mantido inalterado desde 2000, todos os outros indicadores obtiveram significativos aumentos.

Esses progressos levam a crer que, no ano em que se encerra o ciclo para o cumprimento dos Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento (ODM), o país tenha “provavelmente realizado já todos os objetivos”, embora subsistam disparidades e desequilíbrios entre grupos sociais e zonas geográficas (MFP, 2015: 11).

Particularmente no que se refere à evolução económica do país, observa-se que com a transição de regime monopartidário para o multipartidário em 1990, dá-se continuidade à liberalização e abertura económica iniciada em 1988 (Évora, 2001). Desde então o

crescimento anual do PIB tem sido consistente, ultrapassando a média do continente africano durante o período 1991-2010 (AfDB, 2012).

Porém, a economia do país é tão volátil ante fatores exógenos que o crescimento anual que registara até 2009 – ano em que a crise financeira afetara severamente a zona euro – decaiu drasticamente, e embora tenha recuperado para 4% em 2011, dados do Banco de Cabo Verde (BCV) enunciam que voltou a abrandar e permaneceu “globalmente desfavorável” até 2013 (BCV, 2014: 13), como consequência da contínua redução do investimento direto estrangeiro, das exportações, da ajuda pública ao desenvolvimento e das remessas dos emigrantes, mas também das suas históricas fragilidades endógenas, que se consubstanciam na fraca capacidade produtiva, economia pouco diversificada, entre outros constrangimentos. Já em 2014, a economia do país “evidenciou um dinamismo moderado” (BCV, 2015: 13).



\*Valores estimados (2013 e 2014)

Fonte: INECV, (2015b)

Dados mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) dão conta que a economia do país continuou a “navegar em águas turbulentas” em 2014, ano em que se estima que os valores da dívida pública e o déficit orçamental foram muito elevados, e o do crescimento económico ténue. Factos que a organização justifica apontando para a fraca retoma económica da zona euro, da qual a economia do país é conexas, e igualmente para os efeitos do vírus ébola que, embora não tenha chegado ao país, terão impelido à diminuição do fluxo turístico para essa região. Porém, o FMI acredita que a recuperação económica na Europa, a retoma do fluxo turístico e do investimento direto estrangeiro, e a descida do preço

do petróleo, repercutirão no crescimento da economia cabo-verdiana em 2015 (FMI, 2015), ano em que o governo de Cabo Verde, através do Orçamento do Estado para 2015<sup>12</sup>, e o Banco Mundial (2015) esperam ser mais saliente (cerca de 3%) face aos anos transatos.

Em suma, devido à escassez de recursos naturais e de economias de escala para sustentar e impulsionar o setor industrial, a economia está concentrada nos serviços (60% do PIB em 2013) e, embora tenha crescido em média 5% desde 1991, essencialmente subvencionado pelas remessas dos emigrantes, pelo investimento direto estrangeiro – predominantemente no setor turístico – e pela ajuda pública ao desenvolvimento, a vulnerabilidade económica do país persiste, e é presentemente caracterizada por uma concentração do mercado de exportação na Europa – que absorve 90% das exportações – e nos setores da pesca e turismo (59% do total), excessiva dependência de importação de bens e serviços (BCV, 2014), e por uma dívida pública que ronda os 114,2% do PIB (BCV, 2015).

Relativamente ao turismo, o setor é considerado o principal sustentáculo económico do país, mas também “o setor mais envolvido em cadeias de valor globais” (AfDB, OECD, UNDP, 2014: 12). As receitas das exportações turísticas cresceram a uma taxa anual de 19% entre 2000 e 2012 (40 milhões de USD em 2000, para 360 milhões de USD em 2012) e a participação do setor nas exportações passou de 21% em 1999 para 45% em 2012 (*ibid.*).

O BCV (2013) estima que o peso das receitas do turismo para o PIB foram de 15,9% em 2010, 18,8% em 2011 e 24,3% em 2012, enquanto as previsões do INECV apontam para valores na ordem dos 21% do PIB nos últimos dois anos (INECV, 2015a).

A WTTC (2015a), por seu turno, avalia em 15,2% o contributo direto e em 40% o contributo total do turismo para o PIB do país em 2014, e estima que em 2025 esses valores serão de 18,6% e 49,4% respetivamente. Quanto ao emprego, estima-se que gerou 30.000 (13,6% do total) empregos diretos em 2014 e perspectiva-se que esse número irá crescer 5,6% até 2025, para um total de 56.000 empregos.

Contudo, em certa medida as previsões otimistas da WTTC são confrontadas com a fraca capacidade da estrutura turística do país em alargar os seus benefícios socioeconómicos, criando empregos e estimulando outros setores da economia nacional que não sejam as diretamente ligadas à hospedagem, já que, por causa da limitada capacidade de produção nacional a preços competitivos e do modelo de oferta turística – que assenta em cadeias hoteleiras *all-inclusive* (AI) e de capitais estrangeiros – os outros setores da

---

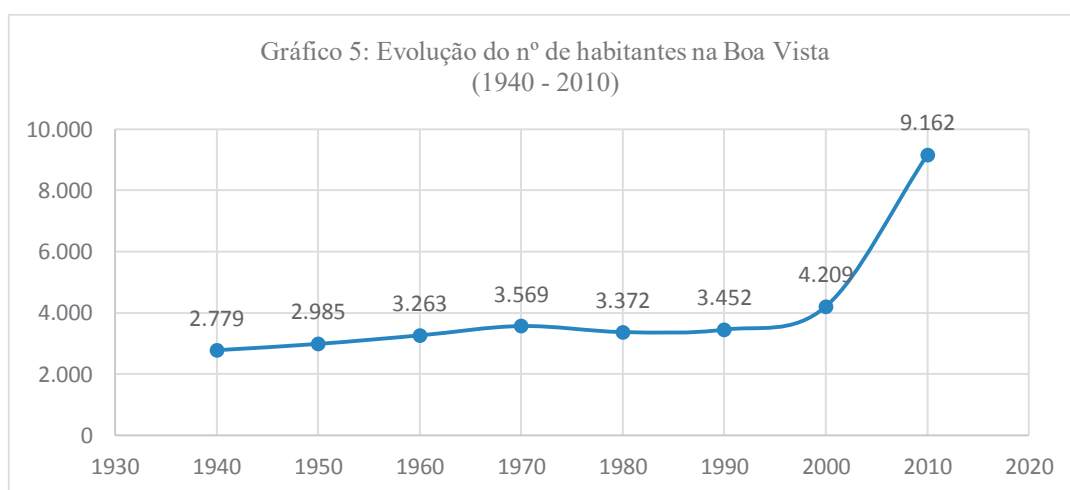
<sup>12</sup> Lei n° 77/VIII/2014, de 31 de dezembro

economia não estão estruturados de modo a atender à procura turística. Por isso, é fundamental que hajam melhorias na organização da produção de bens e serviços locais, que a qualidade desses produtos possa ser certificada, e que sejam encontradas soluções para facilitar a circulação de pessoas e bens entre as ilhas (AfDB, OECD, UNDP, 2014), de forma a incentivar a iniciativa local e tornar o setor turístico menos dependente e dominado pelo capital e os promotores estrangeiros.

### 1.1. *Caraterização socioeconómica da ilha da Boa Vista*

Longe vão os tempos em que a ilha da Boa Vista era a menos habitada do país, e tinha na comercialização do sal, do gado, da urzela e do cal o seu principal ímpeto de sustentação económica e social. Produtos de grande valor comercial que, conforme Lima (2012: s.p.), conferiram-lhe o estatuto de “empório das ilhas de Barlavento”, entre os finais do século XVIII e começos do XX.

Depois de vários anos quase em absoluta estagnação – muito por culpa da perda de valor comercial dos produtos supramencionados e de conjunturas internacionais então adversas (*ibid.*) – é só a partir dos meados do ano 2000 que a ilha volta a ganhar dinâmica demográfica e socioeconómica. Se em 2000 a terceira maior ilha do arquipélago era a menos populosa, com pouco mais de 4 mil pessoas, até 2010 a população mais que duplicou, sinalizando o crescimento médio anual mais acentuado nessa década, entre todas as ilhas (INECV, 2010b).



Fonte: INECV (2010b)

A justificação para esse facto reside no intenso fluxo imigratório verificado, intimamente assente no movimento de edificação e receção turística. Efetivamente, a inauguração, em finais de 2007, de um aeroporto capacitado para acolher voos

internacionais, e a subsequente construção de algumas unidades hoteleiras de grande dimensão, são os grandes marcos da Boa Vista na assunção de maior protagonismo no panorama turístico nacional. Até lá, a atividade turística vinha repartindo encargos com os subsídios dos emigrantes e a comercialização de pescados, produtos pecuários e agrícolas, na orientação da, até então, moderada expressão económica da ilha.

Com efeito, a melhoria mais patente da massificação do turismo na ilha refletiu-se, primeiramente, na geração de novos empregos e no crescimento económico. Segundo o BCV (2008), a contribuição do turismo para o PIB nacional passou de apenas 12% em 2005 para 23% em 2007, tendo representado 61,1% das receitas do setor de serviços nesse ano. Só na Boa Vista, o número de empresas existentes aumentou em 73% entre 2007 e 2012 (INECV, 2013a), sendo que, nesse mesmo período, o pessoal empregado nos estabelecimentos hoteleiros registou um aumento de aproximadamente 690% (INECV, 2008, 2013c).

Todavia, se é irrefutável alguns ganhos socioeconómicos, também é verdade que, sob esse ponto de vista, a pressão demográfica apenas ao rápido crescimento turístico fez com que outros indicadores se agravassem, ou que se despoletassem fenómenos preocupantes nunca antes experienciados na ilha, que ora apresenta um cenário socioeconómico e ambiental antagónico. A título de exemplo, observa-se que a mão-de-obra que sustenta os estabelecimentos turísticos é, na sua maioria, pouco qualificada e inquilina de um enorme bairro ilegal e degradado – comumente conhecido por “Barraca”, ou mais recentemente autodenominado “Bairro da Boa Esperança” –, sem as exigíveis condições sanitárias e acesso público a bens de primeira necessidade, como a água canalizada e a eletricidade. Situado nos subúrbios da cidade de Sal-Rei (maior aglomeração urbana da ilha), esse bairro surgiu como resposta ao défice habitacional e à inflação das rendas/imobiliária a que se assistia na ilha, e foi sendo construído pelos próprios moradores que iam chegando, oriundos de outras ilhas e de alguns países da costa ocidental africana. Em 2010 a sua população residente era de 2.305 pessoas, representando 40% do total dos residentes em Sal-Rei (INECV, 2010b).

Transcorridos vários anos, e entre controvérsias de natureza político, está agora em curso um projeto de requalificação do bairro, enquadrado no programa governamental “Casa para Todos”, que promete demolir as casas em situação ilegal e sem condições de habitabilidade e, simultaneamente, infraestruturá-lo e dotá-lo dos equipamentos e serviços públicos essenciais, como redes de saneamento, iluminação pública e domiciliária, etc.

Outro impacto relacionado com o densificação populacional da ilha prende-se com a (in)segurança. Além do acréscimo dos índices de violência e criminalidade contra a população local, a polícia nacional começou a registar, a um ritmo vertiginoso, ocorrências que denunciavam práticas de violência e assaltos contra turistas. Esses incidentes eram mais frequentes nas praias de mar menos concorridas. Em 2010 surgiu o projeto-piloto “Turismo Seguro”, envolvendo a Direção-geral do turismo, Polícia Nacional, Forças Armadas, Operadores Turísticos, ONG e sociedade civil, que, no geral, consistiu em colocar agentes da polícia e das forças armadas a patrulharem as praias. Contudo, de acordo com os dados<sup>13</sup> da Polícia Nacional – que coordena o projeto – essas ocorrências diminuíram abruptamente nos últimos anos. Dos roubos e furtos perpetrados a turistas contabilizaram-se 67 casos em 2012, 28 em 2013 e apenas 7 em 2014.

A prostituição, crianças em situação de rua – alguns dos quais em práticas de mendicidade a turistas – e o tráfico e o consumo de drogas ilícitas, são outros fenómenos que emergiram e proliferaram no decorrer desse período. De acordo com a Comissão de Coordenação do Combate à Droga (CCCD), Boa Vista é onde a percentagem de pessoas com experiência de consumo de *padjinha* (cannabis) é das mais elevadas a nível nacional, registando uma prevalência do consumo de 11%, muito acima da média nacional que ronda os 7%. O consumo de cocaína ao longo da vida (1,4%) é também destacada na ilha, assim como as anfetaminas, cuja prevalência é sobretudo registada nas ilhas com maior fluxo turístico, Sal (0,6%) e Boa Vista (0,7%) respetivamente. Também em relação ao consumo de bebidas alcoólicas, Boa Vista está no cume nacional, com uma taxa de prevalência ao longo da vida (69,2%) acima do valor médio nacional (63,5%) (CCCD, 2013).

Adicionalmente, a pressão urbana também contribuiu para incrementar a necessidade de se assegurar mais e melhores serviços sociais, especialmente nos domínios da saúde e da educação. A ilha dispõe de apenas um centro de saúde – com carência de recursos humanos e equipamentos básicos –, uma escola secundária em avançado estado de deterioração, além da sobrelotação da escola primária de Sal-Rei.

As disputas por terrenos agrícolas envolvendo proprietários e o Estado, os relatos de atropelos à legislação laboral envolvendo unidades hoteleiras e seus colaboradores, são, similarmente, aspetos que de certa forma marcam o panorama socioeconómico e turístico da Boa Vista, mormente na sua fase incipiente.

---

<sup>13</sup> Recolhidos informalmente.

A conservação do meio ambiente e as condições de saneamento básico também são objetos de inquietude, afetando desfavoravelmente a saúde pública e as condições de vida da população, e quiçá a sua vocação para atrair, a longo prazo, investimentos turísticos. A ilha não está equipada com rede de drenagem e estação de tratamento de águas residuais<sup>14</sup>, nem de águas pluviais que reiteradamente inundam a cidade de Sal-Rei nos meses chuvosos. Cerca de 35,6% dos agregados declaram que as suas casas não dispõem de instalações sanitárias e nem de sistema de evacuação de águas residuais, que é despejada ao redor da casa por 25,3% das famílias, e para a natureza por 37,2% (INECV, 2014b). Das tipologias de resíduos, apenas são recolhidos os sólidos, porém, de forma deficiente e sem tratamento adequado. À semelhança do que acontece em quase todos os municípios do país, o destino final dos resíduos sólidos são as lixeiras a céu aberto. A principal lixeira, onde são vazados os resíduos dos grandes hotéis e de quase totalidade da ilha, não é vedada e ali vivem, atualmente, várias espécies de animais (caprinos, bovinos, suínos, caninos, etc.) e perto de meia centena de pessoas que praticamente “vivem do lixo”, particularmente da recolha de resíduos orgânicos para darem de comer aos seus animais.

O fornecimento de eletricidade e água potável também não satisfaz as necessidades da população. Embora 86,9% das famílias tenham acesso à eletricidade (*ibid.*), o seu fornecimento é irregular – constantes cortes de energia – e desigual. No Bairro da Boa Esperança, por exemplo, parte da população tem acesso à energia elétrica, mas ela é abastecida interruptamente por particulares locais que possuem geradores elétricos. Em Bofareira e Povoação Velha o sistema de aprovisionamento de eletricidade é semelhante ao do Bairro da Boa Esperança, porém, é assegurado pela Câmara Municipal. Quanto à água, dos agregados familiares boa-vistenses, 67,8 % não têm água canalizada ao domicílio, aspeto em que a Boa Vista é a segunda pior classificada dos 22 concelhos nacionais, e ainda 32,8% é compelida a beber-la sem nenhum tipo de tratamento (*ibid.*). Além disso, quer a sua quantidade quer a qualidade são postas em causa, razão que porventura leva 34,7% das famílias a beberem água engarrafada (*ibid.*).

Evoca-se que em 2008, sob o fundamento de que era preciso recorrer a investimentos privados para suprimir as deficiências deste setor e preparar a ilha para acolher grandes investimentos turísticos, a Electra S.A.R.L., concessionária dos serviços públicos de

---

<sup>14</sup> Embora “na ilha da Boavista, a AEB dispõe de uma unidade de tratamento contentorizado, com capacidade para depurar 1000 m<sup>3</sup>/d. Esta unidade visa dar vazão, essencialmente as águas residuais provenientes das unidades hoteleiras da vila do Sal Rei” (GOVCV, 2010: 13).



eletricidade e água, foi autorizada<sup>15</sup> a celebrar um contrato de subconcessão com a empresa Águas e Eletricidade da Boa Vista, S.A.R.L. (AEB). Esse contrato, porém, só viria efetivar-se dois anos depois, e a AEB comprometia-se em levar avante um conjunto de investimentos para colmatar as lacunas até então existentes. Mas as inúmeras queixas que a Agência da Regulação Económica (AEB, 2013) afirma ter recebido por causa dos serviços prestados pela empresa em questão, dão a entender que a população não está de todo satisfeita.

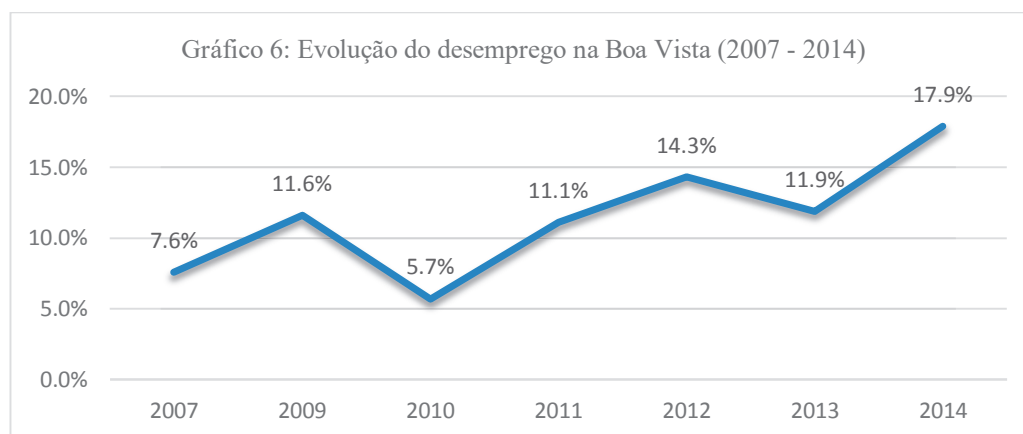
A desenfreada afluência de pessoas à procura de trabalho também tem repercussão no índice de desemprego, fazendo com que seja elevada. Por conseguinte, embora seja a ilha com a mais alta taxa de atividade do país (79,6%), excetuando o Sal, o desemprego está agora fixado em 17,9%, acometendo mormente o género feminino e o meio rural (INECV, 2015g).

Tabela 2: Boa Vista - desemprego (%) por grupo etário, género e meio de residência (2014)

Grupo etário (em anos)				Género		Meio de residência		Geral 2014
15-24	25-34	35-64	≥ 65	F	M	Rural	Urbano	
34,0%	21,5%	11,9%	27,4%	25,4%	13,6%	25,6%	16,3%	17,9%

Fonte: INECV (2015g)

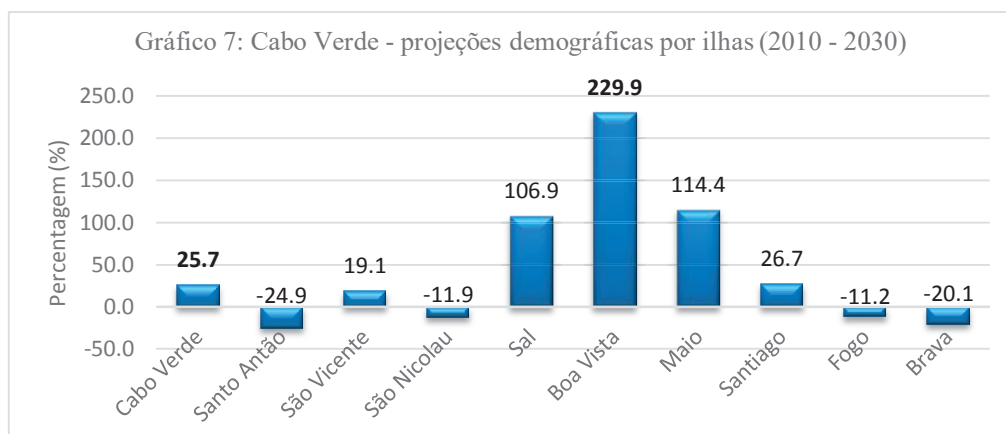
Desde 2007, ano em que a ilha tinha uma incidência da pobreza equivalente a 8% e albergava apenas 0,3% do total das pessoas pobres do país (INECV, 2009), a taxa de desemprego praticamente triplicou.



Fonte: INECV (2009, 2010a, 2010b, 2012b, 2014b, 2015g)

Estima-se que atualmente vivem na ilha aproximadamente 13.000 pessoas (mais 45% face a 2010). Mas as projeções do INECV indicam que até 2030 a movimentação demográfica na ilha deverá registar o maior crescimento a nível nacional (mais 230%), para um total de 30.377 habitantes (INECV, 2013e).

<sup>15</sup> Mediante o Decreto-Lei n° 26/2008 de 1 de setembro.



Fonte: INECV (2013e)

Em síntese, a ilha da Boa Vista apresenta-se como o expoente máximo da rápida massificação do turismo em Cabo Verde, onde este e os setores afins desempenham um papel dominante na locomoção da sua economia. Trata-se de uma das ilhas que mais contribui para a dinâmica de crescimento económico do país, consubstanciado pelo peso da atividade turística no PIB nacional. No entanto, mesmo que o desenvolvimento desse setor tenha contribuído para a melhoria genérica da qualidade de vida da população local, inúmeros desafios socioeconómicos e ambientais permanecem em aberto.

## 2. Desenvolvimento do turismo em Cabo Verde

### 2.1. *O Turismo nas Políticas Públicas*

Reconhecido como de grande potencial turístico, em parte devido à sua insularidade, localização geográfica, estabilidade política, amenidade do clima, boas condições para a prática balnear e contrastes paisagísticos, o turismo é, desde os anos 90, definido pelo poder público como um dos vetores estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde. Entretanto, a atividade turística no país inicia-se alguns anos antes, a princípio incitada pela existência de um aeroporto internacional na ilha do Sal, pela construção da Pousada Morabeza em 1967 e pelas estadias dos tripulantes da *South African Airways* que, a caminho da Europa e dos EUA, faziam escala naquela ilha (MECC, 2010).

Por força das razões supracitadas, a aposta no desenvolvimento turístico iniciou-se muito concentrada no Sal. Contudo, embora em menor escala, no início dos anos 90 o interesse internacional por Cabo Verde, enquanto destino recetor de investimento e procura turística, estendeu-se a outras ilhas, designadamente Santiago, São Vicente e Boa Vista, onde o primeiro grande investimento hoteleiro efetuado foi o hotel *Marine Club Beach Resort*, que em 1997 abriu as portas com um total de 110 quartos e moradias, e foi edificado a dois

quilómetros na direção norte da cidade de Sal-Rei. Mas é a partir do ano de 2005, com a inauguração do *Ventaclub* na praia de Chaves, desta feita na direção sul e a cerca de cinco quilómetros de Sal-Rei, que começam a nascer as unidades de maiores dimensões. Este tinha 300 quartos, foi renovado em 2010, passando a denominar-se *Royal Decameron Boa Vista*.

Reconhecida a acessibilidade externa como desafio-mor para a expansão do turismo no país, a partir daí Boa Vista assume maior protagonismo no panorama turístico nacional, com a transformação do seu aeródromo em aeroporto internacional e a subsequente construção de mais outros grandes hotéis.

Mas as potencialidades turísticas da ilha foram identificadas desde os tempos em que a República de Cabo Verde ainda sustinha o título de “Província Ultramarina Portuguesa”. Com vista a tirar proveito dessas condições, o Ministério do Ultramar promulgou um Decreto em 1969,<sup>16</sup> na qual assinalava que em virtude do seu “clima privilegiado e ótimas praias”, a ilha da Boa Vista estava “especialmente indicada para o turismo”. Sumariamente essa deliberação declarava toda a ilha como sendo “zona de turismo” e autorizava “o Ministro do Ultramar, em nome da província de Cabo Verde, a celebrar contrato com uma sociedade a constituir-se sob a denominação «Atlântico-Interplano - Empreendimentos e Investimentos Ultramarinos, S. A. R. L.» para a construção de vários empreendimentos turísticos na ilha da Boa Vista [...]”, nos 30km<sup>2</sup> de terreno que a Província de Cabo Verde ficava obrigada a vender à referida sociedade. As incumbências atribuídas à então póstera sociedade eram inúmeras. A título de exemplo, além da construção de grandiosos hotéis, de empreendimentos complementares (campos de golfe, equitação, ténis, etc.) e a urbanização das áreas circundantes, cabia-lhe ainda a empreitada da construção de um aeroporto e do aproveitamento dos terrenos remanescentes para exploração agrícola e agropecuária.

Embora tenha sido promulgado, os termos desse decreto não viriam a ser concretizados, devido ao ambiente de instabilidade política, militar e socioeconómica vivenciados na época, quer num país quer noutro, circunstâncias aliás corroboradas pela queda do Estado Novo em 1974 e pela independência de Cabo Verde um ano depois.

Observa-se, todavia, que o essencial dessa proposta foi reproduzido pelo Governo de Cabo Verde através da criação da Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio (SDTIBM),<sup>17</sup> uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos,

---

<sup>16</sup> Decreto 49121, de 15 de Julho de 1969.

<sup>17</sup> Decreto-Lei n.º 36/2005, de 6 de junho.

sendo o seu capital social detido pelo Estado (51%) e pelos Municípios da Boa Vista (35%) e do Maio (14%). Com sede na Boa Vista, a sua função é, fundamentalmente, diligenciar pelo planeamento físico, a gestão e administração das Zonas Turísticas Especiais<sup>18</sup> (Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral - ZDTI e Zonas de Reserva e Proteção Turística - ZRPT) das referidas ilhas, com vista a proporcioná-las ao investimento turístico.

Do ponto de vista do ordenamento territorial, os grandes empreendimentos hoteleiros erguidos na Boa Vista a partir da criação da SDTIBM surgem, deste modo, ajustados a planos previamente concebidos. Todavia, ressalva-se que, no sentido político-estratégico, em certa medida o desenvolvimento turístico do país fez o seu prelúdio de forma espontânea e caminhou, durante largos anos, sem qualquer planeamento específico e/ou transversal. É certo que desde os anos 90 o setor é definido como um dos vetores estratégicos para o desenvolvimento do país, facto mormente consubstanciado por um conjunto de políticas de incentivo ao investimento externo, mas o primeiro Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (PEDTCV) só surgiu em 2010.

A análise histórica da importância conferida ao turismo dá conta que entre 1982-1985, período em que vigorou o I Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde (PND), esse setor representava cerca de 2% do PIB do país, e a aposta no seu crescimento ainda suscitava alguma reserva, na altura justificadas pelas fragilidades ambientais e económica do país. Tal cenário, porém, inverter-se-ia aquando da implementação do II PND (1986-1990), no qual se dedicou um subponto específico para se diagnosticar os obstáculos que impossibilitavam a expansão da atividade turística, assim como recomendar medidas necessárias para os mitigar (E.S. Ferreira, 2006).

Ainda assim, Cabral (2005) é de opinião que a reduzida contribuição do turismo para o desenvolvimento do país, desde a independência até 1990, explica-se pelo facto de não ser, nesse período, uma prioridade para o governo. De resto, o próprio governo assume a ideia de que a inexistência de infraestruturas apropriadas e de políticas propiciadoras para o setor fizeram com que, até meados da última década do século XX, o seu peso global para a economia do país fosse discreto (*ibid.*).

---

<sup>18</sup> Estabelecidas pelo Decreto-Lei n° 7/94, de 23 de maio, as Zonas Turísticas Especiais (ZTE) da Boa Vista englobam, para já, três ZDTI, posteriormente redefinidas no âmbito do Decreto-Lei n° 7/2007, de 19 de março: a de Chave, Morro de Areia e Santa Mónica/Lacacção, com áreas de 1.654, 624 e 3.432 hectares, respetivamente. Por ZRPT foi declarada toda a faixa costeira da ilha até um(1) quilómetro de largura, incluindo todos os ilhéus e excetuando os troços pertencentes às ZDTI.

O III PND (1992-1995) coincide com o período, como já referido, de maior empenho nas diligências para a abertura económica do país, e nele foi manifestamente reforçado as pretensões do governo em fazer do turismo uma das principais escoras da economia e do desenvolvimento (E.S. Ferreira, 2006).

Nesse período é aprovada uma série de documentos legais para o setor, entre os quais a primeira Lei de Bases do Turismo,<sup>19</sup> o Imposto do Turismo,<sup>20</sup> o Estatuto de Utilidade Turística<sup>21</sup>, o Regulamento do Mérito Turístico<sup>22</sup>, o Regulamento das Zonas Turísticas Especiais,<sup>23</sup> a Lei do Investimento Externo<sup>24</sup>, o Fundo do Desenvolvimento Turístico,<sup>25</sup> o Regulamento dos Estabelecimentos Hoteleiros e Similares,<sup>26</sup> entre outros.

É ainda nesse período que nasce o Instituto Nacional do Turismo de Cabo Verde (INATUR)<sup>27</sup> para definir, coordenar e executar medidas e ações políticas para o setor, entre os quais, a promoção turística do país e a gestão e administração das ZDTI e ZRPT. A promoção do investimento passou a ser necessária e a existência de uma instituição para se dedicar ao propósito ainda mais. Assim, é iniciado em 1995 a primeira de sucessivas transformações. O INATUR é extinto, para dar lugar à institucionalização do Centro de Promoção Turística, dos Investimentos e das Exportações (PROMEX),<sup>28</sup> para exercer as mesmas funções, entretanto, conferidas e acrescidas de outras atribuições à Agência Cabo-Verdiana de Promoção de Investimentos (Cabo Verde Investimentos)<sup>29</sup> em 2004.

---

<sup>19</sup> Lei n.º 21/IV/91, de 30 de dezembro, que estabeleceu os objetivos, princípios, meios, instrumentos básicos e políticas de desenvolvimento turístico.

<sup>20</sup> Lei n.º 40/IV/92, de 06 de abril, criou o imposto do turismo, a aplicar sobre empresas ligadas a atividade turística, como sejam hotéis, agências de viagens e turismo, etc. (já revogado).

<sup>21</sup> Lei n.º 42/IV/92, de 6 de Abril, estabeleceu o regime do estatuto de Utilidade Turística (revogada pela Lei n.º 55/VI/2004, de 10 de Janeiro).

<sup>22</sup> Decreto-Lei n.º 68/92, de 19 de Junho, que regulamenta a concessão de reconhecimento de mérito turístico às pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras.

<sup>23</sup> Decreto-Lei n.º 2/93, de 1 de Fevereiro, que declara como Zonas Turísticas Especiais as áreas identificadas como possuidores de especial aptidão para o turismo.

<sup>24</sup> Lei n.º 90/IV/93, de 13 de Dezembro (ex-Lei n.º 89/IV/93), que estabeleceu as condições gerais da realização de investimentos externos em Cabo Verde, bem como os direitos, garantias e incentivos atribuídos nesse âmbito (entretanto revogado pela Lei n.º 13/VIII/2012, de 11 de julho).

<sup>25</sup> Decreto-Lei n.º 11/94, de 14 de fevereiro, criou o Fundo de Desenvolvimento Turístico, como organismo de fomento das atividades turísticas.

<sup>26</sup> Decreto-Lei n.º 4/94, de 14 de março, estabelece as normas respeitantes à instalação, classificação e funcionamento dos Estabelecimentos Hoteleiros e Similares (entretanto revisto pelo Decreto-Lei n.º 14/94, de 14 de março).

<sup>27</sup> Decreto-Lei n.º 1/93, de 1 de fevereiro.

<sup>28</sup> Decreto-Lei n.º 55/95, de 16 de outubro (revogado pelo Decreto-Lei n.º 40/2004).

<sup>29</sup> Decreto-Lei n.º 40/2004, de 11 de outubro.

O IV PND (1997-2000) não se desprende dos planos precedentes, e “consagra o turismo como uma das atividades de maior potencial” (E.S. Ferreira, 2006: 226) para o desenvolvimento do país. Porém, apesar do aumento do fluxo turístico registado entre 1992 e 1995, os constrangimentos primordiais perduravam, pelo que nele começou-se a pôr tónica na necessidade de se zelar pela sua sustentabilidade (*ibid.*).

O V PND (2002-2005) marca o início de um novo ciclo político – com a subida ao poder de um novo governo em 2001 – mas a aposta no turismo consolida-se e torna-se, poucos anos depois, o fundamento do desenvolvimento do país (MFPDR, 2001).

As Grandes Opções do Plano – documento de reflexão estratégica, também efetuado e publicado no começo desse período – visionava o turismo como “um dos setores cujo dinamismo encerra potencialidades seguras que importa continuar a desenvolver” (GOVCV, 2001: 31). Reconhecendo a utilidade das medidas políticas anteriores para a dinamização do setor e do incremento do fluxo de turistas para Cabo Verde, esse documento não deixou, porém, de apontar para a necessidade de eliminação de fatores negativos que persistiam, para que o seu contributo para o PIB pudesse ser mais expressivo. O desenvolvimento do turismo foi então projetado como setor-chave para a pretensa internacionalização económica do país.

O Programa do Governo para o período 2006 – 2011 elegeu como prioridade o aumento da competitividade internacional do turismo cabo-verdiano, intento que se propôs concretizar, designadamente, pela via da melhoria da qualidade da oferta de alojamentos, diversificação dos produtos turísticos, maior eficiência na promoção turística, resolução dos problemas relacionados com o tratamento dos resíduos sólidos, desenvolvimento de infraestruturas de apoio, e especialmente, a melhoria da qualidade dos serviços, com enfoque na formação e qualificação profissional específica para o turismo (GOVCV, 2006).

Nesse contexto, no quadro do programa de cooperação com Luxemburgo, o Governo conseguiu financiamento para a construção da Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV), que em março de 2011 entrou em funcionamento. A EHTCV disponibiliza cursos profissionalizantes em áreas como a cozinha, pastelaria, restauração-bar, receção hoteleira, técnicas de operação em agências de viagens, técnicas de animação turística e organização de eventos, para além da promoção de cursos de especialização e cursos por medida a clientes externos. Conta, até o momento, com cerca de 1.600 formandos, cuja taxa de empregabilidade ronda os 74%.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Dados obtidos através da entrevista à PCA da EHTCV

É igualmente no quadro na VII Legislatura (2006-2011) que é posto em prática, como anteriormente mencionado, o primeiro PEDTCV, que vigorou entre 2010 e 2013 e traduziu-se na visão do governo de Cabo Verde de se “*ter um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, que contribua efetivamente para melhorar a qualidade de vida dos cabo-verdianos, sem pôr em risco os recursos para a sobrevivência das gerações futuras*” (MECC, 2010: 95). Essencialmente, o PEDTCV previa alcançar, até 2013, quatro propósitos principais: atingir um fluxo anual de 500 mil turistas estrangeiros; aumentar o emprego direto em cerca de 60%; aumentar a participação do setor no PIB; e aumentar substancialmente os seus benefícios para a população.

### *2.1.1. Estado atual e perspectivas futuras do setor turístico*

O boom turístico verificado em Cabo Verde na última década tem suscitado a atenção dos mais variados organismos internacionais vocacionados às viagens e turismo. A título de exemplo, em 2013 o país foi escolhido pela *National Geographic Traveler Magazine* (NG, 2013) como um dos vinte destinos “obrigatórios” a visitar em 2014, ano em que também foi incluído na lista das dez “*Best beaches and small islands for travel*” da *Lonely Planet* (2013). Desde 2013 tem vindo a constar consecutivamente na lista da ONG *Ethical Traveler* como um dos dez melhores destinos turísticos éticos do mundo. Trata-se de uma pesquisa que distingue os países que melhor associam o trabalho de desenvolvimento turístico com a promoção dos direitos humanos, proteção ambiental e bem-estar social. Apesar dos vários pontos positivos que justificam o êxito do país, essa ONG alerta para um conjunto de aspetos a melhorar, entre os quais a necessidade de se fazer mais para proteger o ambiente natural frágil, combater o tráfico humano, o trabalho forçado e o turismo sexual, especialmente os casos que se reportam à infantilidade (*Ethical Traveler*, 2012, 2013, 2014).

Contudo, essas distinções não substanciaram o crescimento turístico do país. A fase de maior fulgor atenuou, levando o Governo a admitir que se tornou necessário conjugar, com maior equilíbrio, a atenção que se deve dispensar à promoção externa com a de se melhorar as condições internas, para que o país possa “passar do turismo de massa para o turismo de elevado valor acrescentado”, assim como, “aumentar a sua contribuição para a economia nacional” (GOVCV, 2011: 28). Esses pressupostos só serão alcançados, conforme o Governo, se forem garantidas a ampla participação da sociedade no processo, melhor qualidade dos serviços, maior integração do turismo com a economia nacional e local, a diversificação e desconcentração da oferta, maior habilidade e eficiência dos serviços de

marketing na conquista de novos segmentos e mercados turísticos, e principalmente, se as políticas e os incentivos tiverem novas diretrizes.

A diversificação da oferta é determinante, uma vez que é um ponto que se verifica não somente no que diz respeito ao produto sol e mar, às ilhas da Boa Vista e do Sal, e aos principais países emissores de turistas, mas também à fraca participação de operadores nacionais no setor e à concentração de 70% das chegadas internacionais em dois operadores estrangeiros com elevado grau de integração vertical (GOVCV, 2012).

Mas contrariar o cenário atual tem sido mais um árduo encargo com que o país tem vindo a ser confrontado. Por um lado, agrupam-se as dificuldades que condicionam, diretamente, a gestão política mais eficiente do setor, como a fragmentação e a desarticulação institucional, e um tanto de desalinhamento entre os setores público e privado. Por outro, as que inviabilizam uma maior e melhor intervenção empreendedora dos cidadãos nacionais, nomeadamente o elevado custo e a baixa qualidade de serviços essenciais como a água, eletricidade e os transportes inter-ilhas (que desencoraja a circulação de turistas e obstrui o transportes de bens e mercadorias) e as complexidades relacionadas com o acesso ao crédito (*ibid.*).

Esses constrangimentos não têm inibido o Governo de continuar a ambicionar para o setor turístico do país a “alta qualidade e o elevado valor acrescentado” (GOVCV, 2011: 31). Isto é, um setor visionado como um dos principais *clusters* para o desenvolvimento do país, capaz de, a médio e longo prazo, ser “[...] competitivo e sustentável [...], centrado no segmento médio/alto, e ancorado nas indústrias e serviços produzidos localmente” (GOVCV, 2012: 56), mas agora com uma aposta mais vincada em produtos que favoreçam o desenvolvimento do turismo marítimo (ênfase nos cruzeiros e desportos náuticos), cultural, e de saúde e bem-estar (GOVCV, 2011).

## **2.2. *A oferta e a procura turística cabo-verdiana***

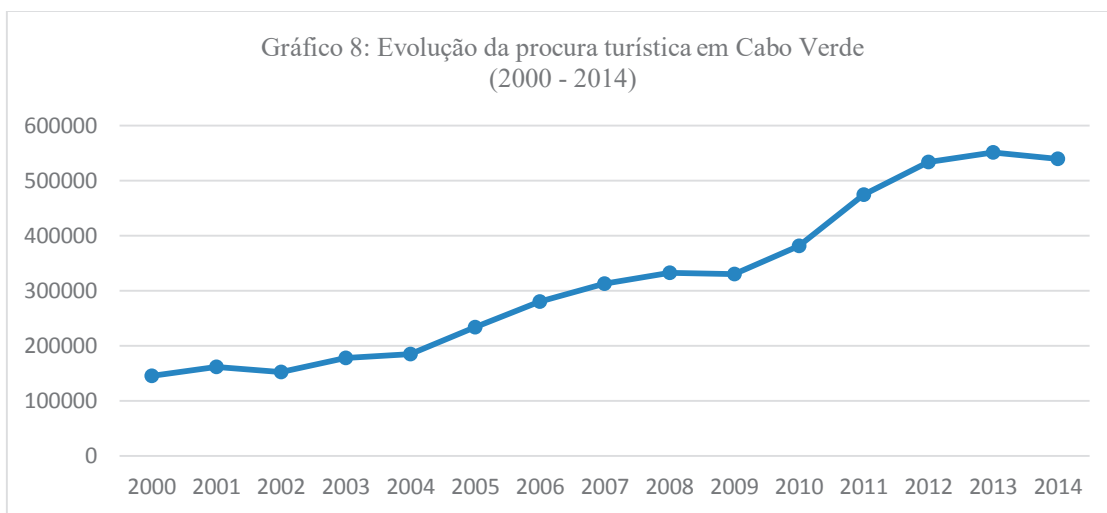
Como referido anteriormente, desde a década de 90 o turismo tem beneficiado de um conjunto de políticas de incentivo ao investimento externo, infraestruturação e marketing, para crescer. As ilhas do Sal e Boa Vista (a segunda, a partir de meado dos anos 2000) foram as que maior atenção receberam, resultante da aposta no produto “Sol e Mar”, e por conseguinte, as que mais visitas estrangeiras têm recebido.

Como é sabido, a comunidade cabo-verdiana residente no estrangeiro é extensa e com forte ligação ao país, e até meados da década de 90, o seu regresso em férias representou



o grosso das chegadas internacionais ao país. Porém, essa demanda nunca chegou a ultrapassar os 30.000 por ano (Banco Mundial, 2013a).

De 2000 a 2014, a procura turística cresceu aproximadamente 372% (145.076 para 539.621), registrando crescimento positivo todos os anos, à exceção dos anos 2002 (-6,2%), 2009 (-0,9%) e 2014 (-2,3%). Por outro lado, 2005 e 2011 foram os anos em que se atingiu o pico, com taxas de crescimento de 26,4% e 24,5% respetivamente, face aos anos anteriores.



Fonte: INECV (2013c, 2014a, 2015e)

Esses números revelam que a variação anual dos fluxos turísticos tem sido caracterizada pela volatilidade, com tendência a abrandar nos últimos anos. As causas desse abrandamento não têm sido consensuais entre os principais intervenientes do setor no país. O argumento subjacente aos possíveis efeitos negativos da crise financeira mundial de 2008/2009 tem sido rebatido pelos principais atores públicos nacionais e internacionais (*cf.* Banco Mundial, 2013a; AfDB, 2012; BCV, 2014; GOVCV, 2012) que ao mesmo tempo apontam para os números registados nos anos pós-crise, pontuados pela recuperação de alguns mercados tradicionais mais afetados pela crise, designadamente Itália e Portugal. Porém, têm sido propalados, ainda que em dissonância, vários outros fatores, nomeadamente a deficiente diversidade de oferta turística complementar, a reconquista da estabilidade política e social por parte de alguns destinos concorrenciais do Norte de África, o aumento da carga fiscal para o setor, consubstanciado pela introdução da Taxa Turística e pelo aumento do IVA,<sup>31</sup> e até o temor provocado pelo vírus do Ébola, epidemia que, embora não

<sup>31</sup> Essas medidas foram consignadas no Orçamento de Estado de 2013, aprovado pela Lei n.º 23/VIII/2013, de 31 de dezembro de 2012: (1) aumento de 6% para 15% da taxa de IVA aplicável aos serviços de alojamento, em estabelecimentos do tipo hoteleiro e similar, e de restauração; (2) implementação de uma contribuição

tenha afetado o país, atingiu alguns países vizinhos da África Ocidental. No geral, esses aspetos se resumem à fraca capacidade competitiva do país enquanto destino turístico.

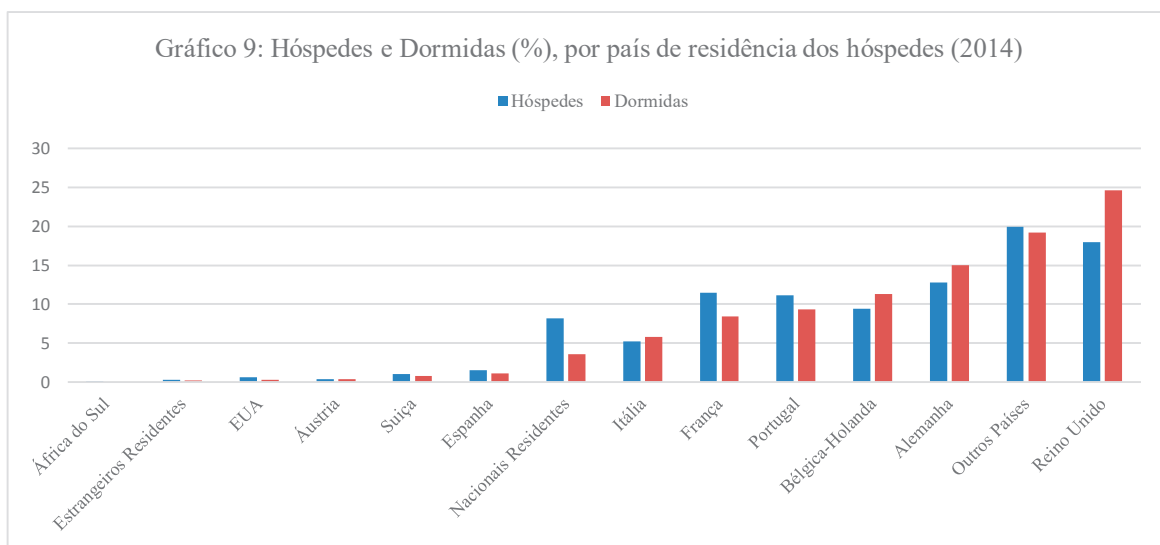
De facto, o baixo nível de competitividade turística do país é manifesto nos relatórios anuais do Fórum Económico Mundial (WEF) intitulados *Global Travel & Tourism Competitiveness Index*, que se destinam a avaliar a competitividade turística no panorama mundial. O último é alusivo ao ano de 2015, e firma Cabo Verde na 86ª posição do ranking, uma ténue subida relativamente ao 87º e 89º lugar de 2013 e 2011, respetivamente (Blanke e Chiesa, 2013; Crotti e Misrahi, 2015).

A procura turística cabo-verdiana é concentrada na Europa Ocidental. Até 2001 a maioria dos turistas que visitaram o país era de origem Portuguesa (E.S. Ferreira, 2006). Mas os dados do INECV (2013c) demonstram que a partir daí, e até 2007, essa posição passou a ser assumida pelos italianos, que a par de Portugal e Alemanha representaram respetivamente, em média, 38,2%, 20,3% e 11,0% do total das dormidas. Entretanto, de 2007 a 2012 os principais mercados emissores passaram a ser o Reino Unido (25,6%), Itália (14,4%), Alemanha (14,1%) e Portugal (12,9%) (*ibid.*). O Reino Unido continua a ser o principal mercado emissor de turistas para Cabo Verde (com 18% do total das entradas em 2014), seguido pela Alemanha (12,8%), França (11,5%) e Portugal (11,1%). Os residentes em Cabo Verde representam apenas 8,5% dos hóspedes (INECV, 2015e).

Quanto às dormidas, o Reino Unido também lidera, tendo registado 24,6% do total das dormidas nas unidades hoteleiras em 2014, seguido pela Alemanha (15%), Países Baixos (11,3%), Portugal (9,3%) e França (8,4%). As dormidas dos residentes no país equivalem a 3,8% do total (*ibid.*).

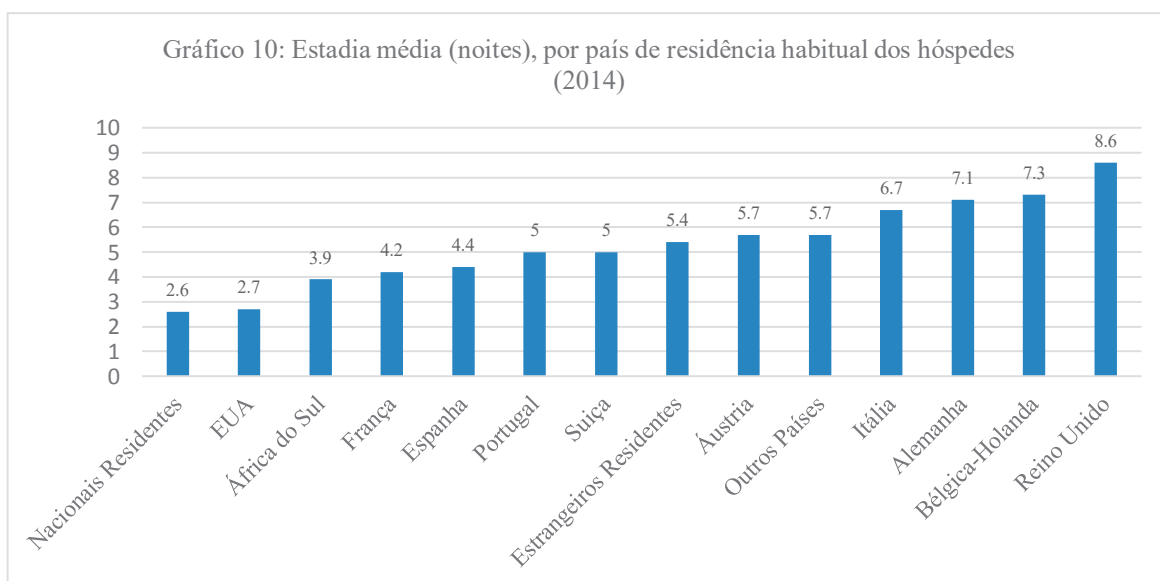
---

turística, no valor de 220\$00 (2€), que incide sobre a estadia de pessoa física, com idade superior a 16 anos, em estabelecimentos turísticos e similares.



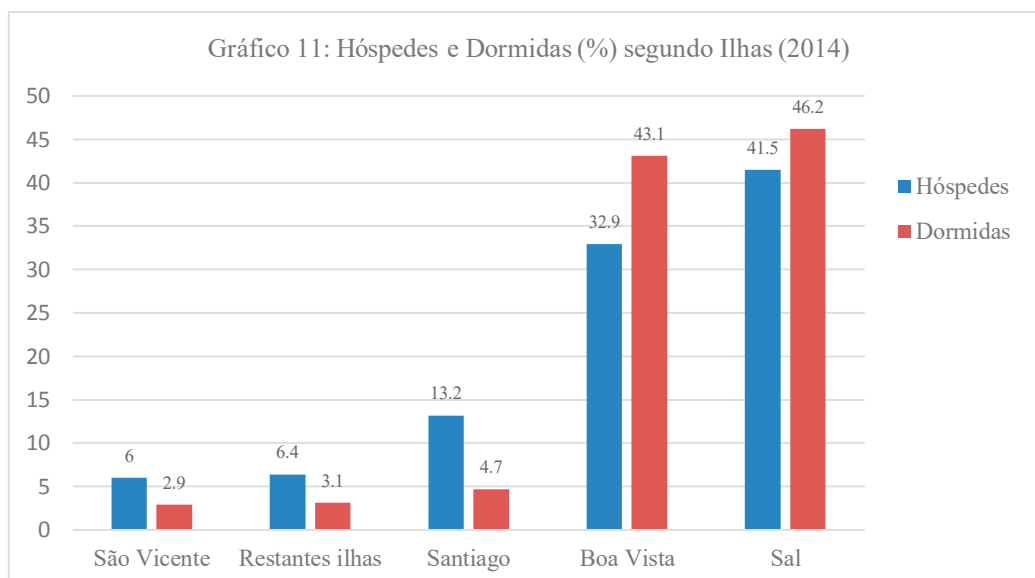
Fonte: INECV (2015e)

Em termos de durabilidade da permanência, mais uma vez são os visitantes do Reino Unido, com uma média de 8,6 noites, os que mais noites passam no país, ante os 7,3 dos Países Baixos, 7,1% da Alemanha e 6,7 da Itália (INECV, 2015e).



Fonte: INECV (2015e)

Ao longo dos anos, desde que o país começou a trilhar os primeiros passos na senda do turismo internacional, a ilha do Sal foi sempre a mais procurada, exceto em três anos (2011, 2012 e 2013) em que a ilha da Boa Vista conseguiu interromper esse longo ciclo, entretanto novamente recuperado pelo Sal no último ano, no qual acolheu 41,5% do total das entradas e 46,2% das dormidas, enquanto para a Boa Vista esses números fixaram-se, respetivamente, nos 32,9% e 43,1% (INECV, 2015e).



Fonte: INECV (2015e)

O crescimento médio anual de 2002 a 2014 é positivo para todas as ilhas. Este item atesta, pois, o crescimento exponencial do fluxo turístico que a Boa Vista granjeou nesse período, apresentando resultados, de longe, superior das demais.

A taxa de ocupação-cama é outro aspeto cuja evolução tem sido positiva para o país. Em 2002, este indicador, que permite avaliar a capacidade média hoteleira utilizada, gerou um resultado de 41% (INECV, 2013c). Já em 2014, no cômputo geral essa taxa foi de 53%, valor, ainda assim, ligeiramente inferior ao de 2013 (56%). As ilhas da Boa Vista e do Sal tiveram as maiores taxas de ocupação/cama com 76% e 56%, respetivamente. Da mesma forma, seguido pelos aldeamentos turísticos (28%) e pelos aparthotéis (24%), os hotéis (62%) tiveram a maior taxa de ocupação/cama (INECV, 2015e).

De resto, entre as tipologias de estabelecimentos que constituem a oferta hoteleira cabo-verdiana, os mais frequentados são, incomparavelmente, os Hotéis que, embora sejam em menor número comparativamente às Pensões e às Residenciais, dispõem de maior capacidade de alojamento.

Tabela 3: Hóspedes e Dormidas (%) segundo o tipo de estabelecimento (2014)

<b>Tipo de Estabelecimento</b>	<b>Hóspedes</b>	<b>Dormidas</b>
Pousadas	0,8%	0,4%
Aparthotéis	1,6%	1,4%
Aldeamentos Turísticos	3%	3,1%
Residenciais	3,8%	1,8%
Pensões	4,1%	2%
Hotéis	86,8%	91,3%

Fonte: INECV (2015e)

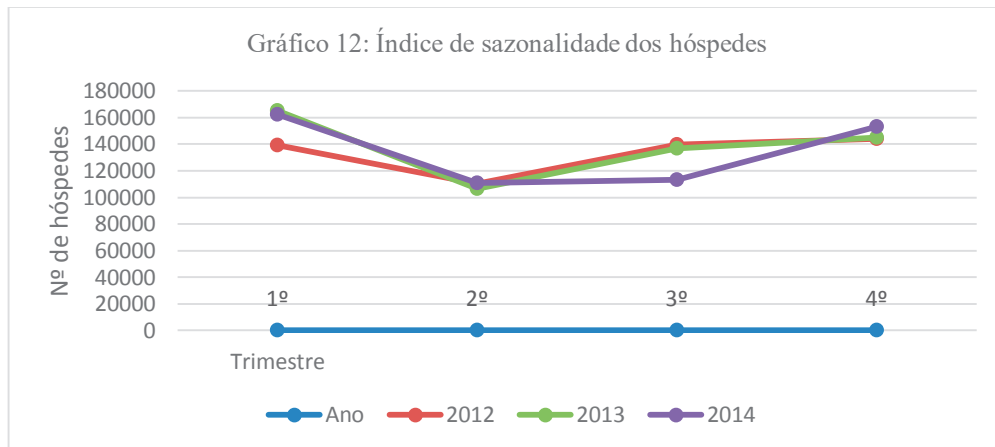
Com uma capacidade de alojamento de quase 11.000 quartos e pouco mais de 18.000 camas, o país contou com um total de 229 estabelecimentos em atividade até o final de 2014, registando-se assim um acréscimo de 3,2% face ao ano anterior. Com 21 estabelecimentos (8 hotéis, 4 apart-hotéis, 1 aldeamento turístico e 8 residenciais), correspondente a 9,2% do total, Boa Vista não consta no grupo das três ilhas com maior número de estabelecimentos. Tal facto também verifica-se com a vizinha ilha do Sal. No entanto, porque é nessas ilhas que estão sediadas grande parte dos hotéis e aldeamentos turísticos de grande dimensão, ambas lideram em número de quartos (50% no Sal e 23,9% na Boa Vista) e camas disponíveis (51,5% no Sal e 26% na Boa Vista) (INECV, 2015c).

Os estabelecimentos hoteleiros inventariados em 2014 declararam, ainda, terem contado com a colaboração de 6.282 pessoas, dos quais 98,8% a troco de prestação de serviços remunerados. Além disso, 80,3% destes trabalhavam em hotéis, 89,9% tinha nacionalidade cabo-verdiana, na sua maioria mulheres (57,9%), 46,8% trabalhavam na ilha do Sal e 28,1% na Boa Vista. Por categoria de serviços, 17,6% estava incorporado na Restauração, 14,2% na Cozinha, 12,1% nos Andares, 10,9% nas Limpezas, 2,2% na Pastelaria, 1,4% no Economato e 1,1% no Controlo (*ibid.*).

Os dados referentes ao primeiro e segundo trimestre de 2015 dão conta que, no que se refere ao perfil dos turistas, praticamente nada trazem de novo em relação ao ano transato. Todavia, quanto comparado com os períodos homólogos do ano anterior, ressalta-se uma variação positiva quer em termos do número de hóspedes – mais 0,1% no primeiro trimestre e mais 4,8% no segundo – quer do número de dormidas – mais 3,1% no primeiro e mais 4,1% no segundo (INECV, 2015d, 2015f).

A distribuição temporal da procura turística nacional ao longo do ano demonstra que a sazonalidade é também uma particularidade do turismo cabo-verdiano. Com base na

análise dos dados trimestrais publicados pelo INECV, referentes ao movimento dos hóspedes dos últimos três anos, verifica-se que esse desequilíbrio é, antes de mais, provocado por fatores climatéricos e influenciado pelos movimentos dos turistas do norte da europa, que visitam o país com maior veemência nos seus meses de inverno, coincidentes aos primeiro e quarto trimestres.



Fonte: elaboração própria, com base nas Estatísticas do Turismo do INECV (2013c, 2014a, 2015e)

O turismo faz-se com interação. Se do lado da oferta é imperioso adequar-se à procura que se pretende, desta impõe-se que se saiba se as suas expetativas são correspondidas. Com efeito, de um inquérito aplicado pelo INECV em 2011 aos turistas que se preparavam para deixar o país, no intuito de se conhecer o seu perfil, apurou-se que, entre os inquiridos, 57% dos gastos tinha sido despendido em Cabo Verde, 83% considerou que a sua estadia e os serviços prestados tinha sido boa ou muito boa, pelo que a intenção de regresso era de 92,7%. Porém, os serviços inerentes aos transportes públicos foram, na época, depreciados, com cerca de 50% dos inquiridos a qualificarem-no de mau ou muito mau (INECV, 2012a).

### 3. Turismo em Cabo Verde: contexto para intervenções socialmente empreendedoras?

O empreendedorismo social remete-nos para um campo cuja diversidade de expressões e terminologias para conceituar as atividades económicas desenvolvidas por organizações que não representam nem o Estado nem os privados ainda não foram devidamente dissociadas e esclarecidas. Entre outras, são bem conhecidas designações como “Terceiro Sector”, “Economia Alternativa”, “Setor não lucrativo”, “Economia popular”, “Economia Social” ou “Economia Solidária”.

Roque Amaro, profundo conhecedor da realidade cabo-verdiana, opta pelo uso da expressão “Economia Solidária” para enquadrar as práticas observadas em Cabo Verde. A economia solidária pode ser definida como sendo “as atividades económicas que se referenciam pela procura nuclear de práticas de solidariedade (em vários sentidos, [...] o que implica uma perspetiva sistémica, e não meramente social), ou seja, em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro” (Amaro, 2009: 15). Tendo a solidariedade como princípio central, surgem, ao longo das últimas décadas, diversas interpretações do conceito, sendo mais conhecidas as versões “francófona”, “ibero-americana” e “Macaronésia” (*ibid.*), estando Cabo Verde inserido nesta última.

Em certa medida, pode-se afirmar que a emergência e o desenvolvimento das modalidades e práticas de economia solidária em Cabo Verde é distinta doutras paragens, onde foram impulsionados pelos movimentos dos coletivos de cidadãos, produtores e consumidores, como respostas à insuficiência das políticas de geração de emprego, às crises contínuas do desemprego e à precarização laboral, conseqüentes do capitalismo industrial. Ali foram efetivadas pela via da inserção social de grupos vulneráveis através da criação de pequenas organizações produtoras de bens e serviços, e as suas raízes estão intimamente associadas ao combate a um padrão de pobreza estrutural e não conjuntural.

O conceito de Economia Solidária é ainda, em termos teóricos, pouco popular em Cabo Verde, pois, acha-se, mormente entre um grupo restrito de investigadores, técnicos de OTS e em discursos pontuais de algumas instituições públicas. Trata-se, portanto, de uma noção que ainda está em fase rudimentar. Foi introduzido com maior vigor no país a partir do ano 2005, quando Cabo Verde passou beneficiar das ações do Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico (CEESA). No seguimento e âmbito desse processo, criou-se o Gabinete do CEESA em Cabo Verde (CEESA-CV), com o objetivo de promover a Economia Solidária. Desde então, vários eventos e projetos (fóruns, seminários, *focus group*, ações de formação, etc.) foram já realizados, mas sem a cobertura absoluta das ilhas e não seguindo uma linha sequencial planeada e reiterada.

Todavia, em termos práticos constata-se a presença de algumas OTS que desenvolvem ações no cumprimento básico de alguns dos princípios do conceito, embora não sejam, na maioria dos casos, apresentadas sob o seu rótulo. Mas, salvo algumas exceções, essas práticas não estão propriamente vinculadas ao setor turístico.

Com efeito, tendo em conta o contexto turístico atual e as vulnerabilidades socioeconómicas do país, a incorporação do turismo em iniciativas inspiradas nos princípios da economia solidária e do empreendedorismo social afigura-se como uma privilegiada opção para que Cabo Verde possa compensar os desequilíbrios que o modelo de desenvolvimento turístico gera, e aproximar-se do seu propósito de um turismo mais sustentável. Aliás, a sustentabilidade é, concomitantemente, um princípio intrínseco à economia solidária e às formas de turismo alternativo. Para tal, políticas públicas terão que ser definidas. Estas devem imergir, todavia, de um processo pacífico e contínuo de reconhecimento, envolvimento e empoderamento das pessoas e comunidades locais, enquanto principais *stakeholders*.

A par dos laços instituídos no âmbito Macaronésia, que podem ser melhor aproveitados, a conjuntura atual de cooperação entre Cabo Verde e a Europa (UE) parece poder proporcionar condições favoráveis para esse efeito.

As relações entre Cabo Verde e a UE são longínquas e remontam aos primeiros anos do período pós-independência, quando em 1977 o país começa a usufruir de apoios inerentes à Convenção de Lomé (A. Ferreira, Rodrigues e Malta, 2006). Com a sua expiração em 2000, esse pacto é substituído pelo Acordo de Cotonou, cuja ratificação por parte de Cabo Verde sucedeu em 2002. Trata-se de um acordo de parceria entre a Comunidade Europeia e os estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), direcionado à prossecução dos ODM – com destaque para a redução da pobreza – e a estabilidade política e democrática dos países ACP. Esse acordo consubstancia-se, designadamente, no financiamento de programas de desenvolvimento nacionais (Programas Indicativos Nacionais/PIN) ou regionais (Programas Indicativos Regionais/PIR) que se inscrevem no Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). Em 2007 a relação entre UE e Cabo Verde extrapolou o Acordo de Cotonou e foi complementada com a “Parceria Especial UE/Cabo Verde”, cujos seis eixos de atuação reforçam a aposta no desenvolvimento sustentável e outros desafios comuns e prementes, como a segurança (UECV, 2012).

A par do FED – que percorre atualmente o 11º ciclo, a ser implementado no período 2014/2020 e cujo montante definido para Cabo Verde é de 55 milhões de euros –, enquanto país pertencente ao grupo ACP, Cabo Verde pode igualmente recorrer a outros mecanismos de financiamento da UE para executar projetos e/ou programas, entre os quais os fundos



destinados à CEDEAO, aos projetos PALOP e FED FEDER, bem como a possibilidade de acesso a empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI).

Estima-se que, desde 1977, as ajudas financeiras da UE a Cabo Verde já terão ultrapassado os 300 milhões de euros, abarcando áreas como os transportes aéreos, água e saneamento, energia, infraestruturas, educação, saúde, agricultura, segurança alimentar, segurança, e ainda ajudas orçamentais (UECV, 2012). Mas deve-se salientar que os recursos disponibilizados não se limitem aos mecanismos supramencionados. O Acordo de Cotonou, através do seu artigo 4º (CE, 2000), reconhece nos Atores Não Estatais (ANEs) um importante papel a desempenhar no processo de desenvolvimento, pelo que no quadro das linhas temáticas “Migração e Asilo” e “Atores Não Estatais e Autoridades Locais no Desenvolvimento”, são suscetíveis de serem financiados projetos apresentados pela sociedade civil, através de associações e ONG (nacionais e internacionais). Nesse contexto, de acordo com a Delegação da União Europeia em Cabo Verde (UECV), vários projetos já foram subvencionados em Cabo Verde. Em março do ano transato, a UECV (2015) voltou a divulgar um convite à apresentação de propostas de projetos por parte das OTS, tendo como objetivo geral a “preservação e melhoria do património social, cultural e ambiental, como fator de diversificação e desenvolvimento do turismo sustentável e solidário em Cabo Verde”. O montante indicativo era de 1.600.000€, sendo que as subvenções a atribuir por cada proposta variava entre os 300.000€ (mínimo) e os 500.000€ (máximo).

De resto, ainda que de forma intermitente e diferenciada conforme as instituições, o reconhecimento institucional e a atenção dispensada pelos organismos da UE à economia social tem vindo a aumentar gradualmente desde a década de 80, quando se deu início à conceção de políticas específicas para o setor. Assume, nos dias de hoje, uma importante posição no Modelo Social Europeu, e a tendência observada aponta para a sua afirmação na qualidade de *pólo de utilidade social* entre os setores capitalista e público, contribuindo, dessa forma, para a pluralização do sistema económico. Igualmente, os cerca de 14,5 milhões empregos remunerados – equivalente a 6,5% da população ativa da UE – confirmam a sua importância humana e económica (Monzón e Chaves, 2008). Parente (2014: 1) observa que “a nível da política europeia, na *Estratégia para Europa 2020*, o empreendedorismo social, as empresas sociais e a inovação social assumem uma centralidade sem antecedentes”. O EaSI – Programa para o Emprego e a Inovação Social (UE, 2014) – é o expoente maior de instrumentos propostos pela UE para estimular o setor nesse período/quadro. Com um

orçamento total de aproximadamente 920 milhões de euros, objetiva promover a mobilidade profissional, a modernização da política de emprego e da política social, fomentar o empreendedorismo social e possibilitar o acesso microfinanciamento. Monzón e Chaves (2008) apontam as evidências empíricas e alguns estudos recentes (Véase, 2009; Coen, 2010; VOSEC, 2010; Cooperatives Europe, 2010; e Social Economy Europe, 2010) para apresentarem as potencialidades da economia social, que segundo eles pode desempenhar importante papel na prossecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020.

Ora, considerando o relevo político de que goza a economia social na UE e entre os estados-membros, o recurso aos apoios europeus pode proporcionar a Cabo Verde novas oportunidades que possam advir desse ambiente favorável, por exemplo estabelecendo esforços para que a Parceria Especial seja alargada para esse campo, com enfoque para o domínio financeiro mas também através de programas de apoios específicos para o desenvolvimento do empreendedorismo social.

Neste quadro, e face quer à importância que assume na economia e das perspetivas de desenvolvimento do país, quer aos desequilíbrios do modelo de desenvolvimento turístico que o tornam muito dependente do capital internacional e dos promotores externos (e consequentemente pouco capaz de reverter de forma consistente em benefício das populações e dos territórios locais), o turismo constitui uma área privilegiada para o desenvolvimento de dinâmicas e iniciativas de empreendedorismo social e economia solidária, que possam mobilizar apoio europeus em benefício de um desenvolvimento mais inclusivo e equilibrado.

## **CAPÍTULO IV – PRÁTICAS, PERSPETIVAS E EXPETATIVAS SOBRE O TURISMO E AS OTS EM CABO VERDE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS ATORES E DAS DINÂMICAS LOCAIS**

Este capítulo incorpora a componente empírica da dissertação. Tratando-se de uma investigação exploratória que aborda questões relacionados com a intervenção social e local, e compreendendo o empreendedorismo social e o turismo sustentável como conceitos que se fundamentam em princípios inerentes à participação e à coprodução, considerou-se adequado apreender os diversos pontos de vistas sobre o objeto de estudo em questão. Assim, a partir de uma abordagem centrada nas principais instituições e agentes de intervenção nacional e local, procurou-se aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento turístico e o papel que nele pode representar os projetos de empreendedorismo social das OTS. Sequencialmente, propôs-se analisar criticamente os processos organizacionais das OTS, seus recursos, competências e propensão para o envolvimento em atuações articuladas.

Justifica-se, daí, a opção pela aplicação de entrevistas semiestruturadas, técnica frequentemente preferida na obtenção informações de natureza qualitativa e opiniões dos sujeitos individuais envolvidos num determinado contexto. No total foram entrevistados quinze (15) interlocutores, cujo processo de seleção procurou abarcar intervenientes representativos dos diversos quadrantes da sociedade: empresas privadas do ramo turístico, instituições públicas (centrais e descentralizados) com competências na definição e execução de políticas sociais e de turismo, OTS e indivíduos com experiência no desempenho de funções atinentes aos setores turístico e social.

### **1. Nível macro – contexto turístico perspetivado pelos protagonistas locais**

Da análise do conteúdo das entrevistas infere-se que a avaliação que os entrevistados fazem sobre a conjuntura turística atual do país é discrepante. Se para uns a existência de certos constrangimentos e incorreções que clamam por intervenções urgentes não são impedimentos para a considerarem satisfatória, outros têm opiniões contrárias, defendendo que a situação atual está, em vários parâmetros, aquém do que se pode considerar ideal e sustentável.

A conjuntura turística nacional não é a melhor, não é aquela que existia há 6, 7 ou 8 anos atrás, não é aquela que desejaríamos, embora seja, neste momento, melhor do que existia no ano passado (Entrevista 4).

A conjuntura turística do país é boa. Apesar da crise internacional, das questões relacionadas com insegurança, da ameaça do ébola nos países vizinhos, e outras

dificuldades que têm assolado o país, o turismo continua a ser “a nossa galinha de ovos de ouro”. No entanto, é necessário superar as dificuldades, lacunas e obstáculos que já estão identificados, de modo a evitar que no futuro próximo comecemos a sentir problemas de maior. Grosso modo, acho que o turismo está num bom caminho (Entrevista 8).

A conjuntura turística é boa mas podia ser melhor. Sem o turismo a ilha estaria estagnada hoje. Não temos outros meios de movimentar a economia da ilha, como antigamente havia. O turismo é importante mas temos que fazer com que os seus benefícios sejam extensivas a toda a sociedade (Entrevista 10).

Por um lado, os entrevistados identificam benefícios e impactos positivos da aposta no setor turístico: arrecadação de mais receitas fiscais e sua contribuição para o PIB; os novos empregos que se criaram; as infraestruturas construídas; o incremento de alguns negócios em áreas como a restauração, transportes, agropecuária e artesanato; alguma melhoria no atendimento e prestação de serviços ao público; interação e intercâmbio entre diferentes povos e culturas. Mas, por outro lado, assinalam também vários efeitos negativos daí resultantes: a dependência praticamente exclusiva do turismo; o abandono de atividades económicas tradicionais (pesca, agricultura e criação de gado) face à atração dos empregos turísticos; os acentuados desequilíbrios sociais; o agravamento e/ou o surgimento de problemas sociais como o tráfego e o consumo de estupefacientes, crianças em situação de rua, prostituição, turismo sexual, etc.; o aumento de crimes contra residentes e turistas; alterações comportamentais e perda de identidade cultural; especulação fundiária e imobiliária; surgimento de bairros degradados e ilegais; conflitos litigiosos opondo comunidades locais e Estado ou empreendimentos turísticos; maior pressão e consumo de recursos não renováveis; produção de resíduos que suplanta a capacidade instalada para tratamento; perda de biodiversidade e degradação das dunas e praias como consequência da circulação descontrolada de veículos. Impactos negativos esses que, grosso modo, vão ao encontro dos resultados observados por Bernardo (2014), no âmbito da sua pesquisa sobre os impactos do turismo massificado na Boa Vista.

Por conseguinte, a análise que fazem sobre a sustentabilidade do turismo no país é, no cômputo geral, negativa, tendo alguns entrevistados advertido que a situação atual – particularmente na ilha da Boa Vista – é crítica, uma vez que os elementos e indicadores que compõem os três eixos do conceito de turismo sustentável não têm evoluído no mesmo sentido e de forma equilibrada. Isto é, enquanto a vertente económica, preferencialmente

através da redução das taxas de desemprego e arrecadação de receitas públicas via impostos, é privilegiada, a vertente ambiental e, principalmente, a social são vistas como os parentes pobres do processo. É nesta base que alguns entrevistados e outros indivíduos da sociedade civil boa-vistense suportam o argumento segundo o qual a ilha da Boa Vista “cresceu” mas não “desenvolveu”.

Não podemos falar em sustentabilidade sem incluir os aspetos económicos, ambientais e sociais, e não podemos falar de turismo sustentável na Boa Vista porque esses três setores não estão no mesmo patamar de crescimento (Entrevista 3).

Assim como está não é sustentável. É chegado o momento de se fazer uma avaliação, não para terminar com o modelo *all-inclusive*, mas para criar algo que seja misto. Falta equilibrar a parte ambiental e, principalmente, a vertente social (Entrevista 5).

De forma em se encontra, vai chegar a um ponto em que vai entrar em colapso (Entrevista 7).

O foco do turismo tem sido a vertente macroeconómica. Trata-se de uma opção que tem as suas vantagens, porque cria postos de trabalho e obriga as autoridades públicas a construir infraestruturas, mas sempre na perspetiva de apoio aos investimentos turísticos e nunca na de desenvolvimento local. E na minha opinião é possível conciliar essas duas vertentes (Entrevista 7).

O turismo sustentável é aquele que envolve as comunidades locais. Quando a população local não tira benefício da atividade ela não é sustentável (Entrevista 10).

E se no país o panorama social inerente à atividade turística é o ponto que instiga maior apreensão, é também em relação à Boa Vista que essas críticas surgem com maior veemência. A precariedade laboral, as deficientes condições habitacionais e sanitárias, o custo de vida elevado, a desintegração e as desigualdades sociais são proeminentemente os problemas sociais citados pelos interlocutores, que paralelamente dão conta de uma progressiva incapacidade da sociedade civil e das autoridades públicas em lhes fazer face, dada a dinâmica vertiginosa empreendida pelo setor privado nos últimos anos.

Em termos sociais, temos um fosso social maior, sobretudo na Boa Vista, onde temos uma franja de população que habita em bairros marginais, que não tem acesso a todas as condições mínimas para alojamentos, no entanto, temos logo ao lado uns “monstros”, uns “elefantes brancos”, com turistas, maioritariamente da raça branca, o que pode criar um sentimento de hostilidade ao turismo. Esse sentimento de indignação é justo, na minha opinião. Mas, o turismo não é um setor maligno, não cria esse fosso social. O que a cria é a sua falta de planeamento (Entrevista 1).

O processo de desenvolvimento turístico da ilha não abrangeu alguns aspetos sociais importantes. (...) A situação social da ilha tem aspetos que urge resolver sob pena de se tornar preocupante. Neste momento, em Sal-Rei é como se tivéssemos “dois mundos”. (Entrevista 5).

Temos “dois mundos” na ilha. Para além dos imigrantes que vivem um pouco à margem, temos a separação entre o norte e o sul da ilha, caracterizado por um grande desequilíbrio social (Entrevista 9).

Temos o bairro da Boa Esperança com péssimas condições sanitárias. A ilha com maior potência turística tem cerca de 3 mil pessoas defecando ao ar livre! E os turistas convivem constantemente com esse cheiro nauseabundo. Isso é inadmissível! Temos que melhorar o saneamento básico, contribuir de melhor forma para a integração das pessoas que chegam à ilha, etc. Mas é também preciso fomentar a responsabilidade social, porque desde operadores turísticos até aos governos local e central, se tivesse havido uma planificação do turismo nada disso se verificava (Entrevista 9).

[...] De modo que a condição social da ilha é preocupante. Há formas de intervir sobre esses problemas. Falta meios para tal, mas também vontade política e capacidade interventiva da sociedade civil. Muitos desses problemas correspondem a impactos da aposta no turismo, já que em termos de crescimento populacional a ilha cresceu de “noite para dia” (Entrevista 13).

Enquanto o contínuo crescimento da procura internacional tem sido largamente valorizado, os impactos sociais e ambientais negativos têm sido descuidados ou então não têm merecido primazia igual àquela que se dispensa na alocação de investimentos para a construção de infraestruturas de apoio direto ao turismo. Só muito recentemente as autoridades públicas despertaram para a necessidade de resolução ou mitigação imediata desses problemas sociais que afetam a sociedade boa-vistense, mas para alguns dos entrevistados esta viragem peca por tardia, uma vez que muitos dos seus efeitos são irreversíveis ou então requerem avultados recursos financeiros de que o país não dispõe. Também em termos ambientais os níveis de degradação são cada vez mais acentuados. Estas questões assumem particular relevância em qualquer destino turístico, porém o que se deduz dos depoimentos dos entrevistados é que efetivamente em Cabo Verde ainda não são objetos de intervenções devidamente estruturadas e ancoradas no objetivo de sustentabilidade previsto no PEDTCV. Ora, se o país continuar a não cuidar adequadamente dos recursos que estiveram na base do seu progresso enquanto destino turístico poderá perder capacidade de atração. A ilha do Sal é disso um exemplo concreto. Após anos de “sucesso”, a procura

turística para essa ilha abrandou com a crise internacional que afetou os países europeus, e esforça-se agora para rejuvenescer-se. No caso da Boa Vista, se for enquadrado ao modelo de ciclo de vida de um destino turístico proposto por Butler (1980), admitir-se-á que a fase de exploração decorreu durante a década de 90, a de comprometimento de 2000 a 2005/2006, o seu desenvolvimento a partir de 2007 e, embora a plenitude desta fase ainda tenha sido atingida, a elevada importância e influência que a atividade turística já representa no quotidiano dos boa-vistenses e o abrandamento da procura turística no último ano levam a crer que esta evolução já se aproxima da sua consolidação. E considerando que o desenvolvimento do destino acelerou nos últimos anos e tende-se a tornar cada vez mais massificado, tudo indica que a sua estagnação poderá não estar longe. Evitar cenário semelhante ao da ilha do Sal exige que doravante os agentes que intervêm no setor sejam proativos na tomada de medidas que incessantemente garantam a qualidade dos recursos e evitem desajustamentos entre a oferta e a procura (Cunha, 2006).

A par dos impactos negativos foram também assinalados alguns fatores que condicionam um desenvolvimento dessa atividade de forma mais simétrica e proporcional à dimensão demográfica e geográfica do país. Destacam-se aqui a baixa competitividade turística do país comparativamente aos destinos concorrentes; mau ambiente de negócio, associado à morosidade e dispersão da administração pública e às políticas fiscais inadequadas às pequenas e médias empresas; a concentração da procura turística no espaço (mercado europeu na origem, e ilhas da Boa Vista e Sal no destino), no tempo (meses correspondentes ao inverno na europa) e num só atrativo (produto Sol e Mar); o modelo AI e os seus efeitos inerentes; a debilidade das infraestruturas de acesso; a insegurança; a desqualificação urbana; a fraca diversidade e atratividade de serviços e produtos típicos; as dificuldades no acesso ao crédito para investimentos; e a baixa propensão empreendedora.

Sublinha-se, todavia, que globalmente essa opção estratégica do governo não mereceu objeção entre os entrevistados ou no seio da sociedade civil. Quer isto significar que o cerne do problema não reside no propósito em si, mas na forma como o processo tem sido administrado (governança). Na verdade, grande parte das condicionantes apontadas coincidem com aquelas que constam nos mais variados estudos e documentos públicos que abordaram a temática do turismo país, e no geral concentram-se nas autoridades públicas nacionais e locais, cuja atuação, particularmente em matéria de planeamento (ou a falta dela) e gestão turística, é avaliada como insuficiente e ineficaz.

Perspetivas são boas, mas embora não sendo da área acho que o nosso turismo não foi planeado. As autoridades não estavam preparadas para esse crescimento tão exponencial. O turismo é bom, tem os seus benefícios, mas acho que deve haver uma plano de desenvolvimento turístico. Muita coisa caiu de paraquedas, não estávamos e ainda não estamos preparados. Devem ser tomadas medidas porque a população local não consegue tirar maiores proveitos do turismo, sobretudo porque não há um ambiente propício para tal. As pessoas têm medo de investir porque não há garantias de lucro (Entrevista 12).

Acho que o turismo cresceu muito rapidamente na Boa Vista. Entretanto, o investimento público não acompanhou o investimento privado. Então a ilha enfrenta hoje alguns constrangimentos do ponto de vista social. Este é um destino novo mas ainda faz falta muitos investimentos públicos. Identificamos uma série de lacunas na área social, saúde, saneamento, não temos boas estradas, algumas pessoas não têm acesso à água e eletricidade, falta um hospital em condições, etc. (Entrevista 15).

As razões para o contexto acima descrito não encerram, porém, no fraco desempenho das instituições públicas com responsabilidades em matéria de turismo. A passividade da sociedade civil, por um lado, as insuficiências e o comodismo das organizações privadas que operam setor, por outro, também são observados, mormente no que tange à carência ou à qualidade dos serviços e produtos que perfazem a estrutura da oferta turística.

Neste momento falta-nos fazer o trabalho de casa, isto é, melhorar a qualidade e diversificar a nossa oferta. Se quisermos ser um destino de “alto valor acrescentado” temos que pautar pela qualidade. Qualidade das infraestruturas e dos serviços (Entrevista 1).

[...] o potencial de satisfação é muito maior do que a realização de facto, precisamente porque não há grandes alternativas, particularmente aqui na Boa Vista. O turista chega, entra num *resort*, sai uma ou duas vezes, e não têm alternativas, pois, vêm à cidade de Sal-Rei, e esta não é atrativa do ponto de vista visual, sobretudo à noite não há iluminação, o que suscita o sentimento de insegurança, não há oferta de serviços de bar, música ao vivo, artesanato, enfim, não há outros produtos turísticos para além da praia (Entrevista 4).

(...) Referindo-se à parte cultural e patrimonial, que mais domino, tem havido uma desvalorização. (...) Quando apresentamos um produto turístico desvalorizado, destruído, estamos a enganar os turistas. Porque o turista quando vem quer desfrutar do genuíno. Por exemplo, no plano cultural ele tem que ver um *landú* genuíno, não estilizado (Entrevista 11).



A qualidade da oferta é, de facto, um requisito fundamental para qualquer destino turístico. Mas pela análise do conteúdo das entrevistas e dos discursos públicos é patente, porém, que a qualidade de Cabo Verde e Boa Vista enquanto destino turístico tem sido copiosamente compreendida na sua aceção mais restrita, em que se avalia sobretudo aquilo que é material e tangível. No entanto, tal como adverte Cunha (1997), dada a natureza híbrida dos fatores motivacionais dos turistas e das componentes que concorrem para a sua perceção de qualidade, associar o conceito de qualidade turística meramente àquilo que é luxuoso ou estético pode ser prejudicial para as pretensões de um destino que pretenda ser duradouro. Importa, deste modo, ter em consideração a dimensão cultural do turismo e aos seus aspetos subjacentes, nomeadamente as atitudes sociais e a qualidade de vida das populações recetoras, fatores com grande influência na receção dos turistas, e por conseguinte na apreciação que estes fazem da qualidade da estadia e do destino. Na Boa Vista os contrastes sociais e as disparidades qualitativas entre as componentes da oferta já indiciam a insatisfação e o condicionamento do comportamento dos turistas, conforme relatou um dos entrevistados, que enquanto guia turístico assiste e acompanha diariamente vários turistas que excursionam a ilha.

O turista atual é social e ecologicamente consciente. São pessoas que têm preocupações ambientais. (...) Aliás, há turistas que não saem dos hotéis porque ficam profundamente tristes ao notarem o desnível das condições de vida das pessoas. Inclusive, um turista disse-me que se sentia culpado, se sentia tão mal por estar dentro de um hotel com tanto luxo e depois sair e verificar como vivem as pessoas locais. (Entrevista 13).

Convém dizer, a propósito, que, se por um lado, esse facto não deixa de evidenciar um ponto fraco para a qualidade turística do destino, por outro lado, também pode ser encarado como um ponto forte para o empreendedorismo social no setor turístico, na medida em que, um turista com preocupação social tem, à partida, maior interesse em se envolver e participar na melhoria das condições de vida das populações carenciadas.

Ainda no que se refere à questão das atitudes dos locais face ao turismo, convém salientar a relevância dos aspetos relacionados com a hospitalidade e o acolhimento para os destinos turísticos e fazer um paralelismo com o contexto de estudo, no qual se constata uma exígua interação entre os residentes e os turistas. Cabo Verde é conhecido como o país da

*morabeza*<sup>32</sup> mas essa aceção, ao invés de ser cultivada no seio da sociedade cabo-verdiana, tem vindo a ser reiteradamente “vendida” pelos operadores turísticos, como se de algo estática e imutável se tratasse. A *morabeza* que a Boa Vista conferiu outrora foi-se desvanecendo no decorrer dos últimos anos, em virtude do seu galopante crescimento demográfico, descaraterização cultural e perda de pacatez. Esses constrangimentos acabam por afetar a sua – e do país, consequentemente – qualidade, competitividade e desenvolvimento turístico sustentado.

De resto, a qualidade está necessariamente sujeita ao compromisso e à contribuição convicta e permanente de cada um e de todos – em diálogo e conjugação de esforços – os intervenientes do setor turístico, o qual também ainda é pouco frequente no país. Aliás, as declarações dos entrevistados dão conta de uma considerável falta de envolvimento da população local nos processos e deliberações que envolvem o planeamento turístico, em virtude de algum desinteresse deste, mas também alguma opacidade e relutância das autoridades públicas em lhe conceder mais informações e poder de decisão. Não existem dados que permitam aferir se esta circunstância afeta ou não a disposição do residente local em acolher e tratar bem quem a visita, mas os testemunhos recolhidos permitem inferir que afetam e condicionam sobremaneira a sua motivação para investir em negócios turísticos.

Temos um Conselho Nacional do Turismo que infelizmente não tem estado operacional nos últimos anos. Nesse Conselho, a sociedade civil é representada pela Plataforma das ONG. Porém, reconheço que a participação da sociedade civil não é representativa. No entanto, reunir com todos os representantes da sociedade civil é difícil. Na minha opinião a população local não tem sido devidamente envolvida no planeamento do turismo, pois, temos direções regionais, com sede em Sal e São Vicente, temos contactos com as Câmaras Municipais, mas não há um mecanismo instituído de ligação direta com as comunidades (Entrevista 1).

A população não é envolvida mas também ela própria se posiciona à margem. Diria que são as duas coisas. É notório também que não temos a capacidade de acompanhar o crescimento do turismo, sobretudo porque não dispomos de recursos financeiros para investir. Falta incentivos para que tenhamos mais empreendedores nacionais no turismo (Entrevista 5).

Nem preciso deixar-lhe terminar a pergunta! Nem um pouco! Muito pelo contrário, a população local tem sido ostensivamente marginalizada (Entrevista 7).

---

<sup>32</sup> Regionalismo de Cabo Verde que representa a vocação intrínseca do cabo-verdiano em receber e tratar de forma amável e hospitaleira o forasteiro.

Acho que não existe planeamento, por isso não pode haver envolvimento da sociedade. Quem tem poder de decisão tem passado por cima. A população está à margem. Podemos falar de impactos positivos ao nível do emprego, mas o emprego criado é sobretudo emprego precário, com a exploração da mão-de-obra. A participação de pessoas no que toca a negócio é também mínima. Quase toda atividade económica é controlada por grandes operadores. As poucas atividades adjacentes não controladas por estes são controladas por pequenos empresários ligados a estes. A população não é tida nem achada nesse processo, e falta vontade política para tal (Entrevista 13).

Efetivamente, parece prevalecer a ideia de que neste momento os inconvenientes da cadeia de valor do turismo excedem os seus benefícios, que face ao volume de investimentos materializados e número de turistas acolhidos, poderiam e deveriam alcançar a população local em maior número e melhor forma.

Sim, a população beneficia, mesmo que seja indiretamente. De todo modo, o benefício podia ser mais direto e mais visível. Por outro lado, devia ser feito mais para que os residentes locais, particularmente da Boa Vista, pudessem sentir que os benefícios estão a ser revertidos para o desenvolvimento da ilha, embora esse benefício chega tardiamente (Entrevista 5).

Indiretamente sim. Pois através dos cofres de estado que arrecada impostos, parte dessas verbas retornam através dos investimentos públicos que são feitos. Mas o impacto direto é muito pouco. (...) Mas hoje se perguntarmos se na Boa Vista isso acontece, praticamente a maior parte dirá que não sente os benefícios do turismo. Aliás, há uma célebre frase que um senhor da ilha disse: “do turismo sentimos só o perfume” (Entrevista 9).

O *all-inclusive* (AI)<sup>33</sup>, sistema que em matéria de alojamento turístico é predominante em Cabo Verde, desponta controvérsias. Sinteticamente, a apreciação dos entrevistados sobre esse tema reparte-se em três pontos de vista diferentes. De um lado agrupam-se os que o avaliam como o melhor caminho a seguir devido ao grande número de turistas que permite hospedar, do lado oposto aqueles que o consideram um modelo nefasto para as aspirações dos cabo-verdianos em retirar os devidos proveitos do fluxo turístico que chega ao país, e no intermédio aqueles que o percebem não como a melhor mas a opção mais acessível para que um país como Cabo Verde percorra com êxito o crescimento económico, a redução da pobreza e do desemprego.

---

<sup>33</sup> Regime pelo qual o hóspede paga, antecipadamente e por um preço predefinido, para usufruir de um pacote de serviços que pelo menos inclui alojamento, três refeições diárias e algumas bebidas.

O *all-inclusive* é um modelo como vários outros. Tem as suas desvantagens, mas sem ele não estaríamos nesse ponto, com tantos turistas a visitarem o país. Não é o melhor modelo, porque é massificado, mas tem as suas vantagens. O número de empregos criados pelos *resorts all-inclusive* é muito maior do que as outras tipologias de alojamento. Cabe ao destino, isto é, ao estado e à sociedade, tirar maiores proveitos desse modelo. Há uma teoria generalizada que Cabo Verde não ganha nada com esse tipo de turismo, mas isso não é verdade (Entrevista 1).

Se analisarmos bem o país, notamos que a nível macro Cabo Verde não dispõe de políticas para a proteção de nenhuma atividade. Por exemplo, as excursões podiam ser desenvolvidas exclusivamente pelos nacionais, pois, os locais conhecem melhor do que ninguém a sua história, cultura, tradições, etc. Mas infelizmente não temos o domínio das línguas estrangeiras. E os que dominam razoavelmente a língua não o conseguem fazer porque tudo é controlado por operadores estrangeiros. (...) Lá está, o *all-inclusive* é uma modalidade turística que deixa muito pouco no destino. (...) Não permite um maior desenvolvimento do país. (Entrevista 9).

Na Boa Vista temos um tipo de turismo caracterizado pelo “tudo incluído” que não beneficia a população ou se traz algum benefício é algo irrisório (Entrevista 11).

Convém mencionar que o Banco Mundial produziu um estudo em 2013 cujo objetivo principal era analisar empiricamente o impacto desses tipos de estabelecimentos na economia local, comparativamente a outras tipologias de alojamento materializadas no país. Com efeito, apesar de se reconhecer a existência de sinais evidentes que corroboram baixos níveis de despesas locais dos AI em Cabo Verde, na medida em que a fuga de capitais gerados é potencialmente elevada (os proprietários dos hotéis e boa parte dos colaboradores são estrangeiros) e os bens para servir o setor são na sua maioria importados, concluiu-se que do ponto de vista económico os impactos são “mais amplos do que aqueles que são tradicionalmente atribuídos a este tipo de alojamento” (Banco Mundial, 2013a: 33). A par dos empregos gerados e das contribuições para o Estado através dos impostos, essa análise é principalmente fundamentada pelo seu contributo para a redução da incidência da pobreza em Cabo Verde, cujo decréscimo entre 2000 e 2010 foi de 59% no Sal e 52% na Boa Vista, correlacionado, assim, o facto de serem as ilhas maiores recetoras de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) as onde se verificam as mais baixas taxas de pobreza (*ibid.*). Como referido anteriormente, a oferta hoteleira nacional é concentrada nessas ilhas. Em conjunto retêm dois terços dos quartos e camas disponíveis, 90% do total das dormidas e maiores

taxas de ocupação/cama. É igualmente nessas ilhas onde praticamente se contabilizam todos os grandes *resorts* AI, alguns dos quais pertencentes aos mesmos proprietários.

Em comparação com os hotéis mais pequenos das ilhas do Fogo e Santo Antão, que não funcionam ao abrigo desse regime, o referido estudo assevera que, embora estes estejam mais agregados à economia local e nacional, os seus proveitos absolutos por quarto/dia são muito inferiores aos dos *resorts* AI. Da mesma forma, os valores salariais médios são díspares, com supremacia para as ilhas ditas turísticas e mais vinculadas ao sistema em questão (*ibid.*). Esse documento afirma ainda que, ao contrário daquilo que tem sido recomendado para algumas das outras ilhas, a aposta em unidades hoteleiras de menor dimensão e desconforme dos *resorts* AI não é viável a curto prazo, muito devido aos inúmeros constrangimentos e fragilidades que o setor enfrenta, designadamente o mau ambiente de negócio – que desfavorece os pequenos operadores no que toca aos incentivos fiscais – e os altos custos de viagens para os turistas que queiram chegar ao país de forma independente. Por conseguinte, recomenda-se que o governo reconheça a relevante importância económica dos AI, que fortaleça e intensifique a interlocução com esses operadores, e que aperfeiçoe o modelo de desenvolvimento turístico atual, ao invés de abdicar dele. Isto é, sugere-se que as políticas de incentivos priorizem a consecução de investimentos hoteleiros do padrão *all-inclusive* e *B&B*, mas agora de “gama alta”.

Trata-se de um estudo pertinente, mas porque o seu objetivo é excessivamente economicista as suas conclusões acabam por negligenciar, nalguns casos, e por versar simplistamente, noutros, muitos dos custos sociais e ambientais dos *resorts* AI, deixando-os, aliás, quase que incólumes de responsabilidades quanto aos impactos negativos provocados nesses domínios. Refira-se que os parques benefícios à população e economia local não são o único argumento na origem da censura de que esse sistema logre na sociedade cabo-verdiana. Esse estudo não faz alusão a aspetos essenciais que direta ou indiretamente lhes são associados, e que os entrevistados referem: a estratégia de intimação (ex.: redução do volume de negócios no país) que os operadores desse sistema adotam sempre que o poder público pretenda efetivar políticas que contrariam; os operadores que dominam toda a cadeia produtiva do turismo, inclusive dos serviços de excursão pelos principais pontos turísticos das ilhas; a ocupação e bloqueio parcial de praias de mar ao acesso da população local por parte de alguns hotéis; a quantidade de recursos não renováveis consumidos e resíduos produzidos e que requerem tratamento adequado; a qualidade dos empregos criados, as

denúncias de melhores remunerações a colaboradores de nacionalidade europeia face aos demais e das precárias condições de trabalho de alguns *resorts*; ou as supostas políticas de dissuasão à saída dos turistas sob alegação de insegurança fora dos hotéis.

Ora, o sistema AI facilita, de facto, a chegada de muitos mais turistas internacionais. Mas quantidade não é sinónimo de qualidade. E enquanto subproduto do turismo de massas acaba por ser, conforme Cunha (1997), predominantemente eleita por pessoas de nível de rendimento inferior, que frequentemente viajam em grupos, com estadias curtas e que procuram economizar o máximo possível nos destinos. Esse segmento de turistas é normalmente o primeiro afetado com qualquer depressão económica no país de origem. De resto, é um sistema que de per si pode enfraquecer a opção e o anseio pelo contacto com o meio exterior, pois, um dos trunfos de marketing mais veiculados pelos operadores que vendem esses pacotes é o facto de o cliente poder pagar antecipadamente por tudo que necessita ou deseja, para desfrutar sem a necessidade de levar consigo mais dinheiro. E qualquer turista bem acomodado e servido dentro de um *resort* tem poucos estímulos para daí sair, quanto mais quando a oferta circundante não lhe é suficientemente atrativa ao ponto de lhe estimular a sair e gastar mais, como é o caso de Cabo Verde onde, de acordo com o Banco Mundial (2013a), o consumo discricionário diário dos turistas dos AI varia entre os 7€ e os 13€, sendo que apenas entre um terço e metade desse valor ocorre fora do hotel.

O AI é um dado irredutível e progressivo no mercado turístico mundial. Entretanto, também começam a emergir um novo padrão a partir desse regime, na qual parte dos serviços contratualizados com os turistas são fornecidos fora dos hotéis por empresas independentes. Isso ainda não se verifica, porém, na Boa Vista, onde a sua impopularidade e um tanto de atitude negativa perante o turismo é igualmente, em parte, consequência de práticas e condutas indiciadoras de *bunkerismo* no seio de alguns grupos hoteleiros sediados na ilha. Aos olhos da população local, em geral, não é do interesse dos grandes operadores turísticos que ela participe diretamente na produção das principais atividades económicas em torno da cadeia produtiva do turismo, que, na realidade, caracteriza-se por uma integração profundamente vertical.

Não há uma boa integração e uma sã harmonia e convivência entre o promotor do destino, o turista que visita a ilha e o povo que pode oferecer algo ao turista. É preciso que haja um bom entendimento entre todos. Por exemplo, temos alguns diretores de hotéis que receiam visitar a cidade de sal-rei que nem se quer é um local violento. Não a frequentam

porque a relação com a sociedade, e por vezes com certos funcionários, não é boa (Entrevista 9).

Essa convicção tem vindo a afetar negativamente a confiança e a propensão empreendedora da população local, contribuindo para a generalização do sentimento de descrença nas possibilidades de sucesso de eventuais investimentos turísticos, não obstante a uniformidade das opiniões em como subsistem ainda consideráveis recursos e oportunidades por valorizar do ponto de vista turístico.

O turismo abriu oportunidades que foram aproveitadas, algumas por nacionais e estrangeiros, e ainda há muitas outras oportunidades que não estão sendo aproveitadas e que estão à espera de alguém com visão (Entrevista 4).

Por exemplo, no domínio do artesanato, acredito que temos muito potencial e oportunidades que ainda não estão a ser aproveitadas. Até porque muito do artesanato que se vende não é nacional. No domínio pecuário, é possível produzir, por exemplo queijos para abastecer o mercado turístico (Entrevista 8).

Acho que sim, por exemplo na área cultural, os turistas não conhecem a nossa identidade, não sabem quem somos, não conhecem a nossa história, música, gastronomia, etc. O ecoturismo também (Entrevista 12).

Com certeza! Há muita coisa que devia e podia ser aproveitada, independentemente do modelo de desenvolvimento turístico da Boa Vista que já é um dado adquirido. Acho que tudo depende da nossa criatividade. A área cultural, o nosso património histórico-cultural, a questão dos naufrágios, enfim. A história da ilha, artesanato, cultura, por exemplo do *landú*, que praticamente não se vê na ilha, enfim, há muita coisa por valorizar. É preciso organizar eventos que recriem a história e as vivências da ilha (Entrevista 13).

Cabo Verde, e especialmente Boa Vista, é um destino turístico cuja vocação deriva essencialmente de elementos da natureza. As vantajosas condições para práticas náuticas e balneares inerentes à sua condição climática concedem ao país alguns dos pressupostos básicos para composição de uma oferta turística atrativa e congruente à corrente turística (Sol e Mar) que a nível mundial motiva mais deslocações. No entanto, a falta de diversificação torna-a excessivamente estribada e dependente das suas propriedades naturais. Comparativamente aos destinos mais maduros e desenvolvidos, a cadeia de oferta do país mantém-se num nível básico de desenvolvimento, carecente de novos atrativos que ao mesmo tempo acrescentem valor ao seu produto ex-líbris, tornem as estadias mais agradáveis e diferenciem-no, o quanto possível, dos demais. Essa proposição adquire caráter de imprescindibilidade se se tomar como certo que a procura turística é cada vez mais

marcada por motivações mistas e preferências novas e autênticas. Da mesma maneira, a aposta em modelos alternativos de desenvolvimento turístico, incursos em abordagens *bottom-up* e orientações coletivas, é vista de forma positiva por alguns entrevistados, como forma de promover uma maior participação comunitária e transformar o cenário socioeconómico atual.

Considero-o (o modelo atual) negativo em termos de impactos ambientais e nas comunidades locais. Não gera os benefícios que precisamos para que possamos ter um desenvolvimento durável. No entanto, compreendo que em determinados momentos políticos do país, esse modelo teve uma importância grande para o crescimento económico do país. Reconheço a sua importância no que toca ao PIB, mas em termos de desenvolvimento local por meio do turismo, este modelo não contribui em nada para minimizar os problemas das comunidades, muito pelo contrário, cria mal-estar, degrada o ambiente, exclui as pessoas que deixam de poder usufruir dos encantos da natureza sobre os quais sempre tiveram acesso, como as praias e recursos naturais, de uma forma geral. E acho que neste momento é preciso voltarmos para um modelo mais solidário, como complemento desse modelo (Entrevista 7).

Enfim, é preciso uma estratégia de desenvolvimento endógeno, em que o crescimento económico esteja relacionado com a produção local, incorporando aspetos socioculturais, participação política dessas pessoas, ou seja, para que tenhamos projetos de turismo sustentáveis é preciso que sejam feitos junto das populações locais, e que sejam eles também gestores de alguns empreendimentos para que os rendimentos possam ser reinvestidos no próprio local, pois, o investidor externo leva os recursos para o seu país (Entrevista 7).

Mas a verdade é que as perspetivas futuras não apontam para inversão do rumo no que se refere ao modelo turístico até então seguido. Os entrevistados antecipam, pelo contrário, o revigorar dos investimentos em unidades hoteleiras de grande dimensão e o intensificar da participação dos grandes grupos hoteleiros mundiais quer no Sal quer na Boa Vista, investimentos esses que manifestamente conferirão carácter de irreversibilidade à consagração desta última como destino turístico de massas.

É de realçar ainda que, a juntar aos já construídos, todos os novos hotéis prenunciados localizar-se-ão nas orlas marítimas, facto que, mediante a construção das infraestruturas e instalação dos equipamentos necessários, contribuirá para aumentar a pressão sobre os recursos naturais em que se assenta a exploração turística da ilha. É, deste modo, urgente que se proceda à delimitação da capacidade de carga turística – aspeto até agora não tido em



devido apreço – em todos os domínios (físico, ambiental, sociocultural, psicológico, etc.) suscetíveis de experimentar os efeitos do crescimento turístico, sob pena do destino cedo perca valor e se sature.

Em síntese, da análise do contexto turístico cabo-verdiano pode-se, em primeiro lugar, concluir que este é condizente com o quadro traçado por Brohman (1996), que identifica um conjunto de problemas comuns aos países do chamado Terceiro Mundo que optaram pela adoção de estratégias de desenvolvimento viradas para o exterior, incluindo a excessiva dependência estrangeira, desarticulação entre o turismo e a produção económica nacional, desigualdades socioeconómicas e espaciais, degradação ambiental e percepção de perda de identidade cultural e controlo social. Em conformidade com a tese desse autor, em Cabo Verde esses constrangimentos também advêm principalmente da fraca participação comunitária no planeamento e desenvolvimento turístico, processo que vem seguindo um sentido *top-down*. Os custos e os benefícios do turismo estão, pois, desproporcionadamente repartidos, com consequências diretas no acentuar dos desequilíbrios regionais e locais próprios de um país insular e economicamente débil, onde a pobreza, a desigualdade social, a precariedade habitacional e o desemprego distinguem-se entre tantos problemas sociais.

Entre os entrevistados e no seio da sociedade civil cabo-verdiana sobressai a percepção de que modelo de desenvolvimento turístico de massas experimentado no Sal e posteriormente na Boa Vista – consubstanciado pelo regime *all-inclusive* – gera importantes retornos económicos, porém insuficientes para justificar os seus custos e impactos sociais e ambientais negativos. As decorrências desse modelo, o deficiente planeamento turístico e o distanciamento ou o fraco comprometimento da população local no processo de desenvolvimento turístico além de não favorecerem o desenvolvimento do turismo cultural e outras modalidades de turismo alternativo, constituem os principais entraves ao surgimento de atividades empreendedoras de iniciativa local, mercê do senso comum em como qualquer eventual projeto tem, à partida, poucas hipóteses de sucesso. Insuficiências respeitantes ao espírito empreendedor, acesso ao crédito e incentivos públicos integram o rol das causas mais difundidas para esse ceticismo. As evidências levam a crer, contudo, que a sua origem está antes diretamente relacionada com a marginalização política da população local em matéria de turismo, como anteriormente referido, mas também, e principalmente, com o relacionamento frágil e instável que se assiste entre esta e os principais operadores turísticos, cuja postura tem sido, no geral, marcadamente introvertida.

A análise do contexto turístico nacional e local possibilitou identificar um conjunto de oportunidades através dos quais poderão ser suportadas iniciativas de empreendedorismo social, cujos processos de desenvolvimentos poderão passar por três diferentes estratégias de participação: (1) envolvimento direto dos turistas (colaboração das empresas e/ou operadoras turísticas poderá não ser indispensável), (2) envolvimento direto das empresas e operadoras turísticas (aqui os turistas assumirão um papel complementar), (3) ou ainda com a implicação expressa e simultânea de ambos. No primeiro, em que se pressupõe a oferta de produtos e/ou serviços a turistas, a garantia de qualidade e significado simbólico desses, por um lado, e as capacidades de marketing da organização promotora, por outro, são os principais requisitos para que se possa estimular o desejo de compra nos turistas que, em regra, estão hospedados nos *resorts* AI. A par do Sol e Mar, Turismo Náutico, Turismo de Natureza (Ecoturismo), Turismo no Espaço Rural e Turismo Cultural emergem como os produtos turísticos com maior potencial de desenvolvimento. Pode-se incluir aqui a valorização turística de um conjunto de recursos que na ilha da Boa Vista permanecem desconhecidas ou subaproveitados, como a observação das espécies endémicas, musealização do património histórico e cultural, organização de excursões culturais e históricas (ex. passeios de burro), recuperação e valorização da gastronomia típica, edificação de alojamentos turísticos comunitários ou hospedagem de turistas em casas particulares (economia partilhada), etc. A conceção de um projeto que interligue os hotéis da ilha que atualmente vazam grande quantidade de lixo orgânico numa lixeira a céu aberto e as cerca de meia centena de pessoas que os recolhem para alimentarem os seus porcos, é um exemplo de proposta (suinicultura) que se pode enquadrar na segunda estratégia. Ao invés de viverem na lixeira, essas pessoas poderiam fazer a recolha dos restos orgânicos de forma profissionalizada e nos próprios hotéis, e posteriormente contratualizar a venda da carne aos hotéis, que desta forma deixariam de importar carne de porco.

Praticamente todos os entrevistados são de opinião que a incorporação de iniciativas socialmente empreendedoras no setor turístico nacional, especialmente na Boa Vista, entrevê-se propícia e pertinente para a resposta aos problemas sociais patentes e concomitantemente contribuir para que o turismo seja efetivamente mais sustentável.

## **2. Nível micro – o terreno de atuação das OTS, recursos e condições para o empreendedorismo social no setor turístico**

Este trabalho procurou sondar as condições, os recursos e a disponibilidade existentes no seio das OTS cabo-verdianas, e em particular na ilha da Boa Vista, para o desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo social no setor turístico ou em atividades associadas a esse setor. Para esse efeito, a análise apresentada nesta parte pondera essas condições e recursos nos três domínios que atrás se defendeu serem fundamentais para a emergência e o desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo social: o capital humano, social e financeiro. Partindo da constatação, que a pesquisa empírica confirmou, de que a ideia e os princípios do empreendedorismo social se encontram pouco difundidos e enraizados na prática das OTS locais, a análise procura essencialmente avaliar em que medida o tecido de atores locais acumula condições e se revela favorável ao desenvolvimento de iniciativas mais enquadradas pelos princípios da economia social e do empreendedorismo social e, por essa via, à construção de alternativas ao modelo predominante no setor turístico, que, como se viu atrás, revela muitas limitações e aspetos críticos, nomeadamente no que se refere aos benefícios para as populações locais e ao respeito pelos valores da sustentabilidade sociocultural e ambiental. Em pano de fundo, esta análise procura, por isso também, questionar as perspetivas dos atores locais em relação ao tipo de atuação a desenvolver no setor, o seu posicionamento face às potencialidades de formas de atuação mais típicas do empreendedorismo social e a sua disponibilidade para esse efeito.

### **2.1. *Capital humano***

A Boa Vista não é uma ilha vocacionada para a formação e ensino superior, de modo que o desenvolvimento técnico e profissional dos seus jovens e população ocorre necessariamente nos maiores centros urbanos do país ou no estrangeiro. Contudo, em termos de capital humano a nível nacional salienta-se a aposta que o país tem vindo a fazer na educação e no desenvolvimento dos recursos humanos desde a independência. No entanto, o terceiro setor do país não tem sido capaz de tirar mais e melhores proveitos desse investimento de forma a atrair novos recursos humanos para o campo da intervenção social. Sucede, deste modo, que são raras as OTS cabo-verdianas com estruturas organizacionais profissionalizadas para os cargos de gestão. Manter aqueles que nele labutam, seja em regime subordinado, seja em voluntariado, também não tem sido fácil. Embora os membros das OTS nacionais – mormente as das ilhas de Santiago e São Vicente – tenham beneficiado

de sucessivas ações de formação e capacitação em domínios como associativismo, liderança, elaboração de projetos, gestão administrativa e financeira, etc., regra geral os seus contributos são interrompidos assim que surgem oportunidades profissionais consideradas mais vantajosas.

A insuficiência de recursos humanos devidamente qualificados para a intervenção no campo da economia social é a mais importante das debilidades das OTS nacionais, que têm no exercício da liderança, elemento considerado fundamental para o fomento do empreendedorismo social (conforme Leadbeater, 1997; Mair e Marti, 2006; Peredo e MacLean, 2006; Parente, 2014; Bornstein, 2005 e Alvord *et al.*, 2004), o seu principal *handicap*. Na Boa Vista essa realidade é ainda mais acentuada, uma vez que a própria dinâmica associativa na área social é fraca, e mesmo em duas ou três OTS tidas como as mais interventivas, são identificadas diversas lacunas de natureza estrutural e organizacional, nomeadamente a recorrente prática de lideranças individualizadas – em regra centralizadas na figura do presidente da direção – e prolongadas, a acumulação de funções, o incumprimento dos estatutos e regulamentos, a inoperância dos órgãos sociais com competências deliberativas e fiscalização (Assembleia Geral e Conselho Fiscal), a falta de planeamento estratégico e de mecanismo de avaliação de impactos e *accountability*, etc.

Ou seja, a gestão das OTS processa-se ainda num quadro de voluntariedade e informalidade generalizada, igualmente caracterizada por baixos níveis de escolarização e qualificação técnica dos seus membros. Manifestamente essas condições acabam por limitar as suas capacidades de captação de recursos, designadamente junto de organismos internacionais.

Normalmente muitos dos concursos de financiamento não financiam a totalidade dos orçamentos dos projetos, e falta capacidade a muitas associações para buscarem a restante parte de recursos. Depois, são fichas de projeto complexas, que exigem competências diversas. Para além da liderança, a avaliação de impacto dos projetos é um grande ponto fraco das nossas associações. No domínio das línguas tivemos algumas melhorias porque houve alguma profissionalização das associações (Entrevista 4).

Os entrevistados são, pois, unânimes em considerar que atualmente em Cabo Verde apenas um reduzido número de OTS estão minimamente apetrechadas de recursos humanos com as competências necessárias para a dinamização da economia social no setor turístico. E mesmo estas não as possuem em números suficientes.

Algumas associações estão, mas são muito poucas (Entrevista 3).

Muito poucas estão. Algumas estão minimamente capacitadas, porque nesse domínio estar capacitado não significa ter todos os recursos internos mas ter também uma rede de conhecimentos, contactos, relações, parcerias (Entrevista 4).

Regra geral o maior défice das associações prende-se com os recursos humanos. Trabalhar em associações sem finalidades lucrativas exige pessoas disponíveis. As associações não têm estruturas profissionalizadas. E quando não há uma liderança capaz de superar essas dificuldades tudo se complica (Entrevista 5).

O reforço da capacidade organizativa e gestonária das OTS, quer em termos quantitativos quer qualitativos, é, pois, impreterível. A propósito, argumenta S. Ferreira (2006) que, considerando a diversidade de exigências cada vez mais crescentes e específicas que se impõem às organizações que a nível mundial operam no setor da economia social, atuar no domínio do empreendedorismo social constitui um desafio novo e árduo. De modo que o êxito nessa missão só será assegurado se os agentes e as organizações promotoras forem capazes de se manterem constantemente qualificados e adaptados às mudanças que vão ocorrendo no meio envolvente. Ou seja, as estruturas de gestão das OTS devem ser profissionalizadas, pois, tal como adverte Meneses (2012: 137), “Sem uma liderança competente as organizações sem fins lucrativos perdem eficiência, eficácia e impacto social”.

## **2.2. *Capital social***

Em matéria de capital social, a análise aponta para uma reduzida participação cívica e associativa dos cabo-verdianos. Em Cabo Verde a ação coletiva na área social estabeleceu-se, de acordo com as teses de J. Carvalho (2008) e J. Santos (2013), fundamentalmente através do cooperativismo e do associativismo. Enquanto o primeiro foi um importante pilar de desenvolvimento do país entre 1975 a 1990, o segundo ganhou dinamismo a partir de 1990, altura em que ocorreu a abertura política, e consolidou-se a partir do ano 2000 (J. Santos, 2013). Todavia, embora haja atualmente OTS de diversas formas jurídicas disseminadas em praticamente todas as ilhas, algumas das quais com reconhecido protagonismo e impacto local, a participação dos cabo-verdianos – uma vez mais com destaque negativo para os boa-vistenses – em atividades sociais e coletivas é considerada bastante fraca.

Se olharmos para os dados estatísticos, Boa Vista é das ilhas com menores índices de pobreza, menores taxas de desemprego, etc., ou seja, à partida sugere que Boa Vista não é das ilhas com maiores problemas sociais. Mas na prática, a perceção que tenho é que há

ainda enormes problemas sociais na ilha, sobretudo problemas que tem a ver com a atitude e comportamento das pessoas. Há um défice daquilo que se designa por exercício de cidadania, o que causa implicações em termos sociais e da sustentabilidade das políticas públicas que se implementam na ilha (Entrevista 4).

O que sinto é que na Boa Vista não há muitas pessoas com vontade de aderirem a causas coletivas. Mesmo as associações que consideramos ser mais dinâmicas na Boa Vista, as suas taxas de adesão são baixas (Entrevista 5).

Além da baixa percentagem de cidadãos cabo-verdianos e boa-vistenses filiados em OTS, o nível de comprometimento e ativismo daqueles que são membros é igualmente ténue. Visto que no país prevalece “um ambiente legislativo favorável à criação de associações e organismos da sociedade civil” (UECV, 2014: 2), essa crise do associativismo pode-se explicar por mudanças de atitudes, comportamentos, princípios e valores outrora norteadores do modelo societal cabo-verdiano que se foram desvanecendo ao longo dos últimos anos, no qual a solidariedade coletiva e os interesses comunitários tinham primazia. Essa realidade corrobora-se, singelamente, pelo *junta mom*<sup>34</sup>, expressão que simbolizou o caráter solidário, cooperante e associativo da sociedade civil cabo-verdiana em tempos passados, designadamente nas diversas ações conjuntas que se levou a cabo na luta contra pobreza, pela sobrevivência em épocas de estiagem, pela independência do país, e no próprio processo de construção do Estado. Esse fenómeno subsiste, mas certamente com menos regularidade.

Essas alterações dos padrões comportamentais estão inerentemente associadas a alguns fatores cujos efeitos possivelmente concorrem para a alienação associativa que hoje se assiste.

Refira-se aqui, em primeiro lugar e especificamente ao caso da ilha da Boa Vista, o *boom* demográfico e a subsequente descaraterização cultural, decorrentes da aposta desenfreada no turismo sem a devida atenção aos equilíbrios sociais. Até cerca de uma década atrás, Boa Vista era uma pacata ilha onde praticamente todos os seus habitantes, por mais afastadas que fossem as suas áreas de residência, se conheciam e se relacionavam costumeiramente. Nessa altura as relações sociais eram, à conta disso, mais compactas, e as normas sociais, particularmente a de reciprocidade, mais valorizadas e, logo, mais eficazes. São disso exemplo as divergências que nos últimos anos opõem os criadores de gado e os agricultores locais após as sementeiras de sequeiro. Antigamente esse problema não se

---

<sup>34</sup> Regionalismo cabo-verdiano que se aplica quando um grupo de pessoas se junta voluntariamente por uma causa.

colocava, porque quer as normas quer as sanções morais e sociais para os incumpridores eram respeitadas. De facto, Coleman (*apud* Almeida, 2011) deu conta da relevância das redes sociais para o âmbito do capital social numa das suas publicações, na qual ele conclui que, comparativamente às redes abertas, as redes fechadas são mais proficuas na efetivação de ações coletivas. As transformações desencadeadas pela aposta no turismo na ilha levaram, ainda, ao agravamento das desigualdades socioeconómicas entre os boa-vistenses e das disparidades entre estes e os organismos públicos e privados, favorecendo assim uma maior verticalização das relações sociais. E conforme Almeida (*ibid.*), as comunidades assentes em vínculos predominantemente verticais tendem a ter índices de confiança mútua baixos e insuficientes para alavancar a cooperação e a coesão social.

Um segundo aspeto reporta-se à matriz económica predominantemente capitalista que se instituiu no país, especialmente nos anos que se seguiram à sua abertura económica, acarretando consigo lógicas e instrumentos de regulação da vida económica e social novos e marcados pela competição e maximização do lucro. Com efeito, a reciprocidade e a solidariedade tradicionalmente bem vincadas nas relações económicas, sociais e humanas foram suplantadas pelo individualismo e força do capital financeiro.

A terceira causa atribui-se ao desinteresse das autoridades públicas nacionais e locais em sensibilizar as populações para as mais-valias do associativismo. O próprio sistema democrático representativo vigente no país inibe, em certa medida, a maior participação social e política dos cidadãos, uma vez que legitima a centralização política e decisória quase exclusivamente nos partidos eleitos.

Tenho assistido à apresentação de muitos documentos políticos e estratégicos na Boa Vista. Mas apenas uma ínfima parte da população local costuma assistir e discutir esses documentos. E isso não é responsabilidade só das entidades estatais, porque com uma sociedade esclarecida, interessada e instruída isso não teria lugar. Por outro lado, a forma de socialização desses documentos deveria ser outra, os técnicos deveriam deslocar in loco para reunir com as comunidades (Entrevista 9).

A nossa população espera para que tudo lhe chegue às mãos. Não temos espírito de criatividade e iniciativa própria para participar no desenvolvimento da ilha. Mas há outro fator importante, o poder local não ajuda. Se o poder local contribuísse de forma efetiva para despertar esse interesse na população, certamente essa contribuição seria maior (Entrevista 10).

Acrescenta-se ainda a bipolarização e o bipartidarismo do país, fatores que têm contribuído para partidarizar a sociedade cabo-verdiana de tal forma que qualquer iniciativa associativa manifestamente independente e idónea que emergja seja objeto de tentativas de instrumentalização político-partidário ou, em última recurso, de desmobilização. Não é coincidência a gestão de algumas OTS do país estarem ao cargo de militantes ativos de partidos políticos, não obstante essa conduta ser reprovada pelo Código de Ética das OTS cabo-verdianas (PLATONGS, 2009). Essa monopolização das associações sociais para fins políticos e eleitoralista constitui, de facto, uma evidência em como, tal como sublinhado por Putnam (1993), Portes (2000), Almeida (2011) e outros autores, o capital social pode também ser usufruído para fins inadequados.

O cenário de fragmentação do país reflete-se também na dispersão e, nalguns casos, sobreposição de esforços por parte das entidades públicas nacionais e locais, nomeadamente no domínio da intervenção social.

(Articulação institucional) Podia ser muito melhor. Mas esse é um problema [...] transversal a todos os setores. Todos os diagnósticos feitos sobre Cabo Verde apontam para a deficiente coordenação a todos os níveis, inclusive interministerial (Entrevista 1).

Uma dificuldade gritante que o setor público nacional sente é a questão de definição e articulação de políticas integradas. Às vezes há duplicação de funções e esforços (Entrevista 2).

A articulação existe mas é deficitária. Pode ser feito muito mais e melhor (Entrevista 6).

Em todos os setores há falta de coordenação (Entrevista 8).

Embora algumas melhorias tenham vindo a ser registadas nesse capítulo, o facto é que, ainda assim, não existe no país uma cultura de articulação e trabalho em rede. E isso tem subjacente alguma falta de confiança – “uma componente essencial do capital social” (Putnam, 1993: 169) – transversal aos cidadãos, OTS, instituições privadas e públicas, sinalizada pela reduzida participação e intercâmbio associativo, como anteriormente mencionado, mas também, em certa medida, pelas elevadas taxas de abstenção eleitoral e o crescente índice de corrupção percebida<sup>35</sup>.

E numa sociedade com poucas oportunidades de participação política e baixos níveis de consciência e confiança cívica, a mobilização coletiva para a assunção de responsabilidades sociais tende a ser escassa. Boa Vista é disso um caso paradigmático.

---

<sup>35</sup> Segundo os dados do Afrobarometer (2015)



Embora a população em geral reconheça que a situação social tem vindo a deteriorar-se progressivamente, e que o poder público tem sido ineficaz no cumprimento das suas funções sociais, não se avista na ilha um terceiro setor estruturado e ativo como se suporia expetável.

Acho que os boa-vistenses deveriam ser mais reivindicativos, pró-ativos e interventivos. Se nos unirmos e sairmos no terreno, a ilha desenvolverá. Precisamos ativar a nossa cidadania, porque é o nosso bem-estar que está em causa (Entrevista 12).

Para se aferir dos níveis de capital social das OTS nacionais, procurou-se também sondar as suas dinâmicas de intervenção, bem como suas capacidades de mobilização de parceiros e recursos, tendo em ambos sido verificados padrões muito reduzidos. A título ilustrativo, a observação e as entrevistas sugerem que raramente as OTS conseguem compartilhar os seus projetos sociais, o que constitui um dos principais requisitos da maioria dos concursos internacionais para a atribuição de subvenções.

Normalmente muitos dos concursos de financiamento não financiam a totalidade dos orçamentos dos projetos, e falta capacidade a muitas associações para buscarem a restante parte de recursos (Entrevista 4).

(Dinâmica interventiva) Muito fraca. O sentimento que tenho é que Boa Vista não é uma ilha onde o associativismo se desenvolve com facilidade. [...] Quanto às associações de desenvolvimento, conheço uma que é dinâmica e deve ser incentivada e tida como modelo aqui na Boa Vista mas de um modo geral, o desenvolvimento das comunidades é muito ténue. Mas isso tem a ver com a forma como as pessoas veem o associativismo (Entrevista 4).

Acho que ainda não. Temos pessoas com conhecimento, temos associações com alguma prática e boas experiências, mas no geral não há associações que funcionem deveras como uma associação. Você, por exemplo, pode criar uma associação na Boa Vista, domina muito bem, do ponto de vista teórico-concetual, a questão da economia social e solidária, passa ano inteiro a nos falar disso, em nome da associação, mas provavelmente a associação é você, uma pessoa. Não há apropriação da associação por parte da sociedade. Pois, regra geral, as associações funcionam de forma errada. Por outro lado as associações não funcionam de forma profissionalizada. A prestação de contas é um dos domínios com maior défice. A estrutura que as nossas organizações têm hoje provavelmente ainda não foram adaptadas à realidade cabo-verdiana. Provavelmente é preciso renovar o modelo associativo nacional, porque este não tem funcionado na prática. Tudo isso está também relacionado com o défice de liderança. [...] Em termos de quantidade de associações não estamos mal, mas é preciso investir mais na qualidade. Na ilha da Boa Vista praticamente

não existem associações. A ilha precisa de incentivos à promoção do associativismo. Parece-me que nessa ilha funcionam melhor as associações desportivas (Entrevista 8).

Pode-se, portanto, inferir que, grosso modo, os níveis de capital social das OTS cabo-verdianas são baixos. Particularmente no que diz respeito às dimensões do capital social, tal como definido por Woolcock e Narayan (2000) e Mignone e O'Neil (2005), o *linking capital*, representado neste estudo pelas ligações e interações com instituições e congéneres estrangeiras, é um ponto fraco das OTS nacionais. O *bridging capital*, observado pelos vínculos estabelecidos com organizações nacionais de outras ilhas, também não revela níveis relevantes. Por exemplo, são escassos os casos de geminação ou elaboração de projetos intermunicipais com a implicação de OTS similares. As condições de insularidade e fragmentação territorial do país, associadas aos elevados custos de deslocação inter-ilhas e aos constrangimentos financeiros das OTS dificultam o contacto e a interação assídua entre as OTS nacionais, pelo que também influenciam negativamente a expansão dessas ligações. O mesmo não sucede, porém, relativamente às suas relações com os membros da comunidade local – *bonding capital*. Em termos gerais as OTS nacionais estão bem enraizadas e gozam de alguma credibilidade nas suas comunidades, não obstante o aparente paradoxo com a baixa representatividade e participação dos seus membros associados e outros *stakeholders* na elaboração e execução das atividades.

A análise do conteúdo das entrevistas revelou que, além dos seus baixos índices, a influência do capital social para o desempenho das OTS também se afigura pouco reconhecida, uma vez que praticamente não esteve presente nas narrativas dos entrevistados que, pelo contrário, focalizaram-se constantemente na necessidade de se reforçar os meios humanos e financeiros.

A falta de financiamento é o maior problema das associações nacionais (Entrevista 7).

Regra geral o maior défice das associações prende-se com os recursos humanos (Entrevista 5).

### **2.3. Capital financeiro**

Os entrevistados designaram a escassez de recursos financeiros para a prossecução das atividades e objetivos propostos como o maior obstáculo das OTS cabo-verdianas.

A falta de financiamento é o maior problema das associações nacionais. À semelhança das outras ilhas, afeta as associações da Boa Vista (Entrevista 7).

Essas organizações reclamam recorrentemente, desde há alguns anos, a inexistência de mecanismos públicos nacionais, formalmente instituídos e/ou devidamente difundidos por meio de concursos anuais, para o apoio e financiamento das suas atividades. Só muito recentemente o Estado, através da publicação de uma Portaria<sup>36</sup>, veio dar vazão a essa reivindicação, estabelecendo as normas e os procedimentos a observar pelo Governo na atribuição de apoios financeiros às OTS que procuram “soluções para os problemas que afetam diferentes grupos da população em situação de carência, de risco e/ou de exclusão social”. O montante a ser concedido por cada organização nesse âmbito não pode ser inferior a duzentos contos (200.000\$00/1.800€) e superior a seiscentos contos (600.000\$00/5.450€). Essa regulamentação não anulou, porém, os anteriores meios de subvenção de recursos públicos que desde há muitos anos lhes são atribuídos, preferencialmente por intermédio de protocolos com os mais variados ministérios e outras entidades governamentais, as Câmaras Municipais e, também, através do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP), via assinatura de contratos-programa ou instituições de microcrédito. Mas o PNLN nunca abrangeu todas as ilhas e municípios, e embora o mais recente – que vigorará até 2018, orçado em cerca de 2 milhões de contos – tenha sido estendido a mais regiões do país, deixou ainda de fora as ilhas do Sal e da Boa Vista.

Todavia, os entrevistados reconhecem que as OTS têm à mercê um amplo e diversificado leque de linhas de financiamento internacional, na generalidade outorgadas pela UE e seus Estados-membros, aos quais podem concorrer para executarem projetos de intervenção social.

Há inúmeras oportunidades de financiamento. Algumas das quais são pontuais. A maior oportunidade em Cabo Verde está ligada à UE e seus Estados-Membros, que lançam periodicamente concursos (Entrevista 4).

No entanto, a participação nesses concursos é inatingível para a maioria das OTS do país, desde logo porque as suas estruturas organizacionais e gestionárias são, no geral, incompletas e deficitárias, e quando confrontadas com os procedimentos exigidos pelos processos de candidatura não conseguem responder convenientemente. A necessidade de comparticipação financeira nos concursos e do domínio de línguas estrangeiras são as duas principais barreiras com se veem confrontadas quando pretendem usufruir desses recursos.

---

<sup>36</sup> Portaria n.º 27/2013 de 17 de Abril

Acresce o facto de a maioria das OTS cabo-verdianas terem sido criadas propositadamente para obedecerem aos preceitos dos acordos de financiamento internacional – com que Cabo Verde tinha à disposição quando ainda detinha o estatuto de País Menos Avançado – ao invés de motivadas pela identificação e mitigação de vulnerabilidades sociais. Com a ascensão do país ao grupo dos Países de Desenvolvimento Médio em 2008, as OTS deixaram de beneficiar de algumas condições até então mais favoráveis, uma vez que a partir daí os fundos internacionais passaram a ser predominantemente concedidos diretamente ao apoio orçamental. Consequentemente apenas uma ínfima parte dessas OTS conseguiram resistir com relativa integridade à nova realidade. Enquanto algumas dissolveram-se, outras perderam autonomia e cederam ao isomorfismo institucional. Esse fenómeno é predominante no país e resulta particularmente de políticas e medidas assistencialistas impulsionadas por instituições públicas, privadas e partidos políticos que, frequente e, por vezes arditosamente, elegem a simples doação de recursos financeiros a OTS como mecanismo de persuasão e representação na sociedade.

Conclui-se, deste modo, que não obstante as dificuldades no acesso ao financiamento por que passam praticamente a generalidade das OTS mundiais, as OTS nacionais cabo-verdianas têm acessíveis importantes fontes de recursos financeiros, na sua maioria internacionais, aos quais poderão concorrer e adquirir financiamento mediante a observância de certas condições. Condições essas que, no entanto, requerem organizações devidamente providas em termos de capital humano e capital social, dois requisitos que a generalidade das OTS nacionais ainda não possuem.

Essa conjuntura de debilidade de recursos e condições operacionais entre as OTS ajudam, portanto, a explicar o fraco dinamismo no campo do empreendedorismo social, tanto no setor turístico, como em geral. O estudo foi procurar detetar dinâmicas e condições favoráveis a esse tipo de atuação e encontrou essencialmente barreiras e inibições. Não obstante, encontrou também, da parte dos protagonistas entrevistados, o reconhecimento de potencial nas práticas de economia social e empreendedorismo social, e a percepção de que estes podem suportar formas alternativas de atuação num setor em que se reconhecem muitas deficiências e problemas. Isto apela a políticas mais favoráveis ao incentivo do empreendedorismo social.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com base em asserções que enunciam o modelo de turismo de massas como fator determinante na emergência de desequilíbrios socioeconómicos em muitos países com potencialidades turísticas mas economicamente débeis, este exercício de investigação procurou explorar a noção de empreendedorismo social – admitido como um padrão de desenvolvimento sustentável, e, deste modo, um mecanismo para solucionar ou reduzir esses desequilíbrios – e as condições para a sua disseminação no contexto específico do turismo em Cabo Verde, e em particular, na ilha da Boa Vista, tendo na retaguarda as OTS como principais dinamizadoras.

Da análise ao contexto macrossocial, os resultados apontam para um quadro turístico cujos efeitos ambientais e socioeconómicos encerram um paradoxo. Isto é, embora o turismo seja valorizado e a sua relevância para o país largamente assumida, prevalece a ideia de que os seus benefícios são insuficientes para compensar os inconvenientes que ajuda a gerar.

Cabo Verde procedeu à abertura da sua economia ao capital e investimento estrangeiro e em virtude disso favoreceu o desenvolvimento progressivo do modelo turístico massificado que ali se assiste, mormente nas ilhas do Sal e da Boa Vista. No caso concreto da Boa Vista, que constituiu o principal objeto desse estudo, observou-se que a celeridade com que o setor privado determinou a implantação das estruturas básicas de receção turística, coincidiu, cumulativamente, com um cenário de impreparação do setor público e segregação da sociedade civil face às políticas de desenvolvimento em geral, e do turismo, em particular. Efetivamente, verificou-se que, em contraposição aos princípios e diretrizes da sustentabilidade turística, quer a opção de se apostar no turismo como alternativa de desenvolvimento, quer as ações inerentes à planificação e concretização desse processo, têm vindo a decorrer de uma estratégia centralizada nas instituições e organismos de poder público, que nos processos de tomada de decisão, esforça-se para atender e priorizar as pretensões das organizações privadas, mas não envolve, efetiva e amplamente, as populações locais.

Esta circunstância, a que se acrescenta o facto das atividades diretamente ligadas à cadeia produtiva do turismo estarem sob o controlo de um grupo restrito de operadores turísticos, a quem o senso comum vincula posicionamentos reservados e condutas raramente congruentes aos interesses da generalidade da população, têm vindo a condicionar a confiança e a propensão empreendedora no setor turístico, incluindo as iniciativas que possam se adequar à lógica do empreendedorismo social.

No entanto, os resultados obtidos revelam a presença de um conjunto de oportunidades e recursos ainda suscetíveis de serem valorizados com vista à complementaridade da oferta turística existente. Do mesmo modo, o empreendedorismo social é unanimemente visto como um instrumento oportuno para os potencializar e, simultaneamente, contribuir para a redução dos desequilíbrios socioeconómicos resultantes de um processo de desenvolvimento turístico acelerado, deficientemente planeado, e excessivamente concentrado.

O cenário e os problemas sociais atualmente vivenciados na Boa Vista desafiam e exortam por intervenção social, particularmente dos empreendedores sociais que, conforme se viu, são determinados e fascinados pela transformação de situações sociais manifestamente injustas e complexas. Para serem bem-sucedidas não bastam, porém, as potencialidades do setor turístico. Como a cadeia de produção turística da ilha da Boa Vista é relativamente fechada e dominada por operadores estrangeiros de grande dimensão, para entrarem nesse circuito e aí se manterem sustentáveis, as OTS terão que, antes de mais, terem estruturas organizacionais e recursos humanos competentes e verdadeiramente empreendedoras, e capazes de mobilizar os recursos externos.

No entanto, os resultados da análise ao nível microsocial levam a concluir que a grande maioria das OTS cabo-verdianas não dispõem desses requisitos, pelo que, no geral, ainda não reúnem as condições necessárias para fomentar e dinamizar a economia social e o empreendedorismo social no setor turístico. Relativamente ao item capital humano, as OTS caracterizam-se pelo elevado grau de voluntariedade e informalidade, fraca capacidade de liderança e baixos níveis de qualificação técnica das suas estruturas organizacionais e gestórias. Também em relação ao capital social, os índices observados são baixos, pois, retratam reduzidos níveis de participação associativa, fraca dinâmica interventiva e capacidade de mobilização. Com baixos índices de capital humano e capital social, as OTS confrontam-se, por consequência, com limitações na mobilização de capital financeiro. Embora sem dados que possam permitir uma análise comparada entre as diferentes ilhas, os entrevistados identificam a Boa Vista como sendo a ilha com maiores insuficiências em termos de desempenho das OTS.

Com base nesses resultados, entende-se que, em Cabo Verde, é preciso partir de base, e por intermédio de um processo amplamente participativo, e estruturado numa abordagem *bottom-up*, construir um ambiente mais propício ao surgimento de iniciativas de

empreendedorismo social no setor turístico. A título sugestivo, submete-se à apreciação dos intervenientes nacionais e locais, as seguintes propostas:

- Definição de políticas públicas que impulsionem a dinamização do terceiro setor e das suas organizações, com realce ao empreendedorismo social, designadamente a implementação de quadro legal, fiscal e regulamentar favorável ao desenvolvimento de ações empreendedoras;
- Formação e capacitação dos recursos humanos, potenciais e efetivos, das OTS. À semelhança do que acontece noutros países, a Universidade de Cabo Verde pode desempenhar um importante papel nesse domínio, através de realização de conferências, seminários, etc., mas também da criação de cursos nos domínios da economia e empreendedorismo social, ainda que em parceria com instituições universitárias estrangeiras e com reconhecido *know-how* nessas matérias;
- Criação de uma instituição-chapéu que possa promover e dinamizar o setor, à semelhança do que se verifica em Portugal, onde, por exemplo, entre outros organismos, destacam-se a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e IES – Instituto de Empreendedorismo Social. Com o reforço das suas competências e recursos, a Plataforma das ONG de Cabo Verde pode, por exemplo, transformar-se numa instituição também direcionada ao empreendedorismo social;
- Criação de um observatório da economia social;
- Estímulo à conceção de projetos e/ou iniciativas de empreendedorismo social, bem como, a criação de concursos para a premiação das boas/melhores práticas.

Uma das limitações desta investigação poderá ser o seu âmbito um pouco holístico, e quiçá demasiado ambicioso, já que propõe correlacionar dois conceitos e/ou fenómenos de alcance compósito, sobre os quais escasseia literatura disponível. Mas, além da pretensão em refletir o fenómeno turístico sob uma ótica inovadora, decididamente, teve subjacente o propósito de tentar apresentar pistas que possam fazer do turismo um contributo mais efetivo para a melhoria das condições e qualidade de vida dos cabo-verdianos, e conseqüentemente, contribuir para o seu desenvolvimento mais sustentável. Presume-se, deste modo, que o seu

contributo seja mais prático do que teórico, também justificado pela incipiência teórica do empreendedorismo social em Cabo Verde.

Ressalva-se, todavia, que este não deixa de ser um estudo de caráter exploratório, e como tal, mais pesquisas exigir-se-ão para aprofundar determinados temas, que eventualmente não tenham sido suficientemente abordados. Sugere-se, assim, como possíveis pistas para investigações futuras, a análise aprofundada de práticas de economia social no setor turístico cabo-verdiano que venham a ganhar maior dinamismo e robustez, nomeadamente as duas que foram mencionadas no decorrer desta investigação (“Valorização Turística da Ribeira da Torre”, da ONG Atelier Mar; e “Aldeia Criativa” em Porto Madeira), e que, atendendo à limitação temporal e à dificuldade de acesso inerente à localização geográfica em que ambos se inserem (Ilha de Santo Antão, no primeiro caso, e interior da ilha de Santiago, no segundo), não foram exploradas no âmbito desta investigação. Pode-se, por exemplo, procurar apreender o contexto em que surgiram; os seus objetivos; traçar o perfil dos seus promotores; caracterizar os respetivos públicos-alvo e as estratégias adotadas para os envolver e empoderar; os impactos dos projetos; as formas jurídicas adotadas; os seus fatores de diferenciação; as fontes de financiamento e as parcerias mobilizadas, etc., visando, no fundo, perceber se os seus pressupostos teóricos se enquadram, ou não, na noção contemporânea de empreendedorismo social.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AfDB (2012) *Cape Verde: A success story*. Abidjan: AfDB.

AfDB; OECD; UNDP (2014) *Perspetivas económicas em África: Cabo Verde*. Paris: OECD.

Afrobarometer (11 de agosto de 2015) “Aumenta a percepção da corrupção em Cabo Verde” <http://afrobarometer.org/press/aumenta-percepcao-da-corrupcao-em-cabo-verde> [2 de dezembro de 2015].

Almeida, Jorge (2011) *O essencial sobre o capital social*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Alvord, Sarah; Brown, David; Letts, Christine (2004) “Social Entrepreneurship and Social Transformation: An Exploratory Study” *The Journal of Applied Behavioral Science*. 40(3), 260-282.

Amaro, Rogério Roque (2009) “A Economia Solidária da Macaronésia: Um novo conceito” *Revista de economia solidária*. 1, 11-27.

ARE: Agência de Regulação Económica (7 de Março de 2013) “ARE promove sessão pública de esclarecimento sobre Serviços Públicos essenciais na Boavista” [http://www.are.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=243&Itemid=109](http://www.are.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=243&Itemid=109) [18 de maio de 2015]

Ashoka “Social Entrepreneur” [https://www.ashoka.org/social\\_entrepreneur](https://www.ashoka.org/social_entrepreneur) [3 de fevereiro de 2015].

Austin, James; Stevenson, Howard; Wei-Skillern, Jane (2006) “Social and Commercial Entrepreneurship: Same, Different, or Both?” *Entrepreneurship Theory and Practice*. 30(1), 1-22.

Banco Mundial (2013a) *Desenvolvimento do turismo em Cabo Verde: Terá chegado o momento de abandonar o modelo all-inclusive?* Washington: Banco Mundial.

Banco Mundial (2013b) *Tourism in África: Harnessing tourism for growth and improved livelihoods*. Washington: Banco Mundial.

Banco Mundial “Cabo Verde Aspetos Gerais” <http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview> [11 de Junho de 2015]

BCV (2008) *Relatório anual 2007*. Praia: BCV.

BCV (2013) *Relatório anual 2012*. Praia: BCV.

BCV (2014) *Relatório anual 2013*. Praia: BCV.

BCV (2015) *Relatório anual 2014*. Praia: BCV.

Bernardino, Susana; Santos, José Freitas (2014) “Perfil do empreendedor social em Portugal: O caso da Bolsa de Valores Sociais” in *Seminário Empreendedorismo e Inovação*. Oeiras 9 de maio de 2014. Porto: ISCAP.

Bernardo, Edgar (2014) “O deserto da galinha dos ovos de ouro: Turismo e impactos socio-ambientais” in *Atas do VIII Congresso Português de Sociologia – 40 Anos de Democracia(s): Progressos, Contradições e Prospetivas*. Évora 14-16 de abril de 2014. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Blanke, Jennifer; Chiesa, Thea (eds.) (2013) *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2013: Reducing Barriers to Economic Growth and Job Creation*. Geneva: World Economic Forum.

Bornstein, David (2005) *Como mudar o mundo: Empreendedores sociais e o poder das novas ideias*. Rio de Janeiro: Record.

Braztoa: Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (8 de dezembro de 2014) “Conheça os vencedores do 3º Prêmio Braztoa de Sustentabilidade” <http://braztoa.com.br/conheca-os-vencedores-do-3o-premio-braztoa-de-sustentabilidade/> [6 de julho de 2015].

Brohman, John (1996) “New directions in tourism for third world development”. *Annals of Tourism Research* 23(1), 48-70.

Brooks, Arthur C. (2008) *Social entrepreneurship: A modern approach to social value creation*. New Jersey: Pearson Prentice Hall.

Brouard, François; Larivet, Sophie (2009) “Social entrepreneurship: Definitions and boundaries” in *ANSER-ARES 2009 Conference*. Ottawa, Canada 27-29 de maio de 2009. Ottawa: ANSER-ARES.

Butler, Richard W. (1980) “The concept of the tourist area life-cycle of evolution: Implications for management of resources”. *Canadian Geographer*. 24 (1), 5-12.

Butler, Richard W. (1999) “Sustainable tourism: A state-of-the-art review” *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*. 1(1), 7-25.

Cabral, José Carlos P. T. (2005) *O papel do turismo no desenvolvimento de Cabo Verde. Turismo e combate à pobreza: Nu djunta-mô*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Universidade Técnica de Lisboa. [http://www.adelinotorres.com/teses/Jos%C3%A9%20Carlos%20Cabral-Turismo%20em%20Cabo%20Verde\\_TESE%20DE%20MESTRADO.pdf](http://www.adelinotorres.com/teses/Jos%C3%A9%20Carlos%20Cabral-Turismo%20em%20Cabo%20Verde_TESE%20DE%20MESTRADO.pdf) [7 de novembro de 2014].

Carvalho, José Maria C. (2008) *Economia Solidária: Uma perspectiva sobre a experiência em Cabo Verde*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade de Brasília. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1411> [1 de dezembro de 2014].

Carvão, Sandra (2009) “Tendências do turismo internacional” *Exedra – Número Temático: Turismo e Património*. 17-32.

CCCD (2013) *I inquérito nacional sobre a prevalência de consumo de substâncias psicoativas na população geral*. Praia: CCCD.

CE: Comunidade Europeia (2000). Acordo de Parceria entre os estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e a comunidade europeia e os seus Estados-Membros, [http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:eebc0bbc-fl37-4565-952d-3e1ce81ee890.0009.04/DOC\\_2&format=PDF](http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:eebc0bbc-fl37-4565-952d-3e1ce81ee890.0009.04/DOC_2&format=PDF) [13 de maio de 2015].

Certo, S. Trevis; Miller, Toyah (2008) “Social entrepreneurship: Key issues and concepts” *Business Horizons*. 51, 267-271.

Costa, Suzano (2012) “A política externa cabo-verdiana na encruzilhada atlântica: Entre a África, a Europa e as Américas” in Silva, Mário; De Pina, Leão; Monteiro Jr., Paulo (eds.) *Estudos Comemorativos do V Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS)*. Praia: ISCJS, 331-372.

Coutinho, Clara (2011) *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

Crotti, Roberto; Misrahi, Tiffany (eds.) (2015) *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2015: Growth through Shocks*. Geneva: World Economic Forum.

Cunha, Licínio (1997) *Economia e política do turismo*. Lisboa: McGraw Hill.

Cunha, Licínio (2006) *Economia e política do turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.

Dees, J. Gregory (2001) “O significado do ‘empreendedorismo social’”, tradução de “The meaning of ‘social entrepreneurship’”, Center for the Advancement of Social Entrepreneurship, <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees> [17 de outubro de 2014].

Defourny, Jacques; Nyssens, Marthe (2010) “Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and divergences” *Journal of Social Entrepreneurship*. 1(1), 32-53.

Dias, Reinaldo (2003) *Sociologia do turismo*. São Paulo: Atlas.

Ethical Traveler (2012) *The world’s ten best ethical destinations 2013*. Berkeley: Ethical Traveler.

Ethical Traveler (2013) *The world’s ten best ethical destinations 2014*. Berkeley: Ethical Traveler.

Ethical Traveler (2014) *The world’s ten best ethical destinations 2015*. Berkeley: Ethical Traveler.

UECV: Delegação da União Europeia em Cabo Verde (2012) “Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde”

[http://eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/documents/relacoes\\_entre\\_a\\_ue\\_e\\_cv\\_2012\\_pt.pdf](http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/documents/relacoes_entre_a_ue_e_cv_2012_pt.pdf) [13 de maio de 2015].

UECV: Delegação da União Europeia em Cabo Verde (2014) “Cabo Verde: roteiro da UE para um compromisso com a sociedade civil – 2014-2017” [http://eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/documents/20150106-roteiro-da-ue-para-um-compromisso-com-a-sociedade-civil-2014-2017-cabo-verde\\_pt.pdf](http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/documents/20150106-roteiro-da-ue-para-um-compromisso-com-a-sociedade-civil-2014-2017-cabo-verde_pt.pdf) [13 de maio de 2015].

UECV: Delegação da União Europeia em Cabo Verde (30 de Março de 2015) “Convite público à apresentação de propostas 2015” [http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/press\\_corner/all\\_news/news/2015/lanc\\_onviteapok\\_pt.htm](http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/press_corner/all_news/news/2015/lanc_onviteapok_pt.htm) [13 de maio de 2015].

Évora, Roselma (2001) *A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade de Brasília, <http://hdl.handle.net/10961/292> [3 de março de 2015].

Ferreira, António; Rodrigues, António; Malta, João (2006) *República de Cabo Verde: Estudo de impacto de um Acordo de Parceria Económica*. Lisboa: Sociedade Nacional de Empreendimentos e Desenvolvimento Económico (SNEDE).

Ferreira, Eduardo M. M. M. S. (2006) *O Turismo no Contexto de uma Pequena Economia Insular: o caso de Cabo Verde*. Tese de doutoramento em economia. Universidade Técnica de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/4498> [28 de março de 2015].

Ferreira, Sílvia (2000) “As organizações do terceiro sector na reforma da segurança social” in *Atas do IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Coimbra 17-19 de abril de 2000. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Ferreira, Sílvia (2005) “O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego do empresário social em Portugal” *Oficina do CES*. 223.

Ferreira, Sílvia (2006) “Empreendedorismo social, profissionalização e emprego” in *Conferência – A Economia Social e a Promoção de Emprego*. Lisboa 16 de novembro de 2006. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional (OEFPP).

Flick, Uwe (2009) *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

FMI: Fundo Monetário Internacional (6 de março de 2015) “Comunicado ao término da missão do FMI a Cabo Verde” <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/pr/2015/pr1590p.pdf> [15 de maio de 2015].

Furtado, Cláudio (ed.) (2008) *Dimensões da pobreza e da vulnerabilidade em Cabo Verde: Uma abordagem sistémica e interdisciplinar*. Dakar: CODESRIA.

Góis, Pedro (2006) *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIME.

GOVCV: Governo de Cabo Verde (2001) *As Grandes Opções do Plano: Uma Agenda Estratégica*. Praia: GOVCV.

GOVCV: Governo de Cabo Verde (2006) *Programa do Governo para a VII Legislatura*. Praia: GOVCV.

GOVCV: Governo de Cabo Verde (2010) *Plano Nacional de Saneamento Básico*. Praia: GOVCV.

GOVCV: Governo de Cabo Verde (2011) *Programa do Governo para a VIII Legislatura*. Praia: GOVCV.

GOVCV: Governo de Cabo Verde (2012) *Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP) III*. Praia: GOVCV.

Guerra, Isabel (2006) *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia.

Hill, Gus; Cooke, Martin (2013) “How do you build a community? Developing community capacity and social capital in an urban aboriginal setting” *Pimatisiwin*. 11(3) 421-432.

Huybrechts, Benjamin; Nicholls, Alex (2012) “Social Entrepreneurship: Definitions, drivers and challenges” in Volkmann, Christine; Tokarski, Kim Oliver; Ernst, Kati (eds.) *Social entrepreneurship and social business: An introduction and discussion with case studies*. Wiesbaden: Springer Gabler, 31-48.

INECV (2004) *O Perfil da pobreza em Cabo Verde: Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2001/2002*. Praia: INECV.

INECV (2008) *Estatísticas do turismo: Inventário anual dos estabelecimentos hoteleiros 2007*. Praia: INECV.

INECV (2009) *Questionário unificado de indicadores básicos de bem-estar 2007 – QUIBB*. Praia: INECV.

INECV (2010a) *Inquérito ao Emprego 2009*. Praia: INECV.

INECV (2010b) *Resultados preliminares do IV recenseamento geral da população e habitação – Censo 2010*. Praia: INECV.

INECV (2012a) *Estatísticas do turismo: Inquérito aos gastos e satisfação dos turistas 2011*. Praia: INECV.

INECV (2012b) *Inquérito ao Emprego 2011*. Praia: INECV.

INECV (2013a) *Estatísticas de Empresas: IV recenseamento empresarial 2012*. Praia: INECV.

INECV (2013b) *Estatísticas do turismo: Inventário anual dos estabelecimentos hoteleiros 2012*. Praia: INECV.

- INECV (2013c) *Estatístico do turismo 2002-2012*. Praia: INECV.
- INECV (2013d) *Inquérito multiobjectivo contínuo (IMC) 2012: Estatísticas das famílias e condições de vida*. Praia: INECV.
- INECV (2013e) *Projeções demográficas de Cabo Verde 2010-2030*. Praia: INECV.
- INECV (2014a) *Estatísticas do turismo: Movimentação de hóspedes 2013*. Praia: INECV.
- INECV (2014b) *Inquérito multiobjectivo contínuo (IMC) 2013: Estatísticas das famílias e condições de Vida*. Praia: INECV.
- INECV (2015a) *Conta satélite do turismo 2011-2014*. Praia: INECV.
- INECV (2015b) *Contas nacionais trimestrais de Cabo Verde: Metodologia e principais resultados 2007-2014*. Praia: INECV.
- INECV (2015c) *Estatísticas do turismo: Inventário anual dos estabelecimentos hoteleiros 2014*. Praia: INECV.
- INECV (2015d) *Estatísticas do turismo: Movimentação de hóspedes 1º trimestre 2015*. Praia: INECV.
- INECV (2015e) *Estatísticas do turismo: Movimentação de hóspedes 2014*. Praia: INECV.
- INECV (2015f) *Estatísticas do turismo: Movimentação de hóspedes 2º trimestre 2015*. Praia: INECV.
- INECV (2015g) *Inquérito multiobjectivo contínuo (IMC) 2014: Estatísticas do emprego e mercado do trabalho*. Praia: INECV.
- IPK International; ITB Berlin (2014) *ITB world travel trends report 2014/2015*. Berlin: Messe Berlin GmbH.
- Laville, Jean-Louis e Gaiger, Luiz (2009) “Economia Solidária”, in António Cattani *et al.* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 162-168;
- Leadbeater, Charles (1997) *The rise of the social entrepreneur*. London: Demos;
- Lévesque, Benoît (2002) “Entrepreneurship collectif et économie sociale: Entreprendre autrement” in *Forum – L’entrepreneurship en économie sociale: Oser l’entrepreneuriat différemment*. Québec 21 de fevereiro de 2002. Québec: Centre local de développement économique des Moulins (CLDEM).
- Lima, António Germano (2012) “Boa Vista: As conjunturas internacionais, o crescimento económico e a crise de uma sociedade” *Contacto*. 4, 1-16.
- Lonely Planet (28 de outubro de 2013) “Best beaches and small islands for travel in 2014” <http://www.lonelyplanet.com/travel-tips-and-articles/best-beaches-and-small-islands-for-travel-in-2014#ixzz3yxTNBx00> [21 de maio de 2015]

MAAP: Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas (2004) *Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde*. Praia: MAAP.

Mair, Johanna; Martí, Ignasi (2006) “Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight” *Journal of World Business*. 41, 36-44.

Mair, Johanna; Noboa, Ernesto (2003) “Social entrepreneurship: How intentions to create a social enterprise get formed”. *IESE Business School Working Paper* 521. Barcelona.

Martin, Roger; Osberg, Sally (2007) “Social entrepreneurship: The case for definition” *Stanford Social Innovation Review*. 5(2), 28-39.

Marujo, Maria Noémi (2005) “A sociologia e o turismo” in Ramos, Francisco; Silva, Carlos (eds.) *Sociologia em Diálogo* (2). Évora: Universidade de Évora, 21-32.

MECC: Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade (2010) *Plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde: Período 2010-2013*. Praia: MECC.

Meneses, João Wengorovius (2012) “Liderança e gestão de organizações sem fins lucrativas” in Azevedo, Carlos; Franco, Raquel C.; Meneses, João W. (eds.) *Gestão das Organizações Sem Fins Lucrativos: O desafio da inovação social*. Porto: Impulso Positivo, 135-161.

MFP: Ministério das Finanças e do Planeamento (2015) *Relatório ODM Cabo Verde 2015*. Praia: MFP.

MFPDR: Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional (2001) *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005*. Praia: MFPDR.

Mignone, Javier; O'Neil, John (2005) “Conceptual understanding of social capital in First Nations Communities: An illustrative description” *Pimatisiwin*. 3(2), 7-44.

Mokhtar, Saiful A.; Abdullah, Mokhtar; Tong, David Y. K. (2014) “A Conceptual Framework for Social Entrepreneurship in Malaysia” *International Journal of Contemporary Business Management*. 1(1), 52-62.

Monzón, José Luis; Chaves, Rafael (2008) *La economía social en la Unión Europea*. Bruxelas: Comité Económico e Social Europeu (CESE).

Mourão, Jorge Manuel (2000) “Desenvolvimento sustentável do turismo: Princípios, fundamentos e práticas” *GeoINova*. 2, 87-117.

MQE: Ministério da Qualificação e Emprego (2008) *Estudo-Diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde*. Praia: MQE.

MS: Ministério da Saúde (2014) *Relatório estatístico de saúde 2013*. Praia: MS.

Mulgan, Geoff (2012) “Inovação Social” in Azevedo, Carlos; Franco, Raquel C.; Meneses, João W. (eds.) *Gestão das Organizações Sem Fins Lucrativos: O desafio da inovação social*. Porto: Impulso Positivo, 51-74.

NG: National Geographic (21 de Novembro de 2013) “National Geographic Traveler Magazine Announces Its 2014 Best of the World List” <http://press.nationalgeographic.com/2013/11/21/national-geographic-traveler-magazine-announces-2014-best-of-the-world-list/> [21 de maio de 2015]

Nicholls, Alex; Cho, Albert Hyunbae (2006) “Social entrepreneurship: The structuration of a field” in Nicholls, Alex (ed.) *Social entrepreneurship: New models of sustainable social change*. New York: Oxford University Press, 99-118.

OIT (2012) *A proteção social em Cabo Verde: Situação e desafios*. Geneva: OIT.

Parente, Cristina (ed.) (2014) *Empreendedorismo social em Portugal*. Porto: Universidade do Porto, <http://web3.letras.up.pt/empsoc/index.php/e-book> [11 de fevereiro de 2015].

Parente, Cristina; Costa, Daniel; Santos, Mónica; Chaves, Rosário R. (2011) “Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição” in *Atas XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho – Emprego e coesão social: Da crise de regulação à hegemonia da globalização*. Lisboa 26-27 de Maio de 2011. Lisboa: APSIOT.

PEGN: Pequenas Empresas & Grandes Negócios (5 de dezembro de 2013) “Confiance Medical vence o Empreendedor de Sucesso 2013” <http://revistapegn.globo.com/Noticias/noticia/2013/12/confiance-medical-vence-o-empreendedor-de-sucesso-2013.html> [6 de julho de 2015].

Peredo, Ana Maria; McLean, Murdith (2006) “Social entrepreneurship: A critical review of the concept” *Journal of World Business*. 41(1), 56-65.

Pérez, Xerardo Pereiro (2009) *Turismo Cultural: Uma Visão Antropológica*. Tenerife: PASOS, <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEedita2.pdf> [13 de fevereiro de 2015].

PLATONGS: Plataforma das ONG de Cabo Verde (2009) “Código Ético das ONG’S e associações cabo-Verdianas de fim não lucrativo” <http://platongs.org.cv/index.php/relatorios-e-planos/outros/93--51> [2 de outubro de 2015].

PNUD (2014) *Relatório de desenvolvimento humano 2014*. Nova Iorque: PNUD.

Portes, Alejandro (2000), “Capital social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea” *Sociologia – Problemas e Práticas*. 33, 133-158.

Putnam, Robert (1993) *Making democracy work: Civic traditions in Modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press.

Putnam, Robert (1995) “Tuning in, tuning out: The strange disappearance of social capital in America” *PS: Political Science and Politics*. 28(4), 664-683.

Quivy, Raymond e Campenhoudt, LucVan (2005) *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.



Saarinen, Jarkko (2006) “Traditions of sustainability in tourism studies” *Annals of Tourism Research*. 33(4), 1121-1140.

Santos, Filipe M. (2009) “A positive theory of social entrepreneurship”. *INSEAD Faculty & Research Working Paper* 23. Fontainebleau.

Santos, Jacinto (2013) “A economia social em Cabo Verde: Entre o público e o privado, uma via de autopromoção social e económica das populações mais desfavorecidas” in *Fórum Internacional – Proteção Social para Crescimento Inclusivo: Opções e Perspetivas*. Praia, Cabo Verde 7-8 de maio de 2013.

Saragoça, José (2013) “Breves notas sobre análise prospetiva” in Silva, Carlos; Saragoça, José (eds.) *Cooperação, território e rede de atores: Olhares de futuro*. Évora: Universidade de Évora, 343-354.

Scheyvens, Regina; Momsen, Janet H. (2008) “Tourism and Poverty Reduction: Issues for Small Island States” *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*. 10(1), 22-41.

Seelos, Christian; Mair, Johanna (2004) “Social entrepreneurship: The contribution of individual entrepreneurs to sustainable development”. *IESE Business School Working Paper* 553. Barcelona.

SNU: Sistema das Nações Unidas (2012) *Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF) em Cabo Verde para o período 2012-2016*. Praia: SNU.

Strauss, Anselm; Corbin, Juliet (2008) *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed.

UE: União Europeia “Programa da UE para o Emprego e a Inovação Social (EaSI)” <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1081&langId=pt> [13 de julho de 2014].

UNEP; ICLEI (2003) *Tourism and Local Agenda 21: The role of local authorities in sustainable tourism*. Paris: UNEP.

UNEP; UNWTO (2005) *Making tourism more sustainable: A guide for policy makers*. Paris: UNEP.

UNTC-CS: União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical (4 de janeiro de 2013) “Balço: UNTC-CS considera ganhos de 2012 satisfatório em parte” [http://www.untc-cs.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=101:secretariado-nacional-da-untc-cs-reune-se-para-a-3o-reuniao-ordinaria-&catid=36:noticias&Itemid=89](http://www.untc-cs.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=101:secretariado-nacional-da-untc-cs-reune-se-para-a-3o-reuniao-ordinaria-&catid=36:noticias&Itemid=89) [12 de abril de 2015].

UNWTO (2012) *Challenges and opportunities for tourism development in Small Island Developing States*. Madrid: UNWTO.

UNWTO (2015) *Tourism highlights: 2015 edition*. Madrid: UNWTO.

UNWTO; SNV (2010) *Manual on tourism and poverty alleviation: Practical steps for destinations*. Madrid: UNWTO; SNV.

WCED (1987) *Our Common Future: The World Commission on Environment and Development*. Oxford: Oxford University Press.

WFF (2013) *The global slavery index 2013*. Perth: WFF.

WFF (2014) *The global slavery index 2014*. Perth: WFF.

WHO: World Health Organization (setembro de 2014) “Adolescent pregnancy” <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs364/en/> [17 de maio de 2015].

Woolcock, Michael; Narayan, Deepa (2000) “Social capital: Implications for development theory, research, and policy” *The World Bank Research Observer*. 15(2), 225-249.

WTTC (2015a) *Travel & Tourism economic impact 2015: Cape Verde*. Londres: WTTC.

WTTC (2015b) *Travel & Tourism economic impact 2015: World*. Londres: WTTC.

Young, Rowena (2006) “For what it is worth: Social value and the future of social entrepreneurship” in Nicholls, Alex (ed.) *Social entrepreneurship: New models of sustainable social change*. New York: Oxford University Press, 56-73.

## ANEXO I – Guião das entrevistas semiestruturadas

### Objetivos

- ✓ *Captar percepções subjetivas sobre a conjuntura e tendências do turismo nacional (particularmente da ilha da Boa Vista), as potencialidades e os recursos suscetíveis de serem valorizadas do ponto de vista turístico, pela via do empreendedorismo social;*
- ✓ *Explorar os níveis de participação e a capacidade de intervenção das organizações das Organizações do Terceiro Setor (OTS) no desenvolvimento socioeconómico do país;*
- ✓ *Identificar potenciais parceiros e conhecer as respetivas disponibilidades em colaborar em ações que possam promover o empreendedorismo social no setor turístico;*
- ✓ *Avaliar as condições, recursos e competências necessárias para a viabilidade de projetos de empreendedorismo social associado ao turismo;*
- ✓ *Distinguir e analisar as condicionantes internas e externas que possam influenciar os propósitos desses projetos;*

### Instituições Públicas

#### a) Direção-Geral do Turismo

1. Em 2010, o governo central ambicionou – pela via do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo no período 2010/2013 – “*um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, que contribua efetivamente para melhorar a qualidade de vida dos cabo-verdianos, sem pôr em risco os recursos para a sobrevivência das gerações futuras*”.
  - 1.1. Como avalia a implementação desse instrumento, em particular, no tocante à prossecução dessa visão?
  - 1.2. Foi feita a sua avaliação? Se sim, quais foram as principais conclusões?
  - 1.3. Têm previsões para a sua reformulação? Se sim, quais serão os seus principais eixos estratégicos?
2. Cabo Verde pode dar-se por satisfeito com o quadro jurídico atual para o setor turístico, ou ainda persistem matérias por legislar?
3. Quais os principais fatores de sucesso e os obstáculos ou carências para o desenvolvimento turístico do país, particularmente na ilha da Boa Vista?
4. Em geral, quais são, para a si, os principais impactos (positivos e negativos) do turismo em Cabo Verde, particularmente na ilha da Boa Vista?

5. Como é configurada a articulação com outras instituições e agentes do setor?
    - 5.1. Quais as estratégias ou medidas do governo para propiciar o envolvimento e a participação dos cidadãos e das OTS?
  6. Na sua opinião, a população local tem beneficiado com o turismo?
    - 6.1. Se sim, em que medida?
    - 6.2. Se não, porque razões?
  7. A ilha da Boa Vista está apetrechada de recursos e competências humanas necessárias para a atuação no setor turístico? Quais os domínios mais deficitários?
  8. Que serviços e produtos locais são absorvidos pelo mercado turístico? Como são avaliados pelos turistas e/ou empresas turísticas?
  9. O *all-inclusive* é o sistema predominante no que toca à oferta turística cabo-verdiana. Para si, esse modelo é positivo ou não para o país?
  10. Que perspetivas têm quanto à procura e ofertas turísticas para Cabo Verde, particularmente para a ilha da Boa Vista, nos próximos anos?
  11. Acha que na ilha remanescem recursos e oportunidades suscetíveis de serem aproveitadas e valorizadas turisticamente?
  12. Qual a expressão dos empreendedores nacionais no turismo nacional?
  13. O investimento direto estrangeiro no setor turístico é objeto de incentivos especiais por parte do governo. E quanto aos investimentos nacionais nesse mesmo setor, também beneficiam de incentivos?
  14. O conceito de “empreendedorismo social” é comum em Cabo Verde?
  15. Conhece algum projeto ou iniciativa nacional que possa ser enquadrada nesse âmbito?
  16. Acha que esse tipo de iniciativa no setor turístico é pertinente para responder aos problemas sociais e tem condições para serem bem-sucedidas em Cabo Verde?
  17. A instituição de que faz parte estaria predisposta a colaborar ou apoiar eventuais projetos de empreendedorismo social associado ao turismo?
  18. Que tipo de apoio ou participação teria acessível e em condições de proporcionar?
- b) Direção-Geral da solidariedade Social
1. Cabo Verde é, repetidamente, considerado um país socioeconomicamente vulnerável. O que tem vindo a fazer e que novas ações pretende o governo desencadear para contornar ou atenuar este cenário nos próximos tempos?

2. Como é configurada a articulação com outras instituições e agentes do setor?
  - 2.1. Quais as estratégias ou medidas do governo para propiciar o envolvimento e a participação dos cidadãos e das OTS?
3. Como avalia o estado social atual do país, particularmente da ilha da Boa Vista? Quais os principais problemas sociais identificados nessa ilha?
4. Quais os impactos socioeconómicos do turismo na ilha?
5. Na sua opinião, a população local tem beneficiado com o turismo?
  - 5.1. Se sim, em que medida?
  - 5.2. Se não, porque razões?
6. Em Cabo Verde ainda não há um enquadramento jurídico para o setor da economia social. Para si, que efeito poderia ter a adoção desse regimento no desenvolvimento local e na criação de oportunidades de vida para as populações locais?
7. Como avalia a dinâmica interventiva das OTS nacionais e boa-vistenses?
8. Cabo Verde, e a ilha da Boa Vista em particular, está apetrechada de recursos e competências humanas necessárias para a dinamização da economia social, especialmente no setor turístico? Quais os domínios mais deficitários?
9. O conceito de “empreendedorismo social” é comum em Cabo Verde?
10. Conhece algum projeto ou iniciativa nacional que possa ser enquadrada nesse âmbito?
11. Acha que esse tipo de iniciativa no setor turístico é pertinente para responder aos problemas sociais e tem condições para serem bem-sucedidas em Cabo Verde?
12. A instituição de que faz parte estaria predisposta a colaborar ou apoiar eventuais projetos de empreendedorismo social associado ao turismo?
13. Que tipo de apoio ou participação teria acessível e em condições de proporcionar?

c) CMBV e SDTIBM

1. No geral, como avalia a atual conjuntura turística do país e da ilha da Boa Vista?
2. Como tem sido a relação com o governo central e outras entidades com responsabilidades em matéria do turismo?
3. A visão do governo central de “*um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios*” (PE 2010-2013) é comungado pela CMBV?

4. Como avalia o estado social da ilha da Boa Vista? Quais os principais problemas sociais identificados pela CMBV?
5. Em geral, quais são, para a si, os principais impactos (positivos e negativos) do turismo em Cabo Verde, particularmente na ilha da Boa Vista?
6. A população local tem beneficiado com o crescimento do turismo?
  - 6.1. Se sim, em que medida?
  - 6.2. Se não, porque razões?
7. Que serviços e produtos locais são absorvidos pelo mercado turístico? Como são avaliados pelos turistas e/ou empresas turísticas?
8. O *all-inclusive* é o sistema predominante no que toca à oferta turística cabo-verdiana. Para si, esse modelo é positivo ou não para o país?
9. Que perspetivas têm quanto à procura e ofertas turísticas para a ilha nos próximos anos?
10. Acha que na ilha remanescem recursos e oportunidades suscetíveis de serem aproveitadas e valorizadas turisticamente, no quadro da economia social?
11. Em Cabo Verde ainda não há um enquadramento jurídico para o setor da economia social. Para si, que efeito poderia ter a adoção desse regimento no desenvolvimento local e na criação de oportunidades de vida para as populações locais?
12. Como avalia a dinâmica interventiva das OTS da ilha?
13. O conceito de “empreendedorismo social” é comum em Cabo Verde?
14. Conhece algum projeto ou iniciativa nacional ou local que possa ser enquadrada nesse âmbito?
15. Acha que esse tipo de iniciativa no setor turístico é pertinente para responder aos problemas sociais e tem condições para ser bem-sucedidas em Cabo Verde?
16. A instituição de que faz parte estaria predisposta a colaborar ou apoiar eventuais projetos de empreendedorismo social associado ao turismo?
17. Que tipo de apoio ou participação teria acessível e em condições de proporcionar?

### **Instituições Privadas**

#### a) Empresas turísticas

1. No geral, como avalia a atual conjuntura turística do país e da ilha da Boa Vista?

2. Como tem sido a relação com o governo central e outras entidades com responsabilidades em matéria do turismo?
3. A vossa empresa comunga da visão do governo central de “*um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios*” (PE 2010-2013)?
4. Como avalia o processo burocrático exigido para pôr em prática uma ideia de negócio?
5. Como é que os turistas têm avaliado Cabo Verde, e Boa Vista em particular, enquanto destino turístico?
6. Quais os aspetos que têm suscitado maiores reclamações e louvores por parte dos turistas?
7. Em geral, quais são, para a si, os principais impactos (positivos e negativos) do turismo em Cabo Verde, particularmente na ilha da Boa Vista?
8. Como avalia o estado socioeconómico da ilha da Boa Vista?
9. A população local tem beneficiado com o crescimento do turismo?
  - 9.1. Se sim, em que medida?
  - 9.2. Se não, porque razões?
10. A ilha da Boa Vista está apetrechada de recursos e competências humanas necessárias para a atuação no setor turístico? Quais os domínios mais deficitários?
11. Que serviços e produtos locais são absorvidos pelo mercado turístico? Como são avaliados pelos turistas e/ou empresas turísticas?
12. O *all-inclusive* é o sistema predominante no que toca à oferta turística cabo-verdiana. Para si, esse modelo é positivo ou não para o país?
13. Que perspetivas têm quanto à procura e ofertas turísticas para a ilha nos próximos anos?
14. Quais as áreas de negócio turístico melhor satisfeitas e as mais deficitárias?
15. Acha que na ilha remanescem recursos e oportunidades suscetíveis de serem aproveitadas e valorizadas turisticamente, no quadro da economia social?
16. O conceito de “empreendedorismo social” é comum em Cabo Verde?
17. Conhece algum projeto ou iniciativa nacional ou local que possa ser enquadrada nesse âmbito?

18. Acha que, se associado ao turismo, esse tipo de iniciativa é pertinente para responder aos problemas sociais e tem condições para ser bem-sucedidas em Cabo Verde?
19. A instituição de que faz parte estaria predisposta a colaborar ou apoiar eventuais projetos de empreendedorismo social associado ao turismo?
20. Que tipo de apoio ou participação teria acessível e em condições de proporcionar?

### **Plataforma das ONG / OTS / Sujeitos individuais**

1. Como avalia o estado social da ilha da Boa Vista? Quais os principais problemas sociais que identifica?
2. No geral, como avalia a atual conjuntura turística do país e da ilha da Boa Vista?
3. Qual a avaliação que faz em relação à sustentabilidade do turismo nacional?
4. Na sua opinião a população local é devidamente envolvida no processo de planeamento e desenvolvimento turístico?
5. Em geral, quais são, para a si, os principais impactos (positivos e negativos) do turismo em Cabo Verde, particularmente na ilha da Boa Vista?
6. A população local tem beneficiado com o crescimento do turismo?
  - 6.1. Se sim, em que medida?
  - 6.2. Se não, porque razões?
7. Que serviços e produtos locais são absorvidos pelo mercado turístico? Como são avaliados pelos turistas e/ou empresas turísticas?
8. O *all-inclusive* é o sistema predominante no que toca à oferta turística cabo-verdiana. Para si, esse modelo é positivo ou não para o país?
9. Que perspectivas tem quanto à procura e ofertas turísticas para a ilha nos próximos anos?
10. Acha que na ilha remanescem recursos e oportunidades suscetíveis de serem aproveitadas e valorizadas turisticamente?
11. Em Cabo Verde ainda não há um enquadramento jurídico para o setor da economia social. Para si, que efeito poderia ter a adoção desse regimento no desenvolvimento local e na criação de oportunidades de vida para as populações locais?
12. Como avalia a dinâmica interventiva das OTS nacionais e boa-vistenses?
13. Em termos de recursos e competências humanas, as OTS do país e da Boa Vista estão devidamente capacitadas para a intervenção no campo da economia social, em



particular no setor turístico? Quais os domínios de competência mais desenvolvidos e os mais deficitários?

14. Quem e como é financiado os projetos sociais em Cabo Verde?
15. O conceito de “empreendedorismo social” é comum em Cabo Verde e no seio das OTS?
16. Conhece algum projeto ou iniciativa nacional ou local que possa ser enquadrada nesse âmbito?
17. Acha que esse tipo de iniciativa no setor turístico é pertinente para responder aos problemas sociais e tem condições para ser bem-sucedidas em Cabo Verde?
18. A instituição de que faz parte estaria predisposta a colaborar ou apoiar eventuais projetos de empreendedorismo social associado ao turismo?
19. Que tipo de apoio ou participação teria acessível e em condições de proporcionar?

## ANEXO II – Análise do conteúdo das entrevistas: Nível Macro

NÍVEL MACRO – ANÁLISE DO CONTEXTO		
Categoria	Subcategoria	Segmento
Conjuntura turística atual		<p><i>Neste momento falta-nos fazer o trabalho de casa, isto é, melhorar a qualidade e diversificar a nossa oferta. Se quisermos ser um destino de “alto valor acrescentado” temos que pautar pela qualidade. Qualidade das infraestruturas e dos serviços. Temos uma concentração de fonte de mercado, concentração de operadores e concentração de destino (Sal e Boa Vista). Portanto, é necessário diversificar a oferta turística. (Ent. 1)</i></p> <p><i>Temos que passar de um “turismo de praia” para um “turismo de ilha”. A maior parte dos turistas não fica a conhecer bem a ilha. É preciso organizar a estrutura da oferta para dar aos turistas a oportunidade de conhecerem melhor a ilha e simultaneamente proporcionarem melhores condições de vida às famílias locais. É preciso dar ao turismo a “dimensão Cabo Verde”, que é fundamentalmente constituída pelas suas gentes, sua história, vivências e cultura. (Ent. 2)</i></p> <p><i>Bom, é assim, no geral, em termos de números, a avaliação é positiva. Temos um crescimento de turistas, sobretudo para a ilha da Boa Vista, e em 2014 houve um decréscimo mas não achamos que seja algo significativo dentro do quadro de evolução do turismo aqui na ilha. Pronto, turismo é muito transversal, se viermos fazer uma análise de forma geral, se calhar há setores que nos deixa um pouco preocupados, por exemplo a questão do emprego, a questão social na Boa Vista, questão de acessibilidade, saúde, educação, da melhoria das condições de vida da população. A nossa preocupação é que todo esse crescimento em termos de números de turistas seja efetivamente revertido, não queremos falar simplesmente em crescimento mas também em desenvolvimento. (Ent. 3)</i></p> <p><i>Até o momento podemos falar de crescimento turístico da ilha da Boa Vista. Só poderíamos falar em desenvolvimento se todos esses setores estivessem a acompanhar esse crescimento. (Ent. 3)</i></p>

	<p><i>A conjuntura turística nacional não é a melhor, não é aquela que existia há 6, 7 ou 8 anos atrás, não é aquela que desejaríamos, embora seja, neste momento, melhor do que existia no ano passado. Na Boa Vista, tivemos um boom entre 2006 a 2009 e desde então houve um recuo considerável, que teve impactos a nível da toda atividade económica e social na ilha. Mas desde a segunda metade de 2014 a esta parte houve sinais claros de retoma, com o aumento da procura da ilha para investimentos. Infelizmente 2014, em termos de procura turística, tivemos uma diminuição de entradas e dormidas a nível nacional. (Ent. 4)</i></p> <p><i>A qualidade é fundamental. E a qualidade do turismo na Boa Vista ainda está longe de atingir os níveis do da ilha do Sal, por exemplo. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Quanto à avaliação, os dados oficiais demonstram que muitos turistas regressam à Boa Vista. Mas o potencial de satisfação é muito maior do que a realização de facto, precisamente porque não há grandes alternativas, particularmente aqui na Boa Vista. O turista chega, entra num resort, sai uma ou duas vezes, e não têm alternativas, Pois, vêm à cidade de sal-rei, e esta não é atrativa do ponto de vista visual, sobretudo à noite não há iluminação, o que suscita o sentimento de insegurança, não há oferta de serviços de bar, música ao vivo, artesanato, enfim, não há outros produtos turísticos para além da praia. Portanto, a oferta complementar da ilha limita sobremaneira o interesse do turista em repetir a visita. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Houve uma queda de receitas de 2013 a 2014. Para além disso a evolução não foi aquilo que desejaríamos, a nível de fluxo turística, entrada e dormidas em unidades hotelarias. Os números estão aquém daquilo que é aceitável. Há várias causas possíveis: essencialmente podemos dizer que os indicadores de competitividade de Cabo Verde são muito baixos. A política fiscal do país não estimula mais investimentos, não está orientada ainda para pequenas e médias empresas, no que toca ao IVA, por exemplo. Temos também questões que se relacionam com a requalificação urbana das principais cidades, sobretudo das cidades turísticas, como Sal-Rei na Boa Vista por exemplo, é uma situação crítica. A nível</i></p>
--	---

	<p><i>global a nossa competitividade é baixa, estamos no meio da tabela a nível mundial. (Ent. 6)</i></p> <p><i>De resto, não gosto de falar em impactos negativos mas sim em condicionantes de desenvolvimento. Temos na Boa Vista uma infraestrutura portuária que de alguma forma está a bloquear um maior crescimento e desenvolvimento do turismo. Também o aeroporto que ainda não tem iluminação noturna, o que reduz o número de voos para a ilha, e com uma pista que não permite a aterragem de boing 787 dreamliner, que hoje em dia é utilizado por grandes operadores turísticos devido ao seu alto nível de eficiência. Depois a questão de saneamento, requalificação urbana, enfim, uma série de aspetos que condicionam um desenvolvimento mais efetivo do turismo, para além das políticas fiscais. O ambiente de negócio também não é adequado. (Ent. 6)</i></p> <p><i>Mas apesar de grandes ganhos ainda estamos longe do desejado porque envolve a mudança de atitude e mentalidade, para que haja a assunção de que o único caminho é a garantia da qualidade. (Ent. 6)</i></p> <p><i>O turismo é, sem sombra de dúvidas, um setor estratégico para o desenvolvimento económico do país, e tem gerado grandes recursos. É um setor que, felizmente, não tem parado de crescer em Cabo Verde. No entanto, o potencial turístico do país tem sido explorado sempre com base num mesmo modelo, caracterizado pelo turismo de massas, e que não contempla desenvolvimento local e turismo solidário. A ilha da Boa Vista é um caso paradigmático, que inclusive acaba por ser aquilo que aconteceu na ilha do Sal. Foi uma opção do Governo, um turismo focado de massas, em resorts, enfim, nesse tipo de turismo que aprecia Sol e Praia, mas parece-me que chegamos a um ponto em que é preciso fazermos uma viragem. (Ent. 7)</i></p> <p><i>O foco do turismo tem sido a vertente macroeconómico. Trata-se de uma opção que tem as suas vantagens, porque cria postos de trabalho e obriga as autoridades públicas a construírem infraestruturas, mas sempre numa perspetiva de apoio aos investimentos turísticos e nunca na perspetiva de desenvolvimento local. E na minha opinião é possível conciliar essas duas vertentes. (Ent. 7)</i></p>
--	---

	<p><i>Enfim, é preciso uma estratégia de desenvolvimento endógeno, em que o crescimento económico esteja relacionado com a produção local, incorporando aspetos socioculturais, participação política dessas pessoas, ou seja, para que tenhamos projetos de turismo sustentável é preciso que sejam feitos junto das populações locais, e que sejam eles também gestores de alguns empreendimentos para que os rendimentos possam reinvestidos no próprio local, pois, o investidor externo leva os recursos para o seu país. (Ent. 7)</i></p> <p><i>A conjuntura turística do país é boa. Apesar da crise internacional, das questões relacionadas com insegurança, da ameaça do ébola nos países vizinhos, e outras dificuldades que têm assolado o país, o turismo continua a ser “a nossa galinha de ovos de ouro”. No entanto, é necessário superar as dificuldades, lacunas e obstáculos que já estão identificados, de modo a evitar que no futuro próximo comecemos a sentir problemas de maior. Grosso modo, acho que o turismo está num bom caminho. Se houve algum acréscimo do fluxo de entradas de turistas nos país, considero-o normal e nada que nos possa alarmar desde que continuemos a fazer o nosso trabalho de casa, nomeadamente a melhoria das condições de segurança, transporte aéreo entre as ilhas que ainda é caro, transporte marítimo que enfrenta constrangimentos e que dificulta o transporte de bens e produtos de uma ilha para outra, etc. Enfim, todos esses constrangimentos acabam por afetar o turismo e não nos permite tirar o pleno proveito dessa atividade. (Ent. 8)</i></p> <p><i>A movimentação de pessoas que procuram o lazer está a passar por Cabo Verde. Mas é preciso que saibamos trabalhar para que esse movimento continue a passar pelo país. Ou seja, saber organizar o destino Cabo Verde. No meu ponto de vista, estamos longe de saber fazer isso. Também estamos longe de criar um conjunto de negócios para que todas essas pessoas possam deixar algum rendimento ao país. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Bem, apesar do abrandamento do fluxo registado no último ano, conforme os dados do INE, Cabo Verde continua a viver do turismo. Mas é preciso criar condições propícias e resolver todos os problemas que</i></p>
--	---

	<p><i>conhecemos para que o destino continue a ser atrativo, porque o turismo não compactua com a insegurança social, com a própria insegurança dos turistas, com a falta de condições de saúde, enfim, com determinados flagelos sociais que vivenciamos. Tudo isso potencia o consumo de álcool, drogas, prostituição, e tudo que está associado à vida noturna. Porém, se conseguirmos nos organizar podemos ver o turismo numa ótica mais positiva, que conseqüente ajuda a resolver os problemas sociais da Boa Vista. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Cabo Verde tem sido bastante procurado e a nossa capacidade de oferta tem sido menor. Mas alguns operadores garantem que têm lotação esgotada para os próximos 3 anos, o que não é mau. Mas 2012 servirá de lição, porque muitos turistas cancelaram as suas viagens para Cabo Verde, devido ao receio do ébola, mas também devido a alguma injustiça social provocada por manifestações de taxistas na ilha da Boa Vista, retoma de outros destinos concorrentes, ao campeonato de futebol no Brasil, enfim, uma série de situações que fizeram com que houvesse redução da procura. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Na Boa Vista, o turismo podia ser desenvolvido da melhor forma, se tivéssemos produtos que complementassem o all-inclusive. (Ent. 10)</i></p> <p><i>A conjuntura turística é boa mas podia ser melhor. Sem o turismo a ilha estaria estagnada hoje. Não temos outros meios de movimentar a economia da ilha, como antigamente havia. O turismo é importante mas temos que fazer com que os seus benefícios sejam extensivos a toda a sociedade. (Ent. 10)</i></p> <p><i>A minha apreciação é o seguinte: quando falamos do turismo em Cabo Verde, especialmente na Boa Vista, devemos questionar que tipo de turismo temos. Quando falamos de turismo, temos que pensar logo que é uma área de desenvolvimento económico e social, portanto tem que servir o local de destino turístico. Ora, sabemos que isso não se verifica em Cabo Verde. (Ent. 11)</i></p> <p><i>(...) Referindo à parte cultural-patrimonial, que mais domino, tem havido uma desvalorização. (...) Quando apresentamos um produto turístico desvalorizado,</i></p>
--	---

		<p><i>destruído, estamos a enganar os turistas. Ele sente-se enganado porque comprou um produto por um preço e se calhar o produto nem merecia ser comprado. Porque o turista quando vem quer desfrutar do genuíno. Por exemplo, no plano cultural ele tem que ver um landú genuíno, não estilizado. (...) Há incapacidade em Cabo Verde, na Boa Vista em particular, de transformar todo o elemento cultural-patrimonial natural, todo o objeto com algum potencial turístico em interesse turístico, para chamar, de facto, a atenção do turista. (Ent. 11)</i></p> <p><i>Perspetivas são boas, mas embora não sendo da área acho que o nosso turismo não foi planeado. As autoridades não estavam preparadas para esse crescimento tão exponencial. O turismo é bom, tem os seus benefícios, mas acho que deve haver uma plano de desenvolvimento turístico. Muita coisa caiu de paraquedas, não estávamos e ainda não estamos preparados. Devem ser tomadas medidas porque a população local não consegue tirar maiores proveitos do turismo, sobretudo porque não há um ambiente propício para tal. As pessoas têm medo de investir porque não há garantias de lucro. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Temos sol, mar e morabeza mas não acho que temos tanto assim para oferecer. O governo não tem criado as condições para que o turismo se desenvolva ainda mais. Por exemplo, os turistas reclamam que em muitos restaurantes o preço/qualidade não compensa, os transportes, o atendimento, artesanato local, enfim, uma série de aspetos cuja qualidade ainda é deficitária. A EHTCV pode contribuir para melhorar a qualidade do atendimento, mas o problema é que fica localizada na ilha de Santiago, e é impossível fazer deslocar os nossos colaboradores para lá. Da ilha da Boa Vista em particular, acho que o poder local poderia fazer mais. O poder local deve reforçar o seu papel para o desenvolvimento do turismo, designadamente ao nível da formação profissional, promoção de eventos, apoio aos jovens, etc. (...) mas com maior sofisticação e adequado às necessidades dos turistas. (...) Insegurança na ilha (...) não há agentes de segurança preparados para um atendimento mais personalizado aos turistas (...) (Ent. 14)</i></p>
--	--	---

		<p><i>Muitos reclamam da poluição ambiental, da insegurança (falta de iluminação noturna na cidade de sal-rei), queixam-se do assédio dos vendedores ambulantes de artesanato, etc. (Ent. 14)</i></p> <p><i>Acho que o turismo cresceu muito rapidamente na Boa Vista. Entretanto, o investimento público não acompanhou o investimento privado. Então a ilha enfrenta hoje alguns constrangimentos do ponto de vista social. Este é um destino novo mas ainda faz falta muitos investimentos públicos. Identificamos uma série de lacunas na área social, saúde, saneamento, não temos boas estradas, algumas pessoas não têm acesso à água e eletricidade, falta um hospital em condições, etc. (Ent. 15)</i></p>
Estado social Boa Vista		<p><i>Em termos sociais, temos um fosso social maior, sobretudo na Boa Vista, onde temos uma franja de população que habita em bairros marginais, que não tem acesso as todas as condições mínimas para alojamentos, no entanto, temos logo ao lado uns “monstros”, uns “elefantes brancos”, com turistas, maioritariamente da raça branca, o que pode criar um sentimento de hostilidade ao turismo. Esse sentimento de indignação é justo, na minha opinião. (Ent. 1)</i></p> <p><i>É um ponto que precisa de muita reflexão. O turismo é muito transversal, então é preciso cuidado com tudo aquilo que vai à volta do setor. Particularmente na Boa Vista, temos um Município que a população aumentou rapidamente em poucos anos (...), temos um bairro social que tem um número significativo de pessoas que vivem na Boa Vista e a maior parte trabalha em hotéis e na construção civil, e grande número de população chegam de outras ilhas e também da costa ocidental da África. (Ent. 3)</i></p> <p><i>O que nos preocupa é que a ilha é reconhecida como “ilha turística” mas todo esse crescimento não se traduz na melhoria das condições de vida da população, e não podemos deixar a melhoria de condições de vida da população separado da criação de empregos, de rendimentos para jovens, e quando falamos em empregos temos que falar em empregos qualificados, conforme as qualificações de cada um e que permitem às pessoas terem um nível de vida razoável. Preocupa-nos, tendo em conta o elevado custo de vida da ilha. (Ent. 3)</i></p>



	<p><i>A questão do saneamento, particularmente a cidade de Sal-Rei, isto é, o serviço de tratamento de resíduos sólidos e líquidos, que é de mau; a questão dos animais à solta ou em locais inadequados; do deficiente fornecimento de energia e água; e os serviços de saúde que não consegue dar resposta às necessidades quer da população quer do potencial turista que sabe que não pode contar com boas condições de saúde na eventualidade de vir precisar. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Se olharmos para os dados estatísticos, Boa Vista é das ilhas com menores índices de pobreza, menores taxas de desemprego, etc., ou seja, à partida sugere que Boa Vista não é das ilhas com maiores problemas sociais. Porém, na prática a perceção que tenho é que há ainda enormes problemas sociais na ilha, sobretudo problemas que tem a ver com a atitude e comportamento das pessoas. Há um défice daquilo que se designa por exercício de cidadania, o que causa implicações em termos sociais e da sustentabilidade das políticas públicas que se implementam na ilha. O problema da integração das pessoas que vieram das outras ilhas e países é um grande problema da ilha, levando à existência de uma franja da população a viver num submundo. Para ser concreto falo do surgimento da Barraca. E à volta desse bairro existem muitos problemas sociais (...). Portanto, a situação social da ilha da Boa Vista inspira cuidados, na medida em que ameaça a ilha enquanto destino turístico, se não formos capazes, nos próximos anos, de resolver o problema urbano da cidade de Sal-Rei, incluindo a zona da Barraca, de melhorarmos o problema do saneamento. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Não temos dados concretos sobre a situação social. O que constatamos é que tem havido grandes mudanças. A estruturação social é hoje diferente, desde que foi decidido que Boa Vista era para ser desenvolvida pela via do turismo. Temos várias questões como o problema de emprego/desemprego, há muitos empregos, o que também gera desemprego, já que a ilha é procurada por muitas pessoas. Temos ainda problemas relacionadas com os transportes, enfim, uma série de questões que não foram acauteladas. O processo de desenvolvimento turístico da ilha não abrangeu alguns aspetos sociais importantes.</i></p>
--	---

	<p><i>Continuamos a ter pessoas que se vão formar em áreas com pouca saída, continuamos a ter problemas em encontrar pessoas com qualificação média, temos dificuldades no domínio de línguas estrangeiras, a produção local que não consegue dar resposta à demanda, défice habitacional, etc. Tudo isso gera tensões sociais e tem repercussões sociais mais graves, como as drogas, o álcool, a insegurança e a criminalidade, etc. Portanto, a situação social da ilha tem aspetos que urge resolver sob pena de se tornar preocupante. Estão a ser implementadas algumas respostas, lideradas por várias instituições, mas não há integração entre elas. Neste momento, em Sal-Rei é como se tivéssemos dois mundos. (Ent. 5)</i></p> <p><i>É bastante preocupante, na medida em que as autoridades nacionais e locais demoraram de agir. É preciso um trabalho articulado para amenizarmos todos os efeitos negativos do crescimento desenfreado do turismo. (Ent. 6)</i></p> <p><i>O percurso feito até aqui resulta na melhoria das condições de vida da população mas ainda há uma boa franja de população com acesso deficiente aos bens essenciais. Outro aspeto importante é a nossa evolução económica, que tem sido boa ao longo dos anos. Entretanto, as desigualdades sociais aumentaram, embora a pobreza tenha diminuído. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Acho que neste momento temos grandes desafios sociais para enfrentar. Um deles é a redução das desigualdades sociais. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Temos uma população maioritariamente jovem e falta emprego para todos. (Ent. 7)</i></p> <p><i>A ilha da Boa Vista não foge à regra das ilhas com vocação turística. O turismo apanhou a Boa Vista “distraída”. Foram criadas todas as condições para a vinda de turistas mas as autoridades públicas talvez não pensaram que tal cenário seria possível. Todos esses investimentos atraiu mão-de-obra externa. Isso não foi pensado, ou se foi pensado, foi tardiamente. Por exemplo, podia-se negociar com investidores a construção de casas sociais. Por isso nasceu o Bairro “Barraca” que é o espelho de aspetos menos bom do turismo. Chegamos lá e vemos que há drogas,</i></p>
--	--

	<p><i>prostituição, álcool. Enfim, temos 3 mundos distintos na Boa Vista. Temos que trabalhar para que não hajam tantas assimetrias sociais. (Ent. 8)</i></p> <p><i>Na ilha da Boa Vista vivem pessoas de todo o país e da costa ocidental africana. Temos sérios problemas de integração. As pessoas, no geral, não sentem integradas para participar na vida ativa da sociedade. Temos “dois mundos” na ilha. Para além dos imigrantes que vivem um pouco à margem, temos a separação entre o norte e o sul da ilha, caracterizado por um grande desequilíbrio social. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Portanto, temos os dois mundos, um sul relativamente desenvolvido e um norte que está quase “ao deus-dará”. Mas ainda dentro da cidade de sal-rei encontramos outros fenómenos preocupantes. (...) Então esse é o cenário que temos, de desequilíbrio social, temos pessoas a sofrerem, pessoas que passam fome, pessoas que vivem da lixeira, o que constitui uma tristeza. Temos ainda um novo fenómeno a surgir na Boa Vista, que anteriormente não se via, que são as crianças na rua. Aumento das vendedeiras ambulantes, etc. Por outro lado, deparamos com incapacidade de autoridades públicas para fazer face a todos esses problemas. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Temos o bairro da Boa Esperança com péssimas condições sanitárias. A ilha com maior potência turística tem cerca de 3 mil pessoas defecando ao ar livre! E os turistas convivem constantemente com esse cheiro nauseabundo. Isso é inadmissível! Temos que melhorar o saneamento básico, contribuir de melhor forma para a integração das pessoas que chegam à ilha, etc. Mas é também preciso fomentar a responsabilidade social, porque desde operadores turísticos até aos governos local e central, se tivesse havido uma planificação do turismo nada disso se verificava. Tínhamos pessoas com habitações condignas, quadros profissionais adequadas para trabalhar no setor turístico, etc. Mas o processo foi o contrário. Agora vamos correr atrás da planificação, mas ela não existe. (Ent. 9)</i></p> <p><i>O turismo tem trazido muitos problemas para a ilha, nomeadamente em termos das drogas, de prostituição, especulação imobiliária/fundiária, etc. Tudo isso tem trazido algum desequilíbrio social. (Ent. 10)</i></p>
--	--

	<p><i>Uma das coisas que choca é a prostituição, no geral, mas sobretudo a prostituição turística (turismo sexual). Por outro lado, a falta de capacidade empreendedora. (Ent. 11)</i></p> <p><i>Acho que a ilha está estagnada. Temos vários problemas sociais, sobre os quais as autoridades fazem uma análise muito superficial, mas se formos fazer uma análise profunda veremos que na Boa Vista estamos mergulhados numa crise. Crise de identidade, crise social, com vários problemas inerentes: drogas, álcool, prostituição, que embora numa forma mascarada sabemos que existe, mas que as autoridades não passam um pente fino e não têm noção do que está a passar realmente ou têm noção mas não têm dados concretos e oficiais, mas quem está no terreno sabe que é uma crise grave que está a passar na Boa Vista. A situação social na boa vista é crítica. Embora muita gente achar que é uma visão bastante radical, mas é real. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Tráfego e consumo de drogas, prostituição, crianças na rua – para mendigar turistas, alguns incentivados pelos pais –, trabalho infantil – sobretudo no setor informal. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Acho que o problema da habitação é gritante (...). A lixeira é um outro problema grave, um problema ambiental e de saúde pública, onde já estão a surgir outras barracas. Temos também a situação de crianças de rua (...), o problema da pedofilia - que aqui tem sido denominado “abuso sexual contra crianças” - , questão do emprego precário, questão da delinquência, que embora tenha diminuído nos últimos anos, questão do consumo e tráfego de drogas, questão do alcoolismo (...). De modo que a condição estado social da ilha é preocupante. Há formas de intervir sobre esses problemas. Falta meios para tal, mas também vontade política e capacidade interventiva da sociedade civil. Muitos desses problemas correspondem a impactos da aposta no turismo, já que em termos de crescimento populacional, a ilha cresceu de “noite para dia”. Além disso, é preciso ter em conta que o grosso das pessoas que chegaram à ilha eram pessoas que, no seu país ou ilha, viviam em contexto de vulnerabilidade socioeconómica. De facto a estrutura global não está</i></p>
--	--

		<p><i>preparado para o desenvolvimento do turismo de forma exponencial, muito menos para solucionar todos esses problemas sociais. Não houve planeamento nenhum. Todos viram o turismo como uma panaceia de solução para os nossos problemas. Mas temos que criar as condições para que o turismo se desenvolva de forma sustentada. O crescimento turístico não significa, literalmente, desenvolvimento socioeconómico. Podemos ainda falar do custo de vida elevado, e da miséria social que abrange parte da população, e que tem repercussões na educação das gerações futuras. (Ent. 13)</i></p> <p><i>O turista atual é social e ecologicamente consciente. São pessoas que têm preocupações ambientais. (...) Aliás, há turistas que não saem dos hotéis porque ficam profundamente tristes ao notarem o desnível das condições de vida das pessoas. Inclusive, um turista disse-me que se sentia culpado, se sentia tão mal por estar dentro de um hotel com tanto luxo e depois sair e verificar como vivem as pessoas locais. (Ent. 13)</i></p> <p><i>Podia ser melhor. Mas a ilha cresceu muito, abriram muitos negócios, mas por exemplo o setor imobiliário estagnou. Muitas pessoas querem investir mas os obstáculos são inúmeros. Por outro lado, o custo de vida da ilha é elevadíssimo, o que obriga muitas pessoas a morarem em condições precárias, como nas barracas. (Ent. 14)</i></p> <p><i>Acho que não há uma classe média na ilha. As desigualdades sociais são enormes. Há ricos e pobres. Há um desequilíbrio social. Temos que chegar a nível de desenvolvimento onde a classe média tenha uma expressão maior. (Ent. 15)</i></p>
Sustentabilidade		<p><i>Não podemos falar em sustentabilidade sem incluir os aspetos económicos, ambientais e sociais, e não podemos falar de turismo sustentável na Boa Vista porque esses três setores não estão no mesmo patamar de crescimento. (Ent. 3)</i></p> <p><i>O nosso turismo tem elementos de sustentabilidade e tem elementos de insustentabilidade. Quanto a mim um elemento forte da sustentabilidade turística é o planeamento. Durante algum tempo estivemos no turismo com uma espécie de navegação à vista, mas</i></p>

	<p><i>desde de alguns anos para cá o turismo tem sido planeado. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Muitas vezes as pessoas dizem que “o turismo não é sustentável porque temos um turismo de massas e all-inclusive”. Não sou tão radical em relação a isso. Pois, quanto a mim, o turismo de all-inclusive por si só não significa insustentabilidade. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Assim como está não é sustentável. É chegado o momento de se fazer uma avaliação, não para terminar com o modelo all-inclusive, mas para criar algo que seja misto. Falta equilibrar a parte ambiental e, principalmente, a vertente social. (Ent. 5)</i></p> <p><i>É certo que o modelo atual está longe dessa visão, mas agora estamos a trabalhar para conseguir adaptar a curto, médio e longo prazo esse modelo atual com a visão que temos. (Ent. 6)</i></p> <p><i>Não. De forma em se encontra, vai chegar a um ponto em que vai entrar em colapso. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Não digo que está a caminhar no sentido da insustentabilidade, mas é preciso muito mais para que se torne sustentável, porque ainda não é. Estamos a beneficiar de um conjunto de fatores externos para o crescimento turístico, mas do ponto de vista ambiental, se não houver uma política forte de conservação não poderemos continuar a ter esse tipo de turismo. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Portanto, a nível ambiental, social, a nível de saúde e da educação, precisamos trabalhar esses 4 eixos. Falta-nos também algumas infraestruturas. Não temos um hospital em condições, não temos um aeroporto que possa receber aviões de grande porte, o fornecimento de energia e água é deficitário, enfim. Então, um país ou uma ilha que quer ter mais 7 ou 8 hotéis até 2020 tem que resolver urgentemente todos esses problemas, sob pena de perdermos essas oportunidades. (Ent. 9)</i></p> <p><i>O turismo sustentável é aquele que envolve as comunidades locais. Quando a população local não tira benefício da atividade ela não é sustentável. (Ent. 10)</i></p>
--	---

	<p><i>Não lhe sei dizer, sinceramente. (Ent. 11)</i></p> <p><i>Acho que a falta de planeamento está a colocar em causa a sustentabilidade do turismo no nosso país. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Acho que não, definitivamente não, se continuarmos no mesmo caminho. Falta o principal, que é o planeamento. Tendo em conta o peso económico do turismo para o país, deveríamos arrepiar caminho e tentar corrigir algumas situações já existentes. Do ponto de vista económico o turismo está a contribuir para o crescimento do país, mas que não se reverte em desenvolvimento. O lado ambiental e social continuam postas de lado. (Ent. 13)</i></p> <p><i>Acho que as empresas estão à espera dos investimentos públicos antes de começar os seus investimentos. Porque sabemos que se continuarmos a construir, até porque aqui não falta espaço para construir, corremos o risco de congestionar o destino. O risco de sustentabilidade é mais do domínio público. (Ent. 15)</i></p>
<p>Perspetivas de evolução futuras</p>	<p><i>Temos estudos que mostram que a procura vai aumentar (...) e a oferta também. (Ent. 3)</i></p> <p><i>Neste momento, há pelo menos 3 projetos de investimentos que vão arrancar este ano. Investimentos esses que, no espaço de 2 a 3 anos, irão aumentar a capacidade hoteleira em quase 2.000 quartos na ilha, que neste momento tem pouco mais de 3.000 quartos no total. Quer dizer que só com esses projetos haverá um aumento de 2/3. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Em termos de procura a perspetiva futura é muito boa. Pois, falei de 3 projetos que vão arrancar este ano, em princípio a partir do mês de setembro, mas não falei de outros grandes projetos de investimento que vão arrancar a partir do próximo ano. A demanda é tanta que já neste momento, por exemplo, em relação à ZDTI de Chaves, há sobreposição de interesse para construção de empreendimentos no mesmo local. Em relação à ZDTI de Santa Mónica, que inicialmente começou com único núcleo de desenvolvimento a partir de Lacacao, vai ter outro núcleo na zona de Porto de Santa Mónica e provavelmente outra na</i></p>

	<p><i>Calheta Formosa, mesmo ao lado desse Porto. Portanto, as perspectivas são muito boas. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Acho que a tendência é aumentar. Se calhar não no mesmo ritmo que tem sido propalado. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Acreditamos que com os investimentos que estão a ser projetos quer no Sal quer na Boa Vista haverá um incremento de entradas e dormidas de turistas. Mas este é um cenário otimista. Não podemos deixar de alertar por questões fundamentais, por exemplo a necessidade de termos uma melhor política fiscal, mais amiga do investimento, mais amiga do micro, pequeno e grande investimento, um código laboral mais flexível, permitindo que os trabalhadores tenham outra atitude e responsabilidade perante o trabalho e o emprego. (Ent. 6)</i></p> <p><i>Penso que 2015 e 2016 haverá crescimento. Porém, neste momento os diretores dos hotéis dizem que a procura é abaixo do esperado. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Tudo leva a crer que nos próximos anos haverá um aumento do crescimento do turismo. Cabo Verde é um destino seguro, mas é preciso melhorar as condições internas, por exemplo das condições aeroportuárias para receber voos noturnos. (Ent. 10)</i></p> <p><i>História da Boa Vista diz que pelos recursos económicos que oferecia (...) Boa Vista já teve muitos booms, já foi empório do Barlavento (...) quer dizer que se não forem tomadas as devidas precauções, o que constitui motivo de “boom” turístico hoje poderá desaparecer. (Ent. 11)</i></p> <p><i>A conjuntura atual vivenciada no país deixa a transparecer que a tendência é para diminuir. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Na Boa Vista temos a ideia de um crescimento exponencial mas efetivamente foram construídas 3 hotéis de grande dimensão. Mas o Grupo Meliá, por exemplo, tem a previsão de construir 6 resorts na Boa Vista. Riu tem a previsão de construir mais 3 resorts na Boa Vista. O hotel Riu Lacacao, que já a operar, mas ainda apenas com a primeira fase daquilo que está previsto ser construído no projeto global. Lacacao será uma “cidade”, para além de outros</i></p>
--	---



		<p><i>projeto que virão ser construídos. A perspetiva é continuar com o mesmo modelo de forma mais intensa. (Ent. 13)</i></p> <p><i>Acho que poderá crescer sobretudo devido à instabilidade política noutros destinos concorrentes, pois, Cabo Verde é um destino caro. (Ent. 14)</i></p> <p><i>Eu sei que agora existem projetos para ampliar o aeroporto, o porto está prestes a ser concluído, requalificação urbana de Sal-Rei, etc. Acho que Boa Vista cresceu exponencialmente de 1999 a 2006, depois estagnou, devido à crise financeira, etc. Mas acho que nos próximos 10 anos o crescimento voltará a despoletar. No entanto, volto a repetir, é preciso que o investimento público acompanhe o investimento privado. (Ent. 15)</i></p>
<p>Recursos e oportunidades</p>		<p><i>A ilha da Boa Vista tem enormes potencialidades para o ecoturismo. Neste momento já é feita algumas atividades como a observação de tartarugas, baleias, etc., e as Nações Unidas vai consolidar um projeto para rentabilizar as áreas protegidas, tornando-as em produtos turísticos, e Boa Vista é a ilha com mais áreas protegidas no país e um dos principais pontos de desova de tartarugas do atlântico. (Ent. 1)</i></p> <p><i>O que não falta a Cabo Verde são potencialidades turísticas. Em Boa Vista, particularmente, temos potencialidades para o turismo cultural, artesanato em olaria, excursões de burro, etc. (Ent. 1)</i></p> <p><i>Sim. O couchsurfing, por exemplo, é uma potencialidade. (Ent. 2)</i></p> <p><i>Sim, muitos recursos. Por exemplo, um excelente produto turístico poderia ser a morna, ou o queijo, o artesanato, não só olaria, mas a cestaria, o património material e imaterial da Boa Vista, enfim. (Ent. 3)</i></p> <p><i>O turismo abriu oportunidades que foram aproveitadas, algumas por nacionais e estrangeiros, e ainda há muitas outras oportunidades que não estão sendo aproveitadas e que estão à espera de alguém com visão. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Inúmeros recursos. Por exemplo, tenho tido dificuldades em encontrar ovos para comprar.</i></p>

		<p><i>Também não entendo como na ilha da Boa Vista temos tantas dificuldades em encontrar carne, produzido com regularidade, qualidade e de forma industrial. Apesar das suas limitações naturais, a ilha tem potencial agrícola, tanto é que há empresas estrangeiras a produzirem a comercializarem aos hotéis e restaurantes, e tenho dificuldades em perceber porque que os nacionais não conseguem fazer o mesmo. Temos também potencialidades no setor da pesca...enfim, há um conjunto de oportunidades que não estão a ser aproveitadas. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Sim. Acho que ainda não exploramos nem metade daquilo que é suscetível de ser valorizado. Estamos a usufruir de tudo aquilo que existe, mas não de forma plena e sustentável. Podemos, por exemplo, ter excursões com mais conteúdo. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Claro! Está tudo ainda por ser aproveitado. Boa Vista está muito aquém do potencial. Por exemplo, o largo da Santa Isabel neste momento não oferece nenhuma oferta digna e que justifique os turistas saíam dos hotéis para fazer um jantar ou um almoço. (Ent. 6)</i></p> <p><i>Sim, há muita coisa. Temos uma identidade cultural forte, temos muita diversidade de ilha por ilha, um grande património a nível de saberes, tradições que precisam ser conhecidas e valorizadas, para que possa ser um espaço de convivência entre turistas e população local. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Por exemplo, no domínio do artesanato, acredito que temos muito potencial e oportunidades que ainda não estão a ser aproveitadas. Até porque muito do artesanato que se vende não é nacional. No domínio pecuário, é possível produzir, por exemplo queijos para abastecer o mercado turístico. (Ent. 8)</i></p> <p><i>A natureza ainda é inexplorada no país, mas temos boas condições para desenvolvermos atividades de ecoturismo. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Sim, há muitas oportunidades e recursos por valorizar na ilha. O turismo cultural é um campo amplo a ser explorado na ilha, até porque exige poucos recursos financeiros. Exige sim muita inovação. (Ent. 9)</i></p>
--	--	---

	<p><i>O turismo da natureza é também ainda inexplorado. Boa Vista tem inúmeros sítios históricos, paisagísticos, espécies marinhas e terrestres que devem ser potenciadas, mas dentro das normas de conservação. Enfim, muitas espécies que só estão na Boa Vista. Desportos náuticos, aquáticos, pesca desportiva, condições para rappels, escaladas, etc. É preciso que o governo oriente e fomenta o empreendedorismo local, que facilite e que dê garantias ao acesso ao crédito. O Governo tem um conjunto de incentivos para o investimento estrangeiro, mas tal não acontece para o investimento nacional. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Sim, há recursos e muitos. Nomeadamente os desportos náuticos, o turismo de montanha, turismo rural, etc. (Ent. 10)</i></p> <p><i>Aquilo é riquíssimo em objetos de interesse turístico, quer naturais, quer patrimoniais e culturais, de uma maneira geral. O problema é estudar isso e depois “talhá-lo” em direção ao turismo, através de um plano marketing bem elaborado, mas sem estilização cultural. (Ent. 11)</i></p> <p><i>Acho que sim, por exemplo na área cultural, os turistas não conhecem a nossa identidade, não sabem quem somos, não conhecem a nossa história, música, gastronomia, etc. O ecoturismo também. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Com certeza! Há muita coisa que devia e podia ser aproveitada, independentemente do modelo de desenvolvimento turístico da Boa Vista que já é um dado adquirido. Acho que tudo depende da nossa criatividade. A área cultural, o nosso património histórico-cultural, a questão dos naufrágios, enfim. A história da ilha, artesanato, cultura, por exemplo do landú, que praticamente não se vê na ilha, enfim, há muita coisa por valorizar. É preciso organizar eventos que recriem a história e as vivências da ilha. (Ent. 13)</i></p> <p><i>Acho que sim. Por exemplo, temos tantos barcos naufragados na Boa Vista, que poderiam ser valorizados. Boa Vista devia ter um museu do mar. Enfim, toda a história da ilha pode ser melhor valorizada do ponto de vista turístico. (Ent. 14)</i></p>
--	---

		<p><i>Oportunidades de negócios há muitas. Em termos de excursões, só há de moto quad e pick-up. Podemos investir em excursões de bicicleta, jet ski, em excursões culturais, gastronómicas, para que o cliente entenda a cultura local. Portanto, há muito espaço para investir, até para diversificar o produto “sol e praia”. Não podemos viver eternamente somente com esse produto. Podemos investir no produto “saúde e bem-estar” e turismo cultural. Na Boa Vista falta um museu, por exemplo. Os turistas têm que conhecer a história do país e da ilha. (Ent. 15)</i></p>
All-inclusive		<p><i>O all-inclusive é um modelo como vários outros. Tem as suas desvantagens, mas sem ele não estaríamos nesse ponto, com tantos turistas a visitarem o país. Não é o melhor modelo, porque é massificado, mas tem as suas vantagens. O número de empregos criados pelos resorts all-inclusive é muito maior do que as outras tipologias de alojamento. Cabe ao destino, isto é, ao estado e à sociedade, tirar maiores proveitos desse modelo. Há uma teoria generalizada que Cabo Verde não ganha nada com esse tipo de turismo, mas isso não é verdade. Os hotéis recorrem à importação sobretudo por causa da garantia de certificação de qualidade dos produtos e do seu fornecimento regular. (Ent. 1)</i></p> <p><i>É positivo porque trás recursos, que consequentemente são reinvestidos no desenvolvimento de Cabo Verde. Um turista pode vir pela primeira vez em regime all-inclusive, mas passando a conhecer a ilha e notar que fora dos hotéis há condições para vir sem a necessidade de estar enquadrado nesse regime, na próxima viagem não solicita esse regime ao hotel. A grande vantagem desse regime é a segurança. Temos que garantir também a segurança fora dos hotéis. A certificação da qualidade, projeto já em fase de implementação pelo Instituto de Gestão da Qualidade, trará a confiança necessária para o efeito. (Ent. 2)</i></p> <p><i>Acho que inicialmente trouxe seus pontos positivos, mas a ilha é muitos mais que all-inclusive e achamos que é possível desenvolver outras ofertas turística aqui na ilha. (...) desde que sejam bem trabalhadas, na Boa Vista podemos ter alternativas (...), para complementar esse modelo. (Ent. 3)</i></p>

	<p><i>Inclusive defendo que num determinado momento, para um país tão pequeno como Cabo Verde, ausente de um mapa mundial de desenvolvimento do turismo, precisamos entrar no mercado turístico mundial, o que pressupõe uma dimensão mínima. E não seria começar com o turismo alternativo de elevadíssimo valor acrescentado que entrariamos lá, sobretudo porque não tínhamos nenhuma infraestrutura. E criar essas infraestruturas exige investimentos elevados, que por conseguinte têm que ser rentabilizados. Por outro lado é preciso uma dimensão mínima para surgir enquanto destino turístico. Penso que num determinado momento estávamos, de algum modo, condenados a ter um turismo muito mais de massas do que da qualidade. Agora temos de ter a capacidade para, paulatinamente, saber conter a quantidade e investir na qualidade. Portanto, defendo a complementaridade desse tipo de turismo, isto é, investir no turismo de massas nas ilhas do Sal, Boa Vista e Maio, e noutros produtos para outras ilhas. Temos de ser capazes de desviar 20% dos turistas que chegam nessas 3 ilhas e levá-los às outras ilhas, investindo num turismo de maior qualidade para se obter mais rendimentos. (Ent. 4)</i></p> <p><i>O all-inclusive não é uma invenção cabo-verdiana. É uma realidade predominante em praticamente todos os países e destinos turísticos. Na minha perspetiva, o problema não está no all-inclusive. O problema reside na nossa capacidade de ter alternativas a esse sistema, que existe por si só. Temos que desenvolver outros produtos para, paulatinamente, “roubarmos-lhe terreno”. (Ent. 4)</i></p> <p><i>O turismo de all-inclusive foi a escolha porque era preciso montar as bases, era preciso dinheiro rápido, isso tudo...É bom porque o ministério das finanças ganha com isso, temos empregos, etc., mas não permite desenvolver os pequenos operadores turísticos. (Ent. 5)</i></p> <p><i>É modelo que tem aspetos positivos e negativos. Há estudos que afirmam que é positivo...mas não podemos continuar nele até à exaustão. Temos de diversificar. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Não defendemos a eliminação do all-inclusive, até porque não podemos fazer isso, não é sustentável.</i></p>
--	--

		<p><i>Amanhã, se terminamos com o all-inclusive teremos milhares de pessoas no desemprego, empreendimentos a fecharem, menos arrecadação de impostos, então a situação ia complicar ainda mais. Portanto, temos é que tentar adaptar da melhor maneira possível o modelo existente por um modelo mais sustentável, integradora e mais inclusivo. E isso passa muito por ver a ilha da Boa Vista ou as ilhas turísticas, como “ilha resort”. Temos que ver as cidades turísticas como “cidades resort” ou “cidade hotel” ou “cidade museu”. (Ent. 6)</i></p> <p><i>Devemos desmistificar a questão do all-inclusive, no sentido em que, por um lado contribui para o aumento das receitas fiscais, por outro, não deixa de ser uma promoção do destino, pois, são os grandes operadores turísticos que promovem e trazem turistas para cabo verde, depois, podemos tirar benefício desse turismo se tivermos como dar resposta à procura que gera. A nível de produtos agroalimentares, agroindustriais, produtos de pecuário, da pesca, etc. Isto é, se colocarmos novos produtos nessas grandes cadeias hoteleiras, conseguiremos mais retornos. Temos também a questão do emprego: regra geral a média salarial é superior à média praticada nos pequenos estabelecimentos. Portanto, são um conjunto de questões que o modelo all-inclusive proporciona de forma positiva. Mas, aí está, temos que fazer o nosso trabalho de casa, temos que ter oferta, temos que ter alternativas para que os turistas possam sair dos hotéis com esse regime. O que temos que fazer? Temos que melhorar aspetos urbanos das nossas cidades, das nossas vilas, ao nível de acessibilidades é preciso um forte investimento, é preciso melhorar a ligação entre as ilhas, quer aérea quer marítima, para que os produtos das outras ilhas possam chegar ao Sal e à Boa Vista de forma programada e abastecer esses mercados. Temos que investir na qualidade dos nossos restaurantes, cafés, esplanadas e serviços que prestamos fora dos resorts. Portanto, há um conjunto de questões que devemos levar em conta para aproveitar ainda mais esse modelo. É claro que não queremos esse modelo em todas as ilhas. Trata-se de um modelo mais direcionado para o produto “Sol &amp; Mar”, e essas condições são mais propícias no Sal e na Boa Vista. (Ent. 6)</i></p>
--	--	--

	<p><i>Considero-o negativo em termos de impactos ambientais e nas comunidades locais. Não gera os benefícios que precisamos para que possamos ter um desenvolvimento durável. No entanto, compreendo que em determinados momentos políticos do país, esse modelo teve uma importância grande para o crescimento económico do país. Reconheço a sua importância no que toca ao PIB, mas em termos de desenvolvimento local por meio do turismo, este modelo não contribui em nada para minimizar os problemas das comunidades, muito pelo contrário, cria mal-estar, degrada o ambiente, exclui as pessoas que deixam de poder usufruir dos encantos da natureza sobre os quais sempre tiveram acesso, como as praias e recursos naturais, de uma forma geral. E acho que neste momento é preciso voltarmos para um modelo mais solidário, como complemento desse modelo. Acho que devemos deixar os empreendimentos do all-inclusive já existentes seguirem o seu percurso normalmente, mas devemos parar de estimular o surgimento de mais do tipo e começarmos a estimular mais os pequenos projetos que envolvem os atores locais. Mas falo em projetos de qualidade. O turismo solidário pode ser uma grande oportunidade nesse cenário. Mas para tal é preciso prepararmos as pessoas a empreenderem no setor turístico, para que haja qualidade. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Essa cadeia produtiva, fruto do all-inclusive, exclui a população local, de uma ponta à outra. (Ent. 7)</i></p> <p><i>É uma realidade incontornável. Eu pergunto: na Boa Vista que instituições existem para alimentar 1000 ou 2000 pessoas? Não há infraestruturas que possam oferecer serviços a turistas, a não ser os próprios hotéis. E neste momento, nem a nível nacional temos essas condições. Se não fossem os hotéis, com esse regime de tudo incluído, não tínhamos tantos turistas a visitarem o país. Um hotel que funciona com esta modalidade quer ganhar dinheiro mas também penso que quer garantir a segurança na prestação dos seus serviços. Acredito que os hotéis dão melhores condições sanitárias, qualidade, etc. Os nossos produtos não têm certificação de qualidade, o abastecimento não é regular, enfim, são um conjunto de constrangimentos que temos que resolver. Neste momento não temos alternativas. Porque estamos a falar de um turismo de massas. Mas a promoção da</i></p>
--	---

		<p><i>economia social e solidária, ou da economia criativa, só pode ser sustentável se for associado ao mercado de turismo. Mas é necessário um trabalho coordenadora e consertado. Não vejo como os produtores individuais farão um contrato com um grande hotel. Deve haver investimentos em cadeia. Por exemplo, no setor agrícola não devem ser os produtores a venderem os seus produtos. Deve haver empresas de distribuição. (Ent. 8)</i></p> <p><i>O modelo turístico all-inclusive não permite um maior desenvolvimento do país. (Ent. 9)</i></p> <p><i>É preciso realçar que sem esse modelo o nosso turismo não existiria porque não temos outras alternativas. O all-inclusive é importante e não pode terminar agora. É um modelo que existe em todas as partes do mundo. Devemos é criar as condições para que também venham turistas fora desse modelo. (Ent. 10)</i></p> <p><i>Na Boa Vista temos um tipo de turismo caracterizado pelo “tudo incluído” que não beneficia a população ou se traz algum benefício é algo irrisório. (Ent. 11)</i></p> <p><i>Não sei. Não tenho uma opinião formada sobre o assunto. Mas vir já com um pacote pago no próprio país, não sei se é benéfico para nós. Por outro lado, muitos turistas não saem dos hotéis, e quando saem levam as suas merendas. Não sei até que ponto ganhamos com isso, esse sistema é benéfico para nós. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Não é fácil avaliar esse modelo. Acho que tem os seus inputs, tem alguns impactos positivos, mas acho que devíamos apostar em outras formas de turismo, isto é, diferentes ilhas diferentes tipos de turismo. Também devemos analisar a perspectiva do investidor, e o investidor preocupa em primeiro lugar com a segurança do seu investimento. Por exemplo, uma reclamação de um cliente que sai fora do hotel pode ser nefasto para o investidor. Sem o all-inclusive o crescimento não teria sido tão exponencial assim como foi. Mas a estrutura da oferta não está preparada para dar vazão a esse fluxo de turistas. Além disso falta a cultura de competitividade para agregar qualidade aos serviços. (Ent. 13)</i></p>
--	--	---



		<p><i>Por um lado é positivo porque sem esse modelo não tínhamos um aeroporto internacional porque não seria necessário. Por outro não é bom porque está tudo dentro do hotel. Aliás, tenho informações de que os hotéis desencorajam os clientes a não saírem para fora, alegando que é perigoso sair. E quando assim acontece ficam com medo. Mas quando decidem sair, por vezes até os serviços de transporte pertencem aos proprietários dos hotéis. (Ent. 14)</i></p> <p><i>Acho que, assim como nós, todas as cadeias começaram com o “tudo incluído”, não porque os operadores queriam, mas porque o cliente quer que assim seja, para ficar tranquilo. Por outro lado, porquê começamos com “tudo incluído” na Boa Vista? Não há muita coisa por fazer fora do hotel. Este é um problema. Por isso é que digo, se tivermos mais investimentos públicos, requalificar as orlas marítimas, para que hajam restaurantes, supermercados, etc., tenho a certeza que os clientes desse regime vão sair para passear. E isso dar-nos-ia a oportunidade de construir hotéis com as diversas modalidades, e caberia ao cliente tomar a sua decisão. Temos hotéis que funcionam sem o tudo incluído. Mas esse é um modelo que é exigido pelo cliente. Nós aqui temos esse modelo por falta de opções fora do hotel. Repara, quando os hóspedes vão fazer excursões, para nós representam uma poupança. Prefiro que saiam, para que regressem contentes, porque vão para os seus países e regressam no ano seguinte. Mas se saiam e não gostam da experiência, claro que não vão voltar. (Ent. 15)</i></p>
<p>Envolvimento da população</p>		<p><i>Temos um Conselho Nacional do Turismo que infelizmente não tem estado operacional nos últimos anos. Nesse Conselho, a sociedade civil é representada pela Plataforma das ONG. Porém, reconheço que a participação da sociedade civil não é representativa. No entanto, reunir com todos os representantes da sociedade civil é difícil. Na minha opinião a população local não tem sido devidamente envolvida no planeamento do turismo, pois, temos direções regionais, com sede em Sal e São Vicente, temos contactos com as Câmaras Municipais, mas não há um mecanismo instituído de ligação direta com as comunidades. (Ent. 1)</i></p>

	<p><i>A população não é envolvida mas também ela própria se posiciona à margem. Diria que são as duas coisas. É notório também que não temos a capacidade de acompanhar o crescimento do turismo, sobretudo porque não dispomos de recursos financeiros para investir. Falta incentivos para que tenhamos mais empreendedores nacionais no turismo. (Ent. 5)</i></p> <p><i>A produção nacional não chega em maior quantidade ao mercado turístico devido a conjunto de fragilidades que enfrentamos, designadamente a falta de certificação de qualidade, incapacidade associativa entre produtores, etc. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Nem preciso deixar-lhe terminar a pergunta! Nem um pouco. Muito pelo contrário, a população local tem sido ostensivamente marginalizada. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Sim. Em Cabo Verde não podemos dizer que não há envolvimento. Nós aqui, por exemplo, recebemos inúmeras solicitações para contribuição na conceção de políticas. Mas a nossa capacidade de resposta é reduzida. A população é consultada de várias formas. (Ent. 8)</i></p> <p><i>Sobre isso não tenho dúvida. No dia que a população for auscultada em todas as matérias de planificação e implementação das políticas e projetos ela própria passará a encará-la de melhor forma. (Ent. 9)</i></p> <p><i>A população deve ser envolvida deve-lhe ser dada ferramentas para que possa criar negócios em torno da atividade e retirar daí benefícios económicos. (Ent. 9)</i></p> <p><i>(...) A primeira questão que se coloca é o envolvimento da população local no desenvolvimento da ilha da Boa Vista. Verificamos um certo distanciamento da população. (Ent. 10)</i></p> <p><i>Nem por isso. Essa é uma das falhas mais gritantes desse processo. A divulgação dos projetos e das políticas é deficiente. É preciso motivar a população para que ela participe. Para tal também contribui a desarticulação entre os poderes central e local. Cada um “puxa” pelo seu lado e a população sai prejudicada. (Ent. 10)</i></p>
--	--

		<p><i>Não, não, não, a população está à margem, mas não só na Boa Vista. Não é solicitado a participar (...) e alguns mais corajosos que arriscam a investir no setor turístico, saem desgostosos (...) (Ent. 11)</i></p> <p><i>Acho que a população não é envolvida no planeamento turístico. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Acho que não existe planeamento, por isso não pode haver envolvimento da sociedade. Quem tem poder de decisão tem passado por cima. A população está à margem. Podemos falar de impactos positivos ao nível do emprego, mas o emprego criado é sobretudo emprego precário, com a exploração da mão-de-obra. A participação de pessoas no que toca a negócio é também mínima. Quase toda atividade económica é controlada por grandes operadores. As poucas atividades adjacentes não controladas por estes são controladas por pequenos empresários ligados a estes. A população não é tida nem achada nesse processo, e falta vontade política para tal. (Ent. 13)</i></p> <p><i>Acho que sim. Tentamos que o nosso trabalho tenham também impacto exterior. Para mim é importante que os turistas fiquem satisfeitos com o hotel, mas também que fiquem satisfeitos com a ilha toda. Afinal, o turismo é feito de pessoas que repetem as viagens. (Ent. 15)</i></p>
Impactos	Positivos	<p><i>Do lado positivo, destaca-se o número de empregos criados, a contribuição para o PIB, infraestruturação do país, etc. (Ent. 1)</i></p> <p><i>Mas não obstante esses constrangimentos, a ilha da Boa Vista é um pólo importantíssimo do turismo nacional. Os recursos que entram no país através do turismo que se regista na ilha são muito relevantes. Do ponto de vista social também há muitos ganhos para a ilha. São exemplo os produtos de artesanato que vendem mais, restaurantes, serviços de transportes, enfim, as pessoas têm mais oportunidades de desenvolverem os seus negócios. (Ent. 2)</i></p> <p><i>A ilha saiu do anonimato, abriu ao mundo, e temos que reconhecer o volume de investimentos, números de postos de trabalho criados, embora temos a questão do emprego qualificado ou não, que merece discussão. (Ent. 3)</i></p>

		<p><i>Em Cabo Verde, o turismo tem sido e continuará a ser o motor de desenvolvimento da economia do país. Sem o turismo, o impacto que sofremos com a crise seria de longe maior do que aquilo que tivemos. Há quem diga que o turismo, de forma direta ou indireta, contribui com quase metade do PIB do país. Portanto, não é uma atividade que se possa descurar. Trata-se de um setor que amplia o nosso mercado de produção que é pequeno. Uma outra vantagem é o emprego que gera. O turismo gera um número considerável de empregos diretos e indiretos. Por essa via é facilitada a repartição dos rendimentos que são gerados no país. A seguir vêm as receitas públicas. Anualmente, através dos impostos cobrados, são arrecadados milhões e milhões de contos através do turismo. Essas receitas servem para financiar nomeadamente as infraestruturas que temos vindo a construir mas também a política social nos diversos setores como a educação, saúde, etc. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Na minha perceção, o turismo trouxe muitas coisas boas, desde logo porque nos mostra as nossas fragilidades. A maior parte das pessoas empregadas da ilha estão no setor turístico, enfim, contribuiu para elevar o nível dos serviços prestados, etc. No entanto é preciso reforçar esse trabalho. É preciso sensibilizar as pessoas da Boa Vista para a importância do turismo. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Positivos: um importante impacto económico, impacto cultural - porque conhecemos outras culturas -, impacto tecnológico, construção de infraestruturas. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Do lado positivo temos claramente os impactos económicos, já que, boa percentagem do PIB nacional advém do turismo. Portanto é inegável a sua contribuição económica. Temos também algumas pessoas que conseguiram criar negócios no setor turístico, designadamente relacionado com os transportes, restauração, produção agrícola, etc. Mas não no nível que era expetável. (Ent. 9)</i></p> <p><i>O principal impacto positivo é o número de empregos diretos criados. (Ent. 10)</i></p>
--	--	---

		<p><i>Mais entrada de divisas, aumento da oferta de emprego, embora não sendo uma mão-de-obra qualificada há muitos postos de trabalho, mais investimentos, mais negócios, etc. (Ent. 12)</i></p> <p><i>A criação de empregos, embora a maioria é mal paga e os contratos são precários, intercâmbios entre povos e culturas diferentes, etc. (Ent. 14)</i></p> <p><i>O grande impacto positivo é o desenvolvimento desta ilha. Quase 100% do PIB desta ilha deriva do turismo. Surgimento de mais negócios, a criação de emprego, etc. (Ent. 15)</i></p>
	Negativos	<p><i>Em termos negativos, temos os impactos ambientais, nomeadamente a produção de mais resíduos, maior consumo de recursos não renováveis. Em termos sociais, temos um fosso social maior, sobretudo na Boa Vista, onde temos uma franja de população que habita em bairros marginais, que não tem acesso a todas as condições mínimas para alojamentos, no entanto, temos logo ao lado uns “monstros”, uns “elefantes brancos”, com turistas, maioritariamente da raça branca, o que pode criar um sentimento de hostilidade ao turismo. Esse sentimento de indignação é justo, na minha opinião. Mas, o turismo não é um setor maligno, não cria esse fosso social. O que a cria é a sua falta de planeamento. (Ent. 1)</i></p> <p><i>(...) mas claro que há pontos negativos, nomeadamente todos esses setores que já apresentei, que deviam desenvolver ao lado turismo, a questão das receitas que são gerados aqui e que devia reverter para o desenvolvimento da ilha (...) para garantir que haja um turismo de qualidade e que a população saia a ganhar. (Ent. 3)</i></p> <p><i>No entanto há muitos impactos negativos. O maior que identifico é, digamos, uma ideia que o turista pode passar à população, sobretudo a população mais jovem, de que a vida é só lazer. Pois, o turista vem cá passar 1 ou 2 semanas depois de um ano de muito trabalho. Porém, muitos vêem o turista e pensam que essa é o seu modo de vida habitual, o que cria um imaginário de que a vida é fácil. Isso tem um impacto sob o comportamento do nacional, o que pode estar a contribuir para alguma insegurança que existe no país. (Ent. 4)</i></p>

	<p><i>Em termos de impactos negativos, podemos de falar de alguma pressão sobre o ambiente, as excursões nas dunas na Boa Vista. Do ponto de vista social temos algumas questões preocupantes, por exemplo a venda de estupefacientes, prostituição feminina e masculina, doenças sexualmente transmissíveis, crescimento exponencial de população que causa pressão social acrescida e que tem impacto noutras dimensões como o ordenamento do território, a saúde, surgimento de construções clandestinas, etc. (Ent. 6)</i></p> <p><i>Negativo: o turismo tem tido um reverso que não é bom porque esse impacto económico não chega a todos. Fica nas mãos de um pequeno grupo. A nível cultural também podemos falar da perda da nossa identidade. Em termos ambientais há impactos negativos, basta olharmos para a produção de lixo por exemplo, degradação das praias por causas das construções, pressão sobre os recursos naturais é maior, etc. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Do lado negativo, podemos falar de uma má relação entre o turista e próprio nacional. Vivemos em dois mundos distintos. Não há uma boa integração e uma sã harmonia e convivência entre o promotor do destino, o turista que visita a ilha e o povo que pode oferecer algo ao turista. É preciso que haja um bom entendimento entre todos. Por exemplo, temos alguns diretores de hotéis que receiam visitar a cidade de sal-rei que nem se quer é um local violento. Não a frequentam porque a relação com a sociedade, e por vezes com certos funcionários, não é boa. (Ent. 9)</i></p> <p><i>O turismo tem trazido muitos problemas para a ilha, nomeadamente em termos das drogas, de prostituição, especulação imobiliária/fundiária, etc. Tudo isso tem trazido algum desequilíbrio social. (Ent. 10)</i></p> <p><i>Em termos negativos temos a prostituição, isto é, o turismo sexual, tráfico e consumo de drogas, que põem a nu o problema de fiscalização. (Ent. 10)</i></p> <p><i>A procura de drogas por parte de turistas que vêm com a ideia e informações de que aqui é fácil o acesso às drogas; turismo sexual...temos turistas que também vêm para esse fim. Inclusive há relatos de</i></p>
--	---

		<p><i>envolvimento de menores visados no turismo sexual. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Mas também tem o seu lado negativo, nomeadamente o aumento da criminalidade, dos resíduos, etc. (Ent. 14)</i></p> <p><i>Pelo lado negativo destaco a produção de resíduos. Alguns pequenos operadores também reclamam que não conseguem tirar proveito do turismo, nalguns casos com razão. Mas isso acontece aqui ou em qualquer parte do mundo. Quando cheguei aqui 100% dos produtos eram adquiridos em fornecedores internacionais, mas hoje são 80%. E poderíamos comprar mais localmente, mas falta maior capacidade de produção local. Para além disso, falta um porto em condições, um aeroporto que funcione 24h por dia, facilitar o acesso ao crédito aos nacionais. Nós se pudéssemos comprávamos todos os produtos localmente, porque a importação tem custos elevados. (Ent. 15)</i></p>
Benefícios para população		<p><i>Claro. Mas é possível beneficiarem mais. Para tal é preciso que a população tenha uma participação mais ativa e reivindicativa. Ou seja, deixar de depender exclusivamente das estruturas sociais. (Ent. 2)</i></p> <p><i>Tem trazido benefícios, claro, com o turismo a ilha passou a ser visto com outros olhos, houve grandes investimentos (...) mas acho que os setores chaves não acompanharam esse crescimento, nomeadamente a saúde, educação e acessibilidades (Ent. 3)</i></p> <p><i>Tem, obviamente. Basta vermos que a população da Boa Vista mais que duplicou nos últimos anos, quando a tendência era para diminuir. Esse crescimento populacional surgiu pela via da imigração, e se as pessoas vieram de outras paragens é porque aqui havia oportunidades que não tinham nas suas origens. Mais emprego, mais dinâmica económica, mais recursos para as autoridades públicas, nomeadamente a Câmara Municipal, que com isso financiou projetos públicos e desenvolver a sua política social. No caso da Boa Vista, concretamente, o benefício do turismo chega a toda a população, embora não de igual proporção. Por exemplo, muitos agricultores que exploravam os seus terrenos venderam-nos por um preço que se calhar nunca imaginariam. (Ent. 4)</i></p>

	<p><i>Sim, a população beneficia, mesmo que seja indiretamente. De todo modo, o benefício podia ser mais direto e mais visível. Por outro lado, devia ser feito mais para que os residentes locais, particularmente da Boa Vista, pudessem sentir que os benefícios estão a ser revertidos para o desenvolvimento da ilha, embora esse benefício chegue tardiamente. (Ent. 5)</i></p> <p><i>De forma direta e indireta a população tem beneficiado dos investimentos que tem sido feitos pelo governo no âmbito do processo de desenvolvimento turístico. (Ent. 6)</i></p> <p><i>Não. As ilhas que registaram investimentos turísticos, como Sal e Boa Vista, não têm beneficiado, exceto algumas pessoas que vendem produtos de artesanato. Mas 99% deles não são cabo-verdianos. Portanto, não tem benefícios diretos. Essa cadeia produtiva, fruto do all-inclusive, exclui a população local, de uma ponta à outra. Às vezes essa exclusão é intencional e outras vezes são as próprias pessoas que não estão preparadas para tirar o benefício desse turismo. Elas têm que ser formadas e preparadas para o efeito. (Ent. 7)</i></p> <p><i>De uma forma ou de outra todos temos beneficiado. Mas queremos mais. Esse benefício ainda é insuficiente. (Ent. 8)</i></p> <p><i>Mas hoje se perguntarmos se na Boa Vista se isso acontece, praticamente a maior parte dirá que não sente os benefícios do turismo. Aliás, há uma célebre frase que um senhor da ilha disse: “do turismo sentimos só o perfume”. Isto espelha claramente o que é o turismo na ilha da Boa Vista ou um pouco pelo país. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Se analisarmos bem o país, notamos que a nível macro Cabo Verde não dispõe de políticas para a proteção de nenhuma atividade. Por exemplo, as excursões podiam ser desenvolvidas exclusivamente pelos nacionais, pois, os locais conhecem melhor do que ninguém a sua história, cultura, tradições, etc. Mas infelizmente não temos o domínio das línguas estrangeiras. E os que dominam razoavelmente a língua não o conseguem fazer porque tudo é</i></p>
--	---



	<p><i>controlado por operadores estrangeiros. Podíamos ter observação das espécies endêmicas feita pelos próprios locais, porque se ainda existem é porque eles os preservaram. Então são atividades que deveriam ter impacto direto nas comunidades, mas isso não acontece. E quando assim é, a população sente que não beneficia em nada com o turismo. Por outro lado, por exemplo, as pessoas são fotografados pelos turistas sem as suas devidas permissão, o que constitui um desrespeito. Na minha opinião as autoridades nacionais e locais não têm cumprido o seu papel na íntegra no que toca à preservação e à criação de pontes entre os turistas e os locais, que são as pessoas indicadas para avaliarem o turismo. Aliás, é por isso que não temos um turismo cultural bem desenvolvido, com tanto por valorizar. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Indiretamente sim. Pois através dos cofres de estado que arrecada impostos, parte dessas verbas retornam através dos investimentos públicos que são feitos. Mas o impacto direto é muito pouco. Lá está, o all-inclusive é uma modalidade turística que deixa muito pouco no destino. Mas mesmo assim se houver um trabalho articulado, para que as pessoas se organizem e tenham coragem e condições de investir com qualidade, as coisas podem melhorar. Mas para já não há garantias de retorno do investimento. Os operadores turísticos não estão interessados em abrir para o exterior. Mas com a redução do fluxo turístico os operadores são obrigados a abrirem ao exterior para poderem oferecer algo de novo. Aí podem surgir oportunidades, sobretudo no turismo cultural, porque não ameaça as excursões dos hotéis, não ameaça os restaurantes dos hotéis, etc. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Temos povoações muito frequentadas por turistas diariamente. Mas quando questionamos quais os proveitos para a população, verificamos que é nada. Mas aí a própria população tem a sua responsabilidade, pois deve fazer mais para atrair os turistas. Ou seja, criar condições para que as nossas atividades, produtos e serviços sejam inseridos no pacote que o turista compra antecipadamente. Falo em concreto das nossas manifestações culturais, como as danças, a música, romarias, etc. (Ent. 10)</i></p> <p><i>Quando foi implementado o turismo, na Boa Vista por exemplo, não foram criadas as condições de modo a</i></p>
--	---

		<p><i>que houvesse empregadores locais, infraestruturas locais, houvesse gente formada no turismo, de modo a tirar proveito do turismo, por iniciativa própria. (Ent. 11)</i></p> <p><i>A conclusão é que se tem tirado, o benefício é insignificante (...) (Ent. 11)</i></p> <p><i>Temos aqui grupos estrangeiros especializados que conseguem dominar os serviços adjacentes ao setor turístico. Outra coisa é a parte do acesso ao financiamento que constitui grande obstáculo, e o suporte institucional que falta. Há já um esforço do estado mas a parte financeira dificulta muito. (Ent. 13)</i></p> <p><i>Acho que há benefícios, mas podia ser muito mais e de forma mais sustentada. Com mais know-how, mais formação e direcionamento podia ser melhor. Uma forma de tentar fazer isso era envolver a população e sociedade civil, ou então mostrar abertura para o efeito. A gestão pública do turismo é um pouco fechada para sociedade civil. (Ent. 13)</i></p> <p><i>Sim, tem beneficiado mas é muito residual. Por exemplo, criaram-se muitos postos de trabalho mas no geral esse emprego é precário. (Ent. 14)</i></p> <p><i>Tem! Mas os benefícios poderiam ser maiores. Mas claro que tem. Beneficiamos todos com o turismo. (Ent. 15)</i></p>
<p>Incidências Emp. Social no turismo</p>		<p><i>Há algumas, por exemplo o trabalho que é feito na comunidade dos Rebelados. Sei também do projeto do Atelier Mar em Santo Antão. (Ent. 1)</i></p> <p><i>Não. (Ent. 3)</i></p> <p><i>Pode até haver, eventualmente noutras ilhas, mas na Boa Vista não. (Ent. 5)</i></p>
<p>Pertinência Emp. Social no turismo</p>		<p><i>Evidentemente que sim! (Ent. 1)</i></p> <p><i>Só a prática dirá. O facto é que cada vez mais turistas que visitam uma comunidade haverá aumento de recursos e desenvolvimento social. (Ent. 2)</i></p> <p><i>Sim, acho que sim, acho que isso está muito relacionado com o conceito de responsabilidade</i></p>

		<p><i>social. É algo que temos defendido, as empresas devem ter responsabilidade social, quando é negociado projetos de investimentos devem também ser negociados responsabilidade social das empresas, ou seja, associado ao turismo devem ter sempre preocupação de resolução de problemas. Ou seja quem vem investir tem o dever de contribuir socialmente. (Ent. 3)</i></p> <p><i>O turismo é seguramente das atividades económicas onde o empreendedorismo social pode e dever ter maior impacto, pela natureza do turismo em si. Sobretudo quando temos uma preocupação com o turismo sustentável, que obrigatoriamente leva em conta os aspetos sociais, culturais e ambientais. O empreendedorismo social é fundamental, na minha perspectiva, para fazer com que o turista, ao chegar num determinado destino, encontre a autenticidade desse país, que possa estar no seio da população local e pelo conhecer a forma como o autóctone vive. Para minimizar os impactos negativos do turismo (...) Para que a população tire o maior proveito económico do turismo. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Dependerá das pessoas que aderirem à causa. E o que sinto é que na Boa Vista não há muitas pessoas com vontade de aderirem a causas coletivas. Mesmo as associações que consideramos ser mais dinâmicas na Boa Vista, as suas taxas de adesão são baixas. O empreendedorismo social pode ser uma solução possível para os problemas sociais mas é preciso sensibilizar as pessoas para a sua pertinência. Por outro lado, o empreendedorismo social não é sinónimo de se ter uma associação de cariz social. Então pode ser que haja maior empenho, mais parceiros, enfim...pode ser que sim. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Sim, o setor turístico é fértil e recomendamos. Mas sem tirar o ónus que o Estado deve ter no setor social. (Ent. 6)</i></p> <p><i>Tem potencial para ser bem-sucedida. Falta, ainda, criar as condições devem ser criadas. Formação, legislação específica, serviços de apoio (marketing...identificação de produtos, design). (Ent. 7)</i></p>
--	--	--

	<p><i>Para mim não podemos confundir as coisas. Uma organização sem finalidades lucrativas, se for se envolver em negócios, normalmente não é bem-sucedida. Prova disso é que todas as associações comunitárias que investiram em atividades lucrativas não foram bem-sucedidas. Regra geral, a experiência tem mostrado que uma entidade criado com vocação social normalmente não é bem-sucedida em negócio. Mas a minha opinião vale a o que vale. Provavelmente é preciso estudos para saber porquê não foram. Acredito que numa comunidade em que a população local apoia e acarinha um iniciativa empreendedora pode ter sucesso, mas não deve a própria associação dona e gestora do negócio. Primeiro porque infelizmente temos um problema de prestação de contas. Se formos analisar as associações, regra geral as associações funcionam mal, com problemas de governança. E isso não é um bom indicador para serem gestoras...mas podem ser promotoras. (Ent. 8)</i></p> <p><i>Sobretudo no setor turístico. O turismo é uma grande oportunidade. (Ent. 8)</i></p> <p><i>Acho que sim, particularmente na Boa Vista. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Acho que sim. (Ent. 10)</i></p> <p><i>Acho que sim. Porque é uma forma de resolver questões a nível local, sem necessidade de intervenção de governo central, também para a emancipação e desenvolvimento de pessoas. Também é uma forma de aumentar o rendimento familiar, contribuir para a economia da ilha e do país. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Acho que é muito pertinente. No processo de negociação de projetos de investimentos, seria importante inserir esse conceito, por exemplo. Exigir alguma responsabilidade social das empresas, para promover, apoiar, financiar, criar parcerias e incentivar esse tipo de iniciativas. Com efeito, seriam oportunidades que iriam surgir, designadamente para a criação de emprego, promoção de solidariedade, proteção ambiental (...). Portanto, acho que seria muito positivo. (Ent. 13)</i></p> <p><i>Sim, acho que sim. (Ent. 14)</i></p> <p><i>Sim. (Ent. 15)</i></p>
--	---

### ANEXO III – Análise do conteúdo das entrevistas: Nível Micro

NÍVEL MICRO – ANÁLISE DAS OTS		
Categoria	Subcategoria	Segmento
Capital social	Articulação e confiança entre agentes	<p><i>Podia ser muito melhor. Mas esse é um problema que não acontece só com o setor turístico. É transversal a todos os setores. Todos os diagnósticos feitos sobre Cabo Verde apontam para a deficiente coordenação a todos os níveis, inclusive interministerial. Mas há sinais de melhoria, até porque não há outro caminho possível que não seja trabalharmos em conjunto. (Ent. 1)</i></p> <p><i>Uma dificuldade gritante que o setor público nacional sente é a questão de definição e articulação de políticas integradas. Às vezes há duplicação de funções e esforços. (Ent. 2)</i></p> <p><i>O diálogo e os procedimentos com a sociedade civil tem vindo a registar melhorarias. Hoje, por exemplo, é comum encontrarmos anúncios de concursos para o financiamento de atividades e iniciativas da sociedade civil, na perspetiva de melhorar a participação da sociedade civil. (Ent. 2)</i></p> <p><i>Estão a ser implementadas algumas respostas, lideradas por várias instituições, mas não há integração entre elas. (Ent. 5)</i></p> <p><i>(articulação entre agentes) Não, na prática acho que não há. (Ent. 5)</i></p> <p><i>A articulação existe mas é deficitária. Pode ser feito muito mais e melhor. (Ent. 6)</i></p> <p><i>Claro que não tem havido articulação. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Em todos os setores há falta de coordenação. (Ent. 8)</i></p>
	Participação cívica e associativa dos cidadãos	<p><i>Quando penso no empreendedorismo social associado ao turismo, a primeira ideia que me surge é o turismo de base comunitário. Mas esse tipo de turismo só funciona com o associativismo, aspeto que está em crise em Cabo Verde. O turismo comunitário é um dos setores cujo potencial na Boa Vista é grande porque aí a população sentiria dona e beneficiada do produto turístico. (Ent. 1)</i></p> <p><i>(...) mas na Boa Vista a sociedade civil tem agido de forma isolada (...) (Ent. 2)</i></p>

	<p><i>Em Cabo Verde, no geral, notamos que a fase de passividade social já foi vencida. A sociedade civil está ganhar dinamismo e autonomia interventiva. E a participação da população faz com que o país cresça. Portanto, a maior consciencialização cívica da sociedade merece destaque positivo. Na Boa Vista, no entanto, a participação social é fraca, não obstante as denúncias de problemas sociais vivenciadas na ilha, designadamente as condições laborais deploradas, défice habitacional, etc. Uma ilha como a Boa Vista, com pendor turístico, só começa a se desenvolver quando as pessoas e a sociedade civil começarem a desenvolver iniciativas e arrastar consigo as estruturas governamentais. (Ent. 2)</i></p> <p><i>Boa Vista é uma ilha conhecida por ser fraca em termos de associativismo. Temos neste momento alguns projetos para apoiar e incentivar o associativismo. (Ent. 3)</i></p> <p><i>Se olharmos para os dados estatísticos, Boa Vista é das ilhas com menores índices de pobreza, menores taxas de desemprego, etc., ou seja, à partida sugere que Boa Vista não é das ilhas com maiores problemas sociais. Mas na prática, a perceção que tenho é que há ainda enormes problemas sociais na ilha, sobretudo problemas que tem a ver com a atitude e comportamento das pessoas. Há um défice daquilo que se designa por exercício de cidadania, o que causa implicações em termos sociais e da sustentabilidade das políticas públicas que se implementam na ilha. (Ent. 4)</i></p> <p><i>É fraca. Na Boa Vista há poucas associações de desenvolvimento local. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Temos um défice de liderança e participação nas associações. (Ent. 5)</i></p> <p><i>O que sinto é que na Boa Vista não há muitas pessoas com vontade de aderirem a causas coletivas. Mesmo as associações que consideramos ser mais dinâmicas na Boa Vista, as suas taxas de adesão são baixas. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Os representantes da sociedade civil são sempre convidados a intervirem. Mas essa participação não é efetiva, porque a capacidade de resposta é fraca. A nossa sociedade ainda não tem todas as ferramentas que lhe permite participar de forma consciente, responsável, eficaz e eficiente. Portanto, há défice de participação da população. Temos que rever o nosso mecanismo de promover a participação da sociedade</i></p>
--	--

		<p><i>civil. Para muitas entidades de decisão, interessa-lhes dizer que houve a participação de x pessoas. Nós, a sociedade civil, não podemos, no entanto, dizer que não nos é dado a oportunidade de pronunciar. A sociedade civil precisa ganhar capacidade técnica para a crítica. A participação não é uma dádiva mas um direito. Neste momento, temos o setores privado e público num patamar mais acima do que a sociedade civil. (Ent. 8)</i></p> <p><i>Tenho assistido à apresentação de muitos documentos políticos e estratégicos na Boa Vista. Mas apenas uma ínfima parte da população local costuma assistir e discutir esses documentos. E isso não é responsabilidade só das entidades estatais, porque com uma sociedade esclarecida, interessada e instruída isso não teria lugar. Por outro lado, a forma de socialização desses documentos deveria ser outra, os técnicos deveriam deslocar in loco para reunir com as comunidades. (Ent. 9)</i></p> <p><i>A nossa população espera para que tudo lhe chegue às mãos. Não temos espírito de criatividade e iniciativa própria para participar no desenvolvimento da ilha. Mas há outro fator importante, o poder local não ajuda. Se o poder local contribuisse de forma efetiva para despertar esse interesse na população, certamente essa contribuição seria maior. (Ent. 10)</i></p> <p><i>É baixa, sobretudo em comparação com outras ilhas, é quase inexistente. Já há um movimento nesse sentido, mas ainda é fraca. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Acho que os boa-vistenses deveriam ser mais reivindicativos, pró-ativos e interventivos. Se nos unirmos e sairmos no terreno, a ilha desenvolverá. Precisamos ativar a nossa cidadania, porque é o nosso bem-estar que está em causa. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Acho que a falta de capacidade interventiva da sociedade civil é uma situação gritante que temos em Cabo Verde. Primeiro temos uma impreparação de pessoas, a nível de recursos humanos e know-how. (Ent. 13)</i></p>
	Dinâmica interventiva das OTS	<p><i>Mas convenhamos que atualmente a sociedade civil é mais crítica, mais instruída e tem melhor capacidade de intervenção face a anos anteriores. A nossa experiência nos diz que as estruturas governamentais não têm conseguido responder às solicitações da sociedade civil, e muitas vezes por limitações de recursos. Hoje temos uma sociedade,</i></p>

	<p><i>associações e ONG com capacidade de identificar os seus problemas, embora essa dinâmica seja mais sentida em algumas ilhas ou concelhos do que outros. Há ilhas, onde se incluem a Boa Vista, em que a reivindicação é muita, mas o nível de materialização de projetos é baixa. Temos estruturas descentralizadas em todas as ilhas. Mas na Boa Vista a sociedade civil tem agido de forma isolada, ou então são associações empresariais que assumem a vanguarda das iniciativas, e não as associações sem finalidades lucrativas. (Ent. 2)</i></p> <p><i>Acho que é baixa. (Ent. 3)</i></p> <p><i>Muito fraca. O sentimento que tenho é que Boa Vista não é uma ilha onde o associativismo se desenvolve com facilidade. O desporto é o setor onde o associativismo é mais desenvolvido. Já há sinais na área cultural, pelo menos a nível do surgimento de associações, mas ainda não sinto as suas dinâmicas. Quanto às associações de desenvolvimento, conheço uma que é dinâmica e deve ser incentivada e tida como modelo aqui na Boa Vista mas de um modo geral, o desenvolvimento das comunidades é muito ténue. Mas isso tem a ver com a forma como as pessoas veem o associativismo. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Temos um défice de liderança e participação nas associações. Tudo isso leva a que as associações não funcionem na prática. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Estamos num período de viragem. Dos anos 90 a princípios de 2000 houve um grande boom de associações, mas a maior parte delas surgiu em abordagens top down, em que a própria cooperação internacional exigia a existência de associações locais que pudessem suportar a implementação de determinados projetos que iriam financiar. Nesse momento estamos em viragem porque como as ajudas externas para esse tipo de projeto diminuíram, as associações criadas apenas com a finalidade de absorver esses recursos estão a desaparecer. As associações que ainda estão em ativo são aquelas que têm efetivamente identidade e objetivos próprios, não obstante a escassez de recursos. Portanto, este é, para mim, um bom momento para o associativismo começar a redescobrir, e a economia social pode ser um bom nicho de atuação. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Mas a maior parte das associações assimilaram as suas funções estritamente à execução de obras públicas, ou seja são uma espécie de empreiteiros. Não estão enraizados nas</i></p>
--	--



	<p><i>suas comunidades, não estão preocupadas com as suas capacidades, representatividade, etc. Portanto, os princípios que deviam nortear a criação de associações de sociedade civil ficaram esquecidas, nalguns casos. (Ent. 7)</i></p> <p><i>O nosso maior potencial é a dimensão de solidariedade que é bem desenvolvida. Em termos de competências, sabemos lidar muito bem no âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social, sabemos articular bem com as comunidades aos quais pertencemos, isto é, temos um conhecimento amplo das nossas gentes, também estamos bem capacitados em técnicas de gestão e governação. Porém, falta-nos capacidade para identificar possíveis atividades económicas ligadas ao turismo que possam ser valorizadas e potenciadas dentro das comunidades, isto é, o que há em cada comunidade que possa ser transformada em negócio. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Infelizmente temos um problema de prestação de contas. Se formos analisar as associações, regra geral as associações funcionam mal, com problemas de governança. (Ent. 8)</i></p> <p><i>Acho que ainda não. Temos pessoas com conhecimento, temos associações com alguma prática e boas experiências, mas no geral não há associações que funcionem deveras como uma associação. Você, por exemplo, pode criar uma associação na Boa Vista, domina muito bem, do ponto de vista teórico-concetual, a questão da economia social e solidária, passa ano inteiro a nos falar disso, em nome da associação, mas provavelmente a associação é você, uma pessoa. Não há apropriação da associação por parte da sociedade. Pois, regra geral, as associações funcionam de forma errada. Por outro lado as associações não funcionam de forma profissionalizada. A prestação de contas é um dos domínios com maior défice. A estrutura que as nossas organizações têm hoje provavelmente ainda não foram adaptadas à realidade cabo-verdiana. Provavelmente é preciso renovar o modelo associativo nacional, porque este não tem funcionado na prática. Tudo isso está também relacionado com o défice de liderança. Elaboração e gestão de projetos é também um ponto fraco. Mas quando não há organização...Apesar de tudo a dinâmica social do país tem sido relevante, e as associações têm contribuído enormemente para a luta contra a pobreza. Em termos de quantidade de associações não estamos mal, mas é preciso investir mais na qualidade. Na ilha da Boa Vista praticamente não existem associações. A ilha precisa de incentivos à promoção do associativismo. Parece-me que</i></p>
--	---

		<p><i>nessa ilha funcionam melhor as associações desportivas. Mas associações comunitárias de base não. (Ent. 8)</i></p> <p><i>Em 2010, última vez que fui à Boa Vista, não havia dinâmica associativa. Mesmo assim reivindicavam por mais emprego. (Ent. 11)</i></p> <p><i>Acho que não. Ainda falta muita coisa. (Ent. 12)</i></p> <p><i>Acho que a nível comunitário, ainda é pouco desenvolvida. Um outro movimento que já começou esse trabalho mas ainda falta muito. A área com mais recursos na ilha é a ambiental e ecológica, talvez porque há mais meios de financiamento na ilha. Mas a nível humanitário falta incentivos. (Ent. 12)</i></p>
	<p>Capacidade em mobilizar recursos</p>	<p><i>Normalmente muitos dos concursos de financiamento não financiam a totalidade dos orçamentos dos projetos, e falta capacidade a muitas associações para buscarem a restante parte de recursos. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Nesse momento estamos em viragem porque como as ajudas externas para esse tipo de projeto diminuíram, as associações criadas apenas com a finalidade de absorver esses recursos estão a desaparecer. (Ent. 7)</i></p> <p><i>O que constato é que ainda funcionamos mais na ótica do assistencialismo, o que limita a nossa capacidade de empreender socialmente. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Sei também que há ONG que criam parcerias com organizações estrangeiras para conseguirem financiamentos. (Ent. 9)</i></p>
<p>Capital humano</p>		<p><i>O forte de Cabo Verde são os seus recursos humanos, e Boa Vista não foge à regra. Cabo Verde foi construído como um país inviolável, e hoje, com o nível de instrução dos cabo-verdianos, sobretudo dos jovens, é relativamente elevado. Temos recursos humanos capacitados mas é preciso fomentar o desenvolvimento da economia local. (Ent. 2)</i></p> <p><i>Algumas associações estão mas são muito poucas. (Ent. 3)</i></p> <p><i>Muito poucas estão. Algumas estão minimamente capacidades, porque nesse domínio estar capacitado não significa ter todos os recursos internos mas ter também uma rede de conhecimentos, contactos, relações, parcerias. Normalmente muitos dos concursos de financiamento não</i></p>

	<p><i>financiam a totalidade dos orçamentos dos projetos, e falta capacidade a muitas associações para buscarem a restante parte de recursos. Depois, são fichas de projeto complexas, que exigem competências diversas. Para além da liderança, a avaliação de impacto dos projetos é um grande ponto fraco das nossas associações. No domínio das línguas tivemos algumas melhorias porque houve alguma profissionalização das associações. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Não. Depois há falta de associações por setores de atividades, designadamente associação de produtores locais. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Temos um défice de liderança e participação nas associações. Tudo isso leva a que as associações não funcionem na prática. Quando não há líderes comunitários a implementação de qualquer política fica difícil. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Regra geral o maior défice das associações prende-se com os recursos humanos. Trabalhar em associações sem finalidades lucrativas exige pessoas disponíveis. As associações não têm estruturas profissionalizadas. E quando não há uma liderança capaz de superar essas dificuldades tudo se complica. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Devidamente capacitado não. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Portanto, temos recursos humanos capacitados mas não em quantidade suficiente. A intervenção no campo da economia social exige a capacitação de mais pessoas. Aliás, essas temáticas deveriam ser introduzidas no nosso sistema educativo. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Acho que estamos num bom rumo mas é preciso de mais investimento nessas áreas. Por exemplo, a nível de elaboração e gestão de projetos, todas as ONG já receberam formação. Mas um problema comum é mobilidade dos recursos humanos das associações. Não há grupos estáveis. Investimos em formações mas assim que conseguirem um outro emprego deixam as associações. De modo que é necessário que haja formações contínuas. Não proponho a profissionalização das associações, porque na minha opinião o associativismo não pode perder esse caráter de voluntariado, democracia participativa, de solidariedade, porque senão vamos instrumentalizar as associações mais do que já estão. O nível de instrumentalização atual já é suficientemente perigoso, pois, temos muitas associações que muitas vezes estão ao serviço dos partidos políticos, dos</i></p>
--	--

	<p><i>interesses económicos, etc. Acho sim que devemos fazer mais formações nessas áreas. Em termos de competências para desenvolver projetos de economia social e solidária precisamos sim de mais recursos humanos. Temos potencialidades mas insuficiente se quisermos disseminá-lo a nível nacional. Precisamos trocar mais informações, partilhar mais experiências, conhecer boas práticas dentro do país, e formar mais pessoas para podermos dar seguimento a esse tipo de empreendimento. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Acho que ainda não. Temos pessoas com conhecimento, temos associações com alguma prática e boas experiências, mas no geral não há associações que funcionem deveras como uma associação. Você, por exemplo, pode criar uma associação na Boa Vista, domina muito bem, do ponto de vista teórico-concetual, a questão da economia social e solidária, passa ano inteiro a nos falar disso, em nome da associação, mas provavelmente a associação é você, uma pessoa. (Ent. 8)</i></p> <p><i>Boa Vista está bem servida de recursos humanos capacitados. Mas para a área social faltam pessoas com know-how. São precisas pessoas que saibam investigar e perceber as pretensões da sociedade boa-vistense, para que se conheça as oportunidades e se perspetive a mudança. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Não. Temos um défice enorme de qualificação. A maior parte dos quadros com formação superior não fica na ilha. (Ent. 10)</i></p> <p><i>Há pessoas que nem sabem quais as finalidades de uma associação sem finalidades lucrativas...As associações boa-vistenses estão mal formadas e preparadas. (Ent. 10)</i></p> <p><i>Acho que na área de economia social todo o contributo é válido. Precisamos de criar estruturas, de know-how. Mas a experiência é muito importante. Falta o efeito catalisador, isto é, pessoas capacitadas em termos de liderança para mobilizar os recursos necessários. (Ent. 13)</i></p> <p><i>Na área de intervenção social, sobretudo a nível liderança temos algum défice. (...) Falta dinâmica associativa, no geral. (Ent. 13)</i></p> <p><i>Não. É preciso investir mais na qualificação dos recursos humanos. (Ent. 14)</i></p>
--	--

<p>Capital financeiro</p>		<p><i>Há inúmeras oportunidades de financiamento. Algumas das quais são pontuais. A maior oportunidade em Cabo Verde está ligada à EU e seus Estados-Membros, que lançam periodicamente concursos. O Sistema das Nações Unidas, parceiros bilaterais de Cabo Verde, por exemplo Portugal, Espanha, Luxemburgo, EUA, etc. (Ent. 4)</i></p> <p><i>Grosso modo é o governo e entidades internacionais com sede no país. (Ent. 5)</i></p> <p><i>Nesse momento estamos em viragem porque como as ajudas externas para esse tipo de projeto diminuíram, as associações criadas apenas com a finalidade de absorver esses recursos estão a desaparecer. (Ent. 7)</i></p> <p><i>A falta de financiamento é o maior problema das associações nacionais. À semelhança das outras ilhas, afeta as associações da Boa Vista. (Ent. 7)</i></p> <p><i>Há uma diversidade de formas de financiamento: temos os contratos programas com o governo, da cooperação bilateral, em que as ONG encontram parceiros estrangeiros desses países, da cooperação internacional multilateral através de acordos do governo com outros países. No entanto, é preciso divulgar mais e melhor essas formas de financiamento. As ONG precisam conhecer melhor as fontes de recursos, as diferentes categorias de doadores e perceber que há mecanismos que devem dominar, por exemplo a nível de apresentação de projetos, transparência na gestão, apresentação de contas, etc. Mas de 2010 para cá os recursos financeiros disponibilizados às associações e ONG têm vindo a diminuir progressivamente. (Ent. 7)</i></p> <p><i>O financiamento é feito sob forma de contratos-programa, que tem diminuído bastante, concursos, etc. Há muitos concursos em que as associações de cabo verde são elegíveis, mas as candidaturas são reduzidas. Por outro lado, a complexidade e as exigências desses concursos não são simples de ultrapassar. Alguns estão em línguas estrangeiras, outras exigem, por exemplo, que as associações tenham Planos estratégicos, relatórios de prestação de contas, enfim, poucas ONG têm mecanismos de governança interna que dispõem de todos esses instrumentos para poder participar. Essas dificuldades são estruturais. Não é porque não há oportunidades de financiamento. Temos que ser pró-ativos e criar as condições para o efeito. (Ent. 8)</i></p>
---------------------------	--	---

		<p><i>O financiamento de projetos sociais é uma matéria que neste momento não consigo avaliar integralmente. Mas por aquilo que tenho acompanhado, sei que é necessário mais recursos. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Mas hoje é o Estado que controla os recursos estrangeiros para a área social, o que traz transparência mas limita a ação das organizações da sociedade civil. E a graduação de Cabo Verde a país de rendimento médio teve impacto negativo a nível de obtenção de recursos porque a ajuda orçamental diminuiu. (Ent. 9)</i></p> <p><i>Este é um problema gritante, devido à escassez de recursos. (Ent. 10)</i></p>
--	--	---

#### ANEXO IV – Caracterização dos Entrevistados

<b>Designação</b>	<b>Área de formação</b>	<b>Setor de Atividade</b>	<b>Função / Cargo</b>	<b>Localização (ilha)</b>
Entrevista 1	Turismo	Público	Assessoria do Ministério do Turismo	Santiago
Entrevista 2	Engenharia	Público	Direção-Geral da Solidariedade Social	Santiago
Entrevista 3	Ciência Política	Público	Vereação da Câmara Municipal da Boa Vista – Pelouros do turismo e promoção social	Boa Vista
Entrevista 4	Economia	Público	Administração da Sociedade de Desenvolvimento Turístico Integrado das ilhas da Boa Vista e Maio	Boa Vista
Entrevista 5	Ciências do Mar	Público	Coordenação do Escritório Insular – Projeto de Conservação das Áreas Protegidas de Cabo Verde	Boa Vista
Entrevista 6	Ciência Política	Privado	Quadro da Câmara de Turismo de Cabo Verde	Sal
Entrevista 7	Educação	Terceiro setor	Dirigente de uma ONG	São Vicente
Entrevista 8		Terceiro setor	Dirigente de uma ONG e da Plataforma das ONG nacionais	Santiago
Entrevista 9	Psicologia	Terceiro setor	Diretor de projetos de uma ONG	Boa Vista

Entrevista 10	Engenharia	Terceiro setor	Presidente de uma Associação Comunitária	Boa Vista
Entrevista 11	História		Docente universitário, com obras publicadas sobre a história, cultura e património da Boa Vista	Santiago
Entrevista 12	Serviço Social	Público	Assistente social (Quadro do Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos)	Boa Vista
Entrevista 13	Turismo		Guia turístico ( <i>freelancer</i> )	Boa Vista
Entrevista 14		Privado	Proprietária e Gestora de uma unidade hoteleira de pequena dimensão	Boa Vista
Entrevista 15		Privado	Diretor de um grande hotel	Boa Vista